



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SERVIÇO SOCIAL**  
**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**WILLIAM SILVANO DE CAMARGO**

**O CALABOUÇO COTIDIANO NA VIDA DOS TRABALHADORES  
ASSALARIADOS: OS GRILHÕES QUE ENTRELAÇAM O TEMPO, FORA E  
DENTRO DA INDÚSTRIA**

**TOLEDO-PR**  
**2016**

WILLIAM SILVANO DE CAMARGO

**O CALABOUÇO COTIDIANO NA VIDA DOS TRABALHADORES  
ASSALARIADOS: OS GRILHÕES QUE ENTRELAÇAM O TEMPO, FORA E  
DENTRO DA INDÚSTRIA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná -UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social. Área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos.

Orientador: Dr: Alfredo Aparecido Batista

TOLEDO-PR  
2016

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária  
UNIOESTE/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

Camargo, William Silvano de

C172c O calabouço cotidiano na vida dos trabalhadores assalariados:  
os grilhões que entrelaçam o tempo, fora e dentro da indústria /  
Wiliam Silvano de Camargo. -- Toledo, PR, 2016.  
160 f.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual  
do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais  
Aplicadas.

1. Serviço social - Dissertações 2. Trabalho 3. Trabalhadores 4.  
Capitalismo 5. Indústria - Cascavel (PR) 6. Relações trabalhistas 7.  
Produção industrial I. Batista, Alfredo Aparecido, orient. II. Título.

CDD 20. ed. 331.1098162  
361.3

WILLIAM SILVANO DE CAMARGO

O CALABOUÇO COTIDIANO NA VIDA DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS:  
OS GRILHÕES QUE ENTRELAÇAM O TEMPO, FORA E DENTRO DA INDÚSTRIA

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná -UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social. Área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista.  
Orientador.  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE  
DO PARANÁ

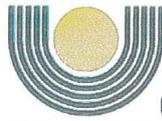
---

Prof. Dra. Rosana Mirales. Membro da Banca.  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE  
DO PARANÁ

---

Prof. Dra. Olegna de Souza Guedes. Membro  
Convidado.  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
LONDRINA

Toledo, 03 de agosto de 2016



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas/CCSA

Campus de Toledo

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social -Mestrado/PPGSS

Rua da Faculdade, 645 - Jd. Santa Maria - Fone: (45) 3379-7130 - CEP 85903-000 Toledo – PR

E-mail: toledo.mestradoservicosocial@unioeste.br



**Ata da Banca de Defesa** do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-Mestrado/PPGSS, Área de Concentração: Serviço Social, Política Social e Direitos Humanos. Linha de Pesquisa: Fundamentos do Serviço Social e do Trabalho do Assistente Social.

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às nove e trinta horas, em sessão pública, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ Unioeste – *Campus* de Toledo, perante a Banca Examinadora composta pelos professores: Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista (orientador/UNIOESTE), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Olegna de Souza Guedes (UEL) Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosana Mirales (UNIOESTE), presidida pelo primeiro, compareceu o mestrando **WILLIAM SILVANO DE CAMARGO** para realizar Banca de Defesa de Dissertação, com o trabalho intitulado: **“O calabouço cotidiano na vida dos trabalhadores assalariados: Os grilhões que entrelaçam os tempos fora e dentro da indústria”**. Feitas as arguições e tendo o candidato respondido às questões que lhe foram formuladas, a banca examinadora considerou-o Alfredo, fazendo jus ao título de **Mestre em Serviço Social** e fez as seguintes orientações:

*Orientações metodológicas devem ser apresentadas no trabalho. Revisão de português e dos normas Científicas.*

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente ata, lavrada e assinada por mim, Alfredo Aparecido Batista, Presidente da Banca, pelos demais membros e pelo mestrando.

Toledo, 03 de agosto de 2016.

Alfredo Aparecido Batista

Presidente

Olegna de Souza Guedes

Membro

Rosana Mirales

Membro

William Silvano de Camargo

Mestrando

Dedico este trabalho a todos os colegas de classe, professores da Instituição. Também dedico especialmente aos meus pais, José Benedito de Camargo e a Maria Silvano de Camargo, que sempre me acompanharam nos estudos, aos queridos amigos que me proporcionaram alegrias nesse percurso de dois anos e meio de construção da dissertação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a cada um que estiveram presente em minha vida nesses 26 anos, pois este trabalho é reflexo não só do arcabouço teórico dos últimos anos de graduação e de mestrado, mas é também o reflexo de cada ensinamento nas práxis de todo esse período da minha vida. Agradeço aqueles que me ajudaram com sorrisos, abraços e palavras neste percurso da realização desta dissertação, cada um está cravado nas tabulas da minha memória e nos cômodos do meu coração, aos quais sempre lembrarei com eterna gratidão.

Sou muito grato à algo metafísico, que para o filósofo holandês “Baruch Spinoza” está em cada elemento frugal do nosso cotidiano, que para o filósofo francês “Blaise Pascal” está mais no coração do que na razão e que para o físico alemão Albert Einstein é a principal energia universal, portanto agradeço a Deus, que a cada dia da minha vida me fez ver com outra ótica o cantar dos pássaros, a brisa da madrugada e a luz do sol, em que pude presenciá-lo no sorriso da criança e no olhar de cada um que por mim passou e continua passando.

Também faço os meus agradecimentos aos meus pais, ao José Benedito de Camargo e a Maria Silvano de Camargo, que apesar da pouca escolarização, foi com eles que realizei a minha primeira graduação, que foram as graduações de: Honestidade, compaixão, humildade, paciência, sinceridade, cordialidade e alegria. Agradeço também meus irmãos Sidiney Silvano de Camargo, Josiane Silvano de Camargo e Marcia Aparecida Silvano de Camargo, cada um com seu perfil próprio me incentivaram para a realização deste trabalho.

Grande parte desta dissertação, escrevi sobre uma cadeira ao lado do meu pai no leito do hospital, agradeço a todos pelo apoio nesse momento de extrema preocupação, que poderia acarretar na estagnação da escrita dissertativa.

Agradeço minha mãe, pela educação e honestidade passada para mim que me auxiliou na obstinação pelos estudos e a cordialidade com todos em que em minha volta perpassara. Sobretudo, sua resiliência que teve ao longo da vida, que transmitiu a mim a esperança que sempre o sol pode brilhar em nossa vida após a madrugada da solidão.

Agradeço a meu amigo Girlei Braz que conheci durante a realização do mestrado, onde nos debruçamos em trocas de ideias e conhecimentos que muito me enriqueceu na formação intelectual.

Agradeço ao professor orientador, Alfredo Aparecido Batista, pelo seu conhecimento a qual partilhou comigo nas orientações. Agradeço a cada professor das disciplinas no mestrado que contribuíram para o meu aprendizado, não só como discente, mas também como profissional do Serviço Social.

Há de agradecer também aos amigos e colegas do grupo de jovem católico e da Pastoral da Criança de Cascavel, que sempre me apoiaram nessa trajetória acadêmica, os quais eu pude partilhar de forma adjunta o conhecimento. Como também agradeço os colegas docentes e discentes da Faculdade Itecne de Cascavel, instituição a qual me graduei e que atualmente leciono na graduação de Serviço Social.

Aos trabalhadores da Indústria Papeon, por suas cordialidades e reciprocidade com as entrevistas cedidas, ao proprietário da indústria que permitiu que a pesquisa fosse realizada.

Um sábio francês da Idade Média chamado “Chartres Bernard”, sábio este que inspirou o físico inglês Izaque Neyton, disse certa vez: “Se eu enxerguei mais longe, foi apenas porque me apoiei nos ombros de gigantes”. Isso certamente corrobora com minha trajetória durante a construção da dissertação, apenas porque houve gigantes que me apoiaram, foi porque eu pude vislumbrar o horizonte. Mas, para além da condição pessoal, agradeço a Universidade Estadual do Paraná –UNIOESTE -, instituição de ensino superior pública, laica, de qualidade e responsável por acolher-me na condição de mestrando em Serviço Social. Agradeço a agência CAPES-CNPQ, que financiou a minha bolsa de pesquisador na condição de mestrando de Serviço Social na Unioeste.

“Mas ele desconhecia esse fato extraordinário: Que o operário faz a coisa e a coisa faz o operário” (Vinicius de Moraes).

**CAMARGO, William Silvano de. O CALABOUÇO COTIDIANO NA VIDA DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS: OS GRILHÕES QUE ENTRELAÇAM O TEMPO, FORA E DENTRO DA INDÚSTRIA.** 2016. 160 pg. f. Dissertação (Mestre em Serviço Social) – UNIOESTE-Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus-Toledo, 2016.

## RESUMO

A contradição capital-trabalho, consolidada na sociedade burguesa, é condição essencial para elaborarmos uma análise que trata sobre os aspectos do trabalho e sua medida - o tempo - no modo de produção capitalista. A compreensão sobre trabalho e tempo torna-se obtusas por razão da própria alienação que os trabalhadores padecem sobre a imposição ideológica da classe burguesia. Este presente trabalho visa analisar a relação do trabalho e dos trabalhadores dentro e fora da fábrica. Assim, nosso objeto de pesquisa explicita-se nas relações de trabalho e tempo construídas por trabalhadores, dentro e fora uma indústria de embalagens de Cascavel. Nosso propósito a ser atingido enquanto objetivo Geral vislumbrou em: aprender, compreender e analisar as relações estabelecidas entre o capital e o trabalho em uma indústria de embalagens relacionando o tempo aprisionado e o tempo livre. É neste universo que problematizamos a seguinte questão: *O trabalhador, após cumprir sua jornada de trabalho estipulada pelo contrato de trabalho, exerce atividades, em seu tempo livre, em que se faz presente conteúdos que o conduz a viver momentos da emancipação humana?* Para perseguir e responder ao problema apresentado, o traçado desta dissertação estruturou-se da seguinte forma. Capítulo 1: Trabalho e Modos de Produções tratará das divisões sociais e técnicas do trabalho até a contemporaneidade. Capítulo 2: O apogeu do sistema capitalista e a Revolução Industrial percorrerá sobre os elementos de domínio do capitalismo sobre a classe trabalhadora, como exemplo os modelos de produção. Capítulo 3: Apresentamos a pesquisa empírica realizada junto aos trabalhadores da indústria de embalagens Papeon em Cascavel-PR. Neste capítulo a pesquisa analisará o tempo dentro e fora do espaço de trabalho no cotidiano dos trabalhadores, analisando os aspectos da relação trabalhador e máquina e exploração capitalista dentro da fábrica e espaços e oportunidades de vivenciar o tempo fora da fábrica. O resultado final da pesquisa trouxe a seguinte síntese conclusiva: Os trabalhadores, nos espaços fora do trabalho, repõem suas energias para retornar ao trabalho, pois as condições para exercer suas materialidades emancipatórias humanas não são encontradas no cotidiano.

**Palavras-chave:** Capital; Indústria; Tempo; Trabalhador; Trabalho.

**CAMARGO, William Silvano. THE DUNGEON EVERYDAY IN THE LIFE OF EMPLOYED PERSONS: THE SHACKLES INTERTWINING TIME, OUT AND INDUSTRY IN.** 2016. 160 p. f. Dissertation (Master in Social Work) - UNIOESTE-State University of Western Paraná / Campus-Toledo, 2016.

### **ABSTRACT**

The capital-labor contradiction, consolidated in bourgeois society, is essential to elaborate an analysis that deals with aspects of the work and its measurement - the time - in the capitalist mode of production. The understanding of work and time becomes dull by reason of the very alienation that workers suffer on the ideological imposition of the bourgeoisie class. This present study aims to analyze the labor relations and workers inside and outside the factory. So our research object is explicit in labor relations and time built by workers, inside and outside a rattlesnake packaging industry. Our purpose to be achieved while General purpose envisioned in: learn, understand and analyze the relations between capital and labor in a packaging industry relating the trapped time and free time. It is in this universe that problematize the following question: The worker, after completing his workday stipulated by the labor contract, does business in his spare time, which is present content that leads you to live moments of human emancipation? To pursue and respond to the problem presented, the outline of this thesis is structured as follows. Chapter 1: Work and Productions modes will address the social and technical divisions of labor to the contemporary. Chapter 2: The apogee of capitalism and the Industrial Revolution will travel on capitalism's domain elements of the working class as an example the production models. Chapter 3: Here is the empirical research with the workers of Papeon packaging industry in Cascavel-PR. In this chapter the research will examine the time in and out of the workspace in the workers' daily lives, analyzing aspects of employee relations and machine and capitalist exploitation in the factory and spaces and opportunities to experience time out of the factory. The end result of the research brought the following concluding summary: Workers in the spaces outside of work, replenish your energies to return to work because the conditions to exercise their human emancipatory materialities are not found in everyday life.

***Key words:*** Capital; Industry; Time; Worker; Work.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 TRABALHO E MODOS DE PRODUÇÕES.....</b>	<b>18</b>
1.1 DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NA HISTÓRIA CIVILIZATÓRIA.....	18
1.2 A SOCIEDADE PRÉ-CAPITALISTA: OS PRESSUPOSTOS DA ASCENSÃO DA BURGUESIA .....	33
1.3 O CONCEITO DO TEMPO: DA METAFÍSICA À MATEMATIZAÇÃO DO TEMPO PARA COM O TRABALHADOR .....	37
<b>2 O APOGEU DO SISTEMA CAPITALISTA E A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL ..</b>	<b>47</b>
2.1 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O SURGIMENTO DO PROLETARIADO.....	47
2.2 TAYLORISMO/FORDISMO UMA FUSÃO EM PROL DA ESPOLIAÇÃO SOBRE O TRABALHADOR.....	58
2.3 A POLIVALÊNCIA DO TRABALHADOR SOBRE O MODELO DE PRODUÇÃO TOYOTISTA.....	65
65	
2.4 OS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS DE CASCAVEL: TAYLORISMO/FORDISMO E TOYOTISMO NO TRABALHO INDUSTRIAL.....	73
<b>3 O ESPAÇO INDUSTRIAL DO TRABALHADOR: TEMPO PRESENTE NO TRABAHO E FORA DO ESPAÇO DO TRABALHO .....</b>	<b>81</b>
3.1 UNIVERSO DA AMOSTRA.....	81
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	86
3.3 APROXIMAÇÕES PRIMÁRIAS DOS TRABALHADORES DO LUGAR EM QUE OCUPAM NA FÁBRICA.....	91
3.4 AS APROPRIAÇÕES COM O PRÓPRIO TRABALHO NO AMBIENTE DA FÁBRICA E AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE OS TRABALHADORES COM A ENTIDADE SINDICAL.....	102
3.5 RELAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO COM TEMPO LIVRE.....	131

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>152</b>
<b>APÊNCICE 1 ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES DA INDUSTRIA DE EMBALAGENS PAPEON.....</b>	<b>154</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>156</b>
<b>ANEXO 1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXO 2 PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....</b>	<b>159</b>
<b>ANEXO 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS A CRITÉRIO DO CEP.....</b>	<b>160</b>

## INTRODUÇÃO

A dissertação presente é resultante do contato empírico no cotidiano do trabalho fabril, na qual o pesquisador executou funções de auxiliar de produção e operador de máquinas nos anos de 2009 a 2010. Nesse período se vivenciou a questão do trabalho assalariado e fetichizado. Essa vivência no trabalho operário fomentou a busca por leituras, que explicitassem a relação da exploração do trabalho no sistema capitalista, o que motivou em 2010 a egressão no curso de Serviço Social na Faculdade ITECNE Cascavel. Durante a graduação, nos anos de 2010 a 2013, estudou-se de forma aproximativa a categoria trabalho, que perpassa desde os primeiros anos da graduação em Serviço Social iniciada em 2010 e finalizada em 2013, que culminou no Trabalho de Conclusão de Curso, se referindo as relações tayloristas/fordistas de produção na indústria.

Ao findar o Trabalho de Conclusão de Curso, constatou-se por meio das entrevistas a necessidade de analisar o tempo fora do espaço de trabalho -, pois a pesquisa realizada analisava apenas as quais dentro do espaço de trabalho. Portanto, a conclusão do trabalho fomentou a busca por analisar as relações de tempo dentro e fora do trabalho, para se apropriar de uma melhor compreensão dos invólucros do sistema capitalista que circundam os trabalhadores.

Nesse sentido, no projeto de mestrado em Serviço Social da UNIOESTE em 2014, se propôs analisar os elementos que fomentaram a necessidade de pesquisa encontrada na monografia da graduação. Destarte, voltou-se para o mesmo campo de pesquisa, porém analisando de forma mais minuciosa os elementos do cotidiano do trabalho fabril e externo a ele, ou seja, o tempo livre.

No decorrer do mestrado, a aprendizagem foi de suma importância em todas as disciplinas. Todas as disciplinas proporcionaram um arcabouço teórico para a construção do projeto de pesquisa e da continuidade dos capítulos da dissertação. O cotidiano de convivência com os outros discentes e com os docentes, proporcionou uma troca de conhecimento muito relevante. Em cada momento de escrita da dissertação, os conhecimentos aprendidos e apreendidos, com os mestrandos, com as disciplinas, com o Grupo de Pesquisa GEPEM e também por meio das orientações do professor orientador, contribuíram para a melhoria intelectual como discente e pesquisador. Por fim, se pode constatar a correlação entre a teoria expostas em referenciais bibliográficos e com a

aproximação com a pesquisa de campo, demonstrando que não há como dissociar essas duas relações.

No trabalho profissional, como docente na graduação de Serviço Social da Faculdade ITECNE na qual pesquisador leciona a disciplina Fundamentos Históricos do Serviço Social I; II e III desde 2014 teve enorme influência da pesquisa da dissertação, pois esta, contribuiu para analisar de forma mais profícua as relações de classe social, como também constatar o protagonismo da classe trabalhadora como transformadora da sociedade. Sintetizando, a relação do Serviço Social com a classe trabalhadora, com as várias matizes teóricas que perpassaram a profissão, culminando com a linha teórica social crítica que se pauta em uma sociedade justa e igualitária construída pelos trabalhadores. Pode-se demonstrar para os acadêmicos a necessidade de aliar a teoria com a prática e a preocupação em saber de forma empírica os dilemas vivenciados pelos trabalhadores, pois destes, muitos formam a parte da população usuária atendida pelo Serviço Social.

Compreendido que a sociedade capitalista tem como elemento constituído da sua existência, desde sua gênese a relação antagônica e contraditória das classes que a compõe, entre burguesia e proletariado, parte-se do entendimento que o resultado dissertativo aqui apresentado tem elementos fundantes para orientar os trabalhadores que venham a ter acesso ao conteúdo, em particular os sujeitos que participaram diretamente da pesquisa.

O tema da dissertação é o trabalho humano, seu objeto: As relações de trabalho estabelecidas entre os trabalhadores vinculados a uma indústria de embalagem em Cascavel-PR. Sobre o problema da pesquisa: Considerando que no modo de produção capitalista contemporâneo em uma das determinações dos contratos de trabalho celebra o acordo de vínculo permanente de número x horas de trabalho humano nas indústrias; considerando que nesse período o trabalhador está sobre o controle de quem o emprega; depois de cumprido o contrato de trabalho diariamente, o trabalhador sai da condição legal de estar sobre o controle do empregador; estar ausente dos espaços de trabalho significa que o trabalhador desenvolve atividades livres sob a compreensão de emancipação humana? Assim, pergunta-se: **O componente do acordo trabalhista garante ao trabalhador, ao se ausentar do seu espaço de trabalho, viver na condição de sujeito livre?** Para responder ao problema de pesquisa, entendemos que, a hipótese da pesquisa configura que: **De acordo com a tese marxiana desenvolvida no lucro do capital. Não existe tempo livre dentro ou fora do espaço aprisionado**

(MARX, 2006, p. 37). Tese esta apresentada no primeiro capítulo do livro “Trabalho assalariado e Capital e que depois se aperfeiçoa no primeiro capítulo do segundo volume da obra “O Capital”.

A respeito da justificativa da pesquisa: O desenvolvimento da presente pesquisa justifica-se pelo grau de negação que a classe dos trabalhadores tem sofrido em seus espaços de trabalho e fora dele. Apropriar do movimento deste objeto e responder às suas determinações cria condições para enfrentarmos a problemática em sua esfera particular e universal sob a matriz dos fundamentos teóricos críticos e não pelas formas especulativas presentes dentro e fora da esfera da academia.

É de suma importância a pesquisa, pois nos proporcionou uma compreensão da realidade diária dos trabalhadores no espaço industrial e como essa realidade laboral tem conotação com seu tempo fora do espaço de trabalho. Essa pesquisa ampliará a discussão da exploração sobre o trabalhador, podendo possibilitar novas intervenções de resistência contra as incrementações do capital sobre a classe trabalhadora.

Ao que pese os objetivos, o objetivo geral salienta: aprender, compreender e analisar as relações estabelecidas entre o capital e o trabalho em uma indústria de embalagens, relacionando tempo aprisionado e tempo livre. No que tange os objetivos específicos buscamos: Identificar o mundo vivido pelos trabalhadores dentro da fábrica e externamente a ela; verificar se os trabalhadores possuem outros vínculos de trabalho além do trabalho na indústria pesquisada e verificar a compreensão dos trabalhadores sobre a temática: Apropriar e viver em tempo livre.

Os procedimentos bibliográficos utilizados para a construção bibliográfica e teórica dos dois primeiros capítulos embasou-se na leitura de livros de autores das ciências sociais, filosofia, economia, história e Serviço Social, traçando uma análise da divisão social e técnica do trabalho na constituição da sociabilidade humana até os corolários do sistema capitalista sobre a classe trabalhadora. A análise teórica remete, sempre, ao estudo do objeto, como também dando suporte para a pesquisa empírica no terceiro capítulo.

Desta forma, partindo do concreto ao abstrato, do lógico para a historicidade tentamos desvelar as contradições postas no objeto. Com a suspensão do objeto, descobrimos outras categorias que o envolvem que deram suporte teórico para a pesquisa, pondo assim o envolvimento da totalidade. Nesse sentido, ao analisarmos o tempo fora do espaço aprisionado dos trabalhadores da Indústria de Embalagens, indústria esta que pertence ao setor secundário da economia, se desvelou outros

conceitos presente no objeto de pesquisa, e, relacionando o singular, particular e o universal, procuramos apreender as mediações presentes no movimento do objeto da pesquisa.

Para responder aos conteúdos acima apresentados, nossa dissertação tem a seguinte estrutura: No primeiro capítulo enfatizamos a relação da divisão social e técnica do trabalho, no início dos modos de produções percorrendo até as premissas do sistema capitalista, focando-se no movimento do objeto de pesquisa. O subcapítulo I.I, descreve a divisão social e técnica do trabalho nos modos de produção primitivo, asiático e feudalismo. Ao perpassar pelo subcapítulo I.II, discorre-se sobre os pressupostos do sistema capitalista alhures da Revolução Industrial. Sobre o subcapítulo I.III é analisado o conceito de tempo sobre o sistema capitalista e suas contradições no conflito capital-trabalho.

No segundo capítulo, inicia-se a análise sobre a revolução industrial e a formação do sistema capitalista. Sendo assim, no subcapítulo II.I salienta como no capitalismo ocorre uma nova divisão social e técnica do trabalho, a relação entre capitalista e proprietário, uma nova forma de exploração sobre o trabalhador. No que tange o subcapítulo II.II, discute-se o método de produção taylorista e o modelo de produção fordista e como se moldou o aumento do lucro do capital alinhado a esse modelo de produção. O subcapítulo II.III, explícita sobre o modelo de produção toyotista, como sua introdução nas linhas de produção modificou a relação do trabalhador com o capital, essa modificação trouxe ainda mais o estranhamento do trabalho para o trabalhador.. Ao expressar os elementos dos modelos de produção na indústria a que se fez a pesquisa de campo, analisou-se os elementos dos modelos de produção em que nela se encontra no subcapítulo II.V.

A pesquisa de campo inicia-se no III capítulo, demonstrando como se encontra o universo de pesquisa, a forma como foram elaborados os procedimentos metodológicos para a pesquisa e a razão dos instrumentais utilizados, como também a explicação dos perfis dos sujeitos da pesquisa e a circunstância da escolha destes. Além disso, está circunscrito o procedimento em que se utilizou para aplicar o roteiro de entrevista, a forma que foi realizada para a sistematização dos dados e como foram organizados e analisados. Cada subcapítulo está organizado em três eixos, o primeiro: “Sobre as aproximações primárias dos trabalhadores no lugar que ocupam na fábrica”; o segundo subcapítulo é: “As relações estabelecidas entre os trabalhadores com a entidade sindical e suas apropriações em relação com próprio trabalho no ambiente na fábrica”; o

terceiro: “A relação do tempo aprisionado com o tempo livre”. O roteiro da entrevista está em conformidade com a proposta dos objetivos específicos, perpassando por questões relativas ao tempo de trabalho e ao tempo fora do espaço fabril de trabalho.

Ao final da pesquisa constatamos que o tempo livre vivenciado pelo trabalhador pertencente a indústria de embalagem, é um momento concreto para repor energias para o retorno ao próprio trabalho, pois as dimensões humanas que lhe pertencem (exploração das potencialidades presentes em sua existência individual e coletiva) não são materializadas em seu cotidiano.

## CAPITULO I

### TRABALHO E MODOS DE PRODUÇÕES

#### 1.1 DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NA HISTÓRIA CIVILIZATÓRIA

Para explicitar sobre o tema trabalho e modos de produções, é preciso tratar da divisão social do trabalho, suas nuances de gênero e avanços na história. Alhures de chegar no período da chamada divisão técnica do trabalho, a espécie humana tinha passado por vários estágios de desenvolvimento do trabalho<sup>1</sup>. A divisão técnica do trabalho, corresponde, ao que se faz e como se faz, são as realizações exercidas no trabalho. Em cada modo de produção a divisão técnica do trabalho se transformou. A primeira divisão técnica do trabalho, se dá no invólucro da divisão sexual do trabalho, a qual ocorre de forma natural, isto é, não ocorre de forma idealizada nem pelo homem nem pela mulher. Foi durante o modo de produção primitivo que isso ocorre, o homem se insere na divisão técnica do trabalho, realizando a pesca, coleta e a caça, enquanto a mulher se insere na divisão técnica do trabalho realizando o cuidado com a prole e pequenos artesanatos, este último não em grande expansão.

A divisão técnica do trabalho, nasce de forma natural à consciência do ser humano.

Assim se desenvolve a divisão do trabalho que outra coisa não era, primitivamente, senão a divisão do trabalho no ato sexual, e depois se tornou a divisão de trabalho que se faz por si só ou “pela natureza”, em virtude das disposições naturais (vigor corporal, por exemplo), das necessidades, do acaso etc. A divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão do trabalho a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual (MARX/ENGELS, 2009, p. 26).

---

<sup>1</sup> Com efeito, pesquisas arqueológicas e antropológicas indicam que a primeira forma hominídea (*Australopithecus anamensis*) surgiu sobre a terra há cerca de 4 milhões de anos e que a evolução que levou ao aparecimento da forma hominídea de que descendemos (*Homo sapiens sapiens*) culminou há cerca de cem mil anos. Até à invenção da escrita, o aparecimento do homem configura a chamada “Pré-história”, que geralmente se divide em três períodos : o paleolítico (“idade da pedra lascada”), que se estendeu por mais de 2,5 milhões de anos; o neolítico (“idade da pedra polida”), iniciado há mais de 20 mil anos (a transição do paleolítico ao neolítico designa-se por mesolítico) e a idade dos metais que começou por volta de 6.000 a/c (NETTO/BRAZ, 2001, p. 37).

O homem possui determinadas tarefas para executar enquanto a mulher executará outras, concretizando nesse momento o modo de produção primitivo<sup>2</sup>. Pode-se dizer, que a primeira divisão técnica do trabalho se dá entre a separação do trabalho entre o homem e a mulher, especificando-se o que caberia a cada um, de acordo com a sociedade da época, recursos e necessidades. Essa separação das realizações do trabalho, naquele momento histórico, ocorre de forma natural. A não existência da propriedade privada, torna também inexistente a opressão de um homem sobre o outro, por isso, nesse momento ainda não se pode constatar a subjugação do homem sobre a mulher, como viria posteriormente. A divisão do trabalho intelectual, que se trata daquele trabalho realizado por quem pensa e toma decisões, e o trabalho material que se trata daquele trabalho realizado por executores, os sujeitos trabalham e obedecem, essa divisão denota o momento em que há a subjugação de um homem sobre o outro, este período não está incluso no início da divisão técnica do trabalho.

De forma natural, o interesse do ser humano individualmente, que prevalece nessa construção da divisão do trabalho, no entanto ele necessita do coletivo para sobreviver, pois além de proteção, necessita manter suas relações de troca. Essa sociabilidade humana vai causar a distancia ainda maior de sua forma instintiva de sobrevivência.

Enfim, a divisão do trabalho nos oferece imediatamente o primeiro exemplo do seguinte fato: enquanto os homens permanecerem na sociedade natural, portanto enquanto há cisão entre o interesse particular e o interesse comum, enquanto portanto também a atividade não é dividida voluntariamente, mas sim naturalmente, a própria ação do homem se transforma para ele em força estranha, que a ele se opõe e o subjuga, em vez de ser por ele dominada. (MARX/ENGELS, 2009, p. 28).

Nota-se que na divisão técnica do trabalho que nasce de forma natural, desenvolve-se e adquire outras determinações não naturais, com a divisão territorial; campo; cidade; o homem passa a não dominar mais suas ações, ele depende da divisão técnica do trabalho para sobreviver, ela se torna estranha ao homem. Dessa forma, a divisão técnica do trabalho passa a dominar o homem.

---

<sup>2</sup> Esse modo de produção vigorou cronologicamente a 30000 a/c, antecede ao início das primeiras civilizações como na Mesopotâmia e no Egito, tendo sua inexistência com o surgimento da propriedade privada, inerente à Revolução Agrícola, aproximadamente em 5000 a/c (MASI, 2000).

Com efeito, a partir do instante em que o trabalho começa a ser dividido, cada um tem uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual ele não pode fugir [...] (MARX/ENGELS, 2009, p. 28).

Essa imposição em um primeiro momento também é natural, sendo repassada hereditariamente para o outro. Todavia, a naturalidade da divisão técnica do trabalho se impetra apenas no modo de produção primitivo, com o aparecimento da propriedade privada, a divisão técnica do trabalho ganha contornos entre os que comandam o trabalho e os que só trabalham, os sujeitos também passam a ser propriedade nesse momento. Nos demais modos de produções que emergiriam, a divisão técnica do trabalho não seria mais natural, mas sim imposta

A divisão técnica do trabalho continuou existindo em outros modos de produções que posteriormente se constituíam, porém, com contornos diferentes e inseridos não mais apenas na divisão técnica do trabalho, mas também na divisão social e técnica do trabalho.

O desenvolvimento das comunidades primitivas, permitiu uma produção de bens que ultrapassava as necessidades prementes. A domesticação de animais e o surgimento da agricultura, contribuíram para que a espécie humana deixasse o nomadismo, o aperfeiçoamento do uso dos metais deu uma nova contribuição para o aumento da produção.

O surgimento do excedente econômico, que assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas, sobretudo, aparece na história a possibilidade de acumular os produtos do trabalho. Dois efeitos logo se farão sentir. De um lado, junto com uma maior divisão na distribuição do trabalho (o artesanato avança e se torna relativamente mais especializado), produzem-se bens que, não sendo utilizados no autoconsumo da comunidade, destinam-se à troca com outras comunidades---está nascendo a mercadoria e, com acumulação abre alternativa de explorar o trabalho humano; posta a exploração, a comunidade divide-se, antagonicamente, entre aqueles que se apropriam dos bens excedentes (os apropriadores do fruto do trabalho dos produtores diretos) (NETTO/BRAZ, 2001, p. 57).

A primeira divisão social e técnica de trabalho, se dá entorno do surgimento da propriedade privada, aproximadamente em 3000 a/c. Quando da apropriação do excedente de produção, o homem além de dar vazão à criação de sua propriedade, ele

também faz tornar propriedade para ele os outros sujeitos. A propriedade já existia no modo de produção primitivo, mas não na sua forma particular de produção, como propriedade privada.

Assim, originalmente, propriedade significa nada mais do que a atitude do homem ao encarar suas condições naturais de produção como lhe pertencendo, como pré-requisitos de sua própria existência; sua atitude em relação a elas como pré-requisitos naturais de si mesmo, que constituiriam, assim, prolongamentos de seu próprio corpo. De fato, ele não se mantém em qualquer relação com suas condições de produção, mas tem uma dupla existência, subjetivamente como ele próprio e, objetivamente, nestas condições inorgânicas naturais de seu ser (MARX, 1981, p. 85).

Essa primeira forma de propriedade é a tribal, que no modo de produção primitivo tratava-se de uma propriedade não documentada, ou seja, um espaço de viver, partilhado por todos, e móvel, pois como dependiam da coleta de frutas, caça e pesca, careciam se locomover para buscar seus meios de subsistência.

A relação metabólica entre o homem e a natureza é a forma constitutiva da propriedade, o homem ao se apossar dos elementos naturais, torna a natureza com extensão de seu corpo, ou seja uma propriedade.

A propriedade, portanto, significa pertencer a uma tribo (comunidade) (ter sua existência subjetiva/objetiva dentro dela) e, por meio do relacionamento desta comunidade com a terra, como seu corpo inorgânico, ocorre o relacionamento do indivíduo com a terra, com a condição externa primária de produção---porque a terra é, ao mesmo tempo, matéria prima, instrumento de trabalho e fruto---como as pré-condições correspondentes à sua individualidade, como seu modo de existência. Reduzimos esta propriedade ao relacionamento com as condições de produção. Por que não ao com as de consumo se, originalmente, o ato de produção do indivíduo resume-se à reprodução de seu próprio corpo através da apropriação dos objetos previamente preparados pela natureza para consumo? A razão é que, mesmo quando estes devem ser apenas encontrados e descobertos, o esforço, o trabalho--- como a caça ou a pesca, o pastoreio--- e a produção (i.é, o desenvolvimento) de certas capacidades pelo sujeito logo se fazem necessários (MARX, 1981, p.86).

A comunidade primitiva precisava se locomover para poder adquirir os elementos naturais para seu consumo, por isso da impossibilidade da propriedade imóvel e de ela possuir um único proprietário. A não existência de escravismo e

patriarcalismo se deveram à ausência da propriedade privada e do desenvolvimento das forças produtivas<sup>3</sup>, pois a terra acabou sendo matéria prima e instrumento de trabalho ao mesmo tempo. A relação de produção foi o elemento responsável e que desenvolveu a propriedade, sem o desenvolvimento das forças produtivas a propriedade continuaria sendo tribal.

Posteriormente surgiu a propriedade mobiliária, e então advém a segunda forma de propriedade, e é na propriedade imobiliária que surge a propriedade privada, porém, essa propriedade ganha apenas conotação de circulação de valor mercadológico, isto é, tendo mobilidade não de relação espacial como nas comunidades primitivas mas com valor mercadológico de ter seu valor transferido, apenas ao fim da Idade Média. Portanto, a divisão técnica e social do trabalho nesse momento, não ocorre mais de forma natural de trabalho, mas sim de forma idealizada, a submissão de um homem por outro homem modifica a forma natural da divisão técnica do trabalho, a mulher e os filhos passam a ter uma condição na divisão social técnica do trabalho, como subjugados pelo homem e não mais na forma natural.

A divisão social e técnica do trabalho perpassará a relação do Senhor com o Escravo na antiguidade, do Suserano e o Servo na Idade Média e do Capitalista e o Proletário no Capitalismo.

O período em que a divisão social e técnica do trabalho mais se aprofunda, foi no momento da divisão entre trabalho na cidade e trabalho no campo. Isso ocorre cronologicamente a aproximadamente 3000 a/c, quando do surgimento das primeiras civilizações na Mesopotâmia e no Egito, houve o surgimento das primeiras cidades. Se anteriormente, a divisão social e técnica do trabalho estava relegada ao trabalho no campo, agora passa a estar relegada ao trabalho da cidade também. No trabalho no campo a divisão técnica do trabalho estava determinada em plantios, colheitas e cuidados pastoris, na cidade essa divisão se constrói entre o artesanato e o comércio. O que assemelhava a divisão técnica de ambos, é que tanto na cidade como no campo havia a classe dos guerreiros, a força bélica de manutenção da ordem e de conquista de terras (MARX, 1981).

Enquanto o homem passa a participar de execuções de trabalho que lhe permitem a manutenção da ordem na tribo e na família, como a busca para os meios de

---

<sup>3</sup> São os meios de trabalho; objetos de trabalho e a força de trabalho. Meios de trabalho são os instrumentos que o trabalhador utiliza, objetos de trabalho são as matérias primas usadas na produção e a força de trabalho é a energia humana usada para produzir, energia essa que se utiliza de dos objetos de trabalho e dos meios de trabalho para a produção (SANTOS, 1984).

subsistência destes, o surgimento do trabalho bélico terá vazão nesse contexto. Pois, visavam as guerras como meios para conquistas de excedentes econômicos. A limitação territorial das tribos, impedia o aumento da produção, por isso as guerras e conquistas de novos territórios eram necessários, salientando também a escravidão.

Por exemplo, quando cada indivíduo deve possuir uma determinada quantidade de terras, o simples aumento da população constitui um obstáculo. Para que este seja superado, deverá desenvolver-se a colonização e isto exigirá guerras de conquista. O que conduzirá à escravidão etc., à ampliação da *ager publicus* e, por isto, ao advento do Patriarcado que passará a representar a comunidade implica a destruição das condições sobre as quais ela está baseada, tornando-se o seu contrário (MARX, 1981, p.88).

Esse privilégio da posse econômica dos homens, permitiu que a opressão sobre a mulher no trabalho e em vários âmbitos, fosse ainda mais determinante, as instituições sociais que surgiram posteriormente, nos âmbitos jurídicos, religiosos e políticos colocaram sempre os homens como ordenadores. Os filhos e a mulher passaram a fazer parte também dessa opressão. Nesse contexto, determinam-se os primeiros escravos, a mulher e os filhos submissos ao homem.

A efetivação da divisão social e técnica do trabalho somente será dada quando o trabalho material e intelectual encontrarem-se justapostos, isto é, quando há quem determina o que se produz e aquele que apenas trabalha sem determinar o que irá fazer, o primeiro é o trabalho intelectual e o segundo o trabalho material. Nota-se que o nascimento da divisão social e técnica do trabalho é inerente à divisão de classe.

Com a divisão do trabalho, na qual estão dadas todas essas contradições, e a qual por sua vez assenta na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas às outras, está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente a repartição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativa, do trabalho e dos seus produtos e, portanto, a propriedade, a qual tem o seu embrião, a sua primeira forma, na família, na qual a mulher e os filhos são os escravos do homem. A escravatura latente na família, se bem que ainda muito rudimentar, é a primeira propriedade, que de resto já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual ela é o dispor da força de trabalho alheia (MARX, ENGELS, 2009, p. 46-47).

No tocante ao trabalho social, o mesmo remete-se ao trabalho que cria vínculos sociais com outros sujeitos na relação laboral, um exemplo disso é a relação de divisão de tarefas de trabalho dentro das famílias primitivas, em que homem, mulher e crianças desempenhavam funções diferentes de trabalho e por conseguinte, mantinham relações de troca de valores de uso, com a divisão dos trabalhos hierarquizados e subjugados. No entanto essa primeira divisão se deu de forma natural, para que posteriormente ela vigorasse de forma idealizada (ENGELS,2010).

A divisão social e técnica do trabalho vai prosseguir sobre uma divisão de classes e com ela a luta de classe. Com o excedente de produção, que foi se avolumando, o modo de produção primitivo dará vazão ao modo de produção asiático, escravocrata, feudal e capitalista. Em todos estes modos de produção a divisão social e técnica do trabalho está permeada na divisão de duas classes sociais, no modo de produção escravocrata entre senhor e escravo, no modo de produção feudal entre suserano e servo e no modo de produção capitalista entre capitalista e proletário.

Segue-se que todas as lutas no âmbito do Estado, a luta entre democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito ao voto etc. nada mais são do que formas ilusórias sob as quais são travadas as lutas efetivas entre as diferentes classes (do que os teóricos alemães não percebem o mínimo, embora sobre isso muito já lhes tenha sido mostrado bastante em Anais Franco-alemães e em Sagrada Família); segue-se também que toda classe aspira à dominação, mesmo que essa dominação determine a abolição de toda a antiga forma social e da dominação em geral, como acontece com o proletariado, segue-se portanto que essa classe deve conquistar primeiro o poder político para apresentar por sua vez seu interesse próprio como sendo o interesse geral, sendo obrigada a isso no primeiro momento (MARX/ENGELS, 2009, p. 30).

A classe social que domina os meios de produção e não trabalha, é a dos que detêm o monopólio da força econômica, bélica, jurídica e política sobre a classe que não detém os meios fundamentais de produção e trabalho. Em todos os modos de produção a classe dominante sempre foi minoria, no entanto, detém o poder sobre a classe dominada. Os trabalhadores que sustentavam toda a estrutura da classe dominante e não o contrário, quem possuía e possui a fonte da riqueza são os trabalhadores, a classe dominante possui apenas os meios de produção e coerção.

A divisão social e técnica do trabalho, ocorre dentro da classe social, pois em cada modo de produção econômico que vigorou e/ou vigorará, houve e há

diferenciações nas execuções do trabalho, que não são de livre consentimento dos trabalhadores.

E assim que o trabalho começa a ser distribuído, cada homem tem um círculo de atividade determinado e exclusivo que lhe é imposto e do qual não pode sair; será caçador, pescador ou pastor ou crítico, e terá de continuar a sê-lo se não quiser perder os meios de subsistência- ao passo que na sociedade comunista, na qual cada homem não tem um círculo exclusivo de atividade, mas pode se formar em todos os ramos que preferir, a sociedade regula a produção geral e, precisamente desse modo, torna possível que eu faça hoje uma coisa e amanhã outra, que cace de manhã, pesque a tarde, crie gado à tardinha, critique depois da ceia, tal como me aprouver, sem ter de me tornar caçador, pescador, pastor ou crítico (MARX/ ENGELS, 2009, p. 46-47).

Para sobreviver, o trabalhador se insere na divisão social e técnica do trabalho. Este não possui liberdade para escolher qual trabalho pretende executar, tão pouco usufruir de suas habilidades e criatividade, é condicionado sempre a realizar o mesmo trabalho, não tendo tempo e espaço para sequer viver sua sociabilidade.

Os autores ressaltam que apenas no sistema econômico comunista, o trabalhador poderia usufruir de modo espontâneo da divisão social e técnica do trabalho, trabalhar no que se identifica e querer aprender e presenciar elementos do cotidiano que antes ele estava impossibilitado, tais como: literatura, esportes, artes e dentre outros.

Não sendo mais natural, a divisão social e técnica do trabalho, se concernirá entre o poder dos dominantes e a subjugação entre os dominados. Para os dominantes, há quem pensa e decide, entre os dominados estão os que executam e obedecem. Ou seja, entre os dominantes há o poder do que vai além do planejamento produtivo, pois se adentra na sociabilidade como um todo, subjugando instituições políticas e jurídicas. Desta forma, ordenando toda a sociedade para o seu proveito. Para os dominados, há aqueles que executam e obedecem, sem ter o poder de decisão de escolha sobre o seu trabalho e sobre a relação de troca do produto do trabalho, são oprimidos e explorados pelos dominantes, existem apenas para dar vazão à riqueza dos dominantes. Se constitui nesse momento as classes sociais, que são duas, a classe dominante e a classe trabalhadora. A limitação de cada sujeito que é explicitada, corresponde que cada um ou a comunidade se especificarão em algum tipo de trabalho, quiçá, sempre dependerá de trabalho de outrem, que possui outras habilidades no trabalho e na produção de produtos variáveis, que servem para satisfazer as necessidades humanas no seu

cotidiano, sendo que dentro de uma família, tribo, comunidade ou um outro povo, sempre haverá produtos de trabalho distintos e que servirão de valores de uso<sup>4</sup>.

Por conseguinte, a partir do momento que o trabalho deixa de ser particular e de valor de uso<sup>5</sup> próprio ele ganha a visibilidade de mercadoria, que é o valor do produto com intercâmbio com compradores e vendedores, tendo assim a relação de troca, e a divisão social e técnica do trabalho parte desses pressupostos.

A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem realmente duplo caráter social. Por um lado, eles tem de satisfazer determinada necessidade social, como trabalhos determinados úteis, e assim provar serem participantes do trabalho total, do sistema naturalmente desenvolvida divisão social do trabalho. (MARX, 1988, p.72).

Destarte, o sujeito não visa apenas o utilitarismo do trabalho para si, mas sim agora o seu trabalho se destina de acordo com o que os compradores almejam, e no mesmo sentido o comprador produz para outros compradores, pautando assim a divisão social e técnica do trabalho como interminável e inexaurível.

Com a divisão social e técnica do trabalho devidamente estruturada, a produção passou a crescer cada vez mais. No modo de produção primitivo, cada produção era para o consumo direto, não havia excedente de produção, todavia, com a produção crescendo acima do poder de consumo do sujeito, um novo modo de produção nasceu.

O surgimento do excedente econômico---sinalizando o desenvolvimento das forças produtivas, da produtividade do trabalho e apontando as trocas entre os grupos humanos---e a sua apropriação por aqueles que passaram a explorar os produtores diretos levaram à dissolução da comunidade primitiva. Vai sucedê-la o modo de produção escravista que, no Ocidente, estrutura-se por volta de 3.000 anos antes de Cristo, configurando o Mundo Antigo, que perdurará até a queda do Império Romano (NETTO/BRAZ, p. 65, 2008).

Com o excedente econômico, o homem tem a possibilidade de se apropriar do trabalho de outro homem para que ele possa possuir ainda mais valor acumulado da natureza, por meio da escravidão. No modo de produção primitivo isso inexistia porque sem o excedente de produção não há como existir a busca por novas riquezas. Um

---

<sup>4</sup> Expressão usada para dar significado ao usufruto do próprio do trabalho pelo trabalhador. (MARX, 1988).

<sup>5</sup> Há a relação de trabalho particular e trabalho social, o primeiro se circunscreve no uso do produto do trabalho para uso próprio, o segundo quando produto passa por relações de troca (NETTO, BRAZ, 2008).

exemplo disso, quando grupos humanos perfaziam guerras eles ceifavam vidas dos prisioneiros ao invés de escravizá-lo, porque não havia necessidade de explorá-los. O Excedente Econômico altera de forma radical as relações sociais, escravizar outro homem acaba sendo vantajoso para a produção. Nasce assim, o modo de produção escravista, estruturado aproximadamente 3000 a/c.

No período áureo do modo de produção escravocrata greco-romano, fundamentava-se a divisão social e técnica do trabalho em uma rigorosa hierarquia, para que não pudesse haver alteração, algo destinado para todos que se encontravam na sociedade grega e romana, sendo que a estratificação política e social eram definidores das funções de trabalho de cada indivíduo .

O modo de produção escravista, ou escravismo, que esteve na base da grande civilização grega e teve continuidade com o Império Romano, não foi o único dominante na Antiguidade. Especialmente no Extremo Oriente, constituiu-se uma articulação social distinta, com a hipertrofia de um forte poder político central - um Estado, cuja função logo veremos - que se responsabilizou pela construção de obras hidráulicas de grande porte (drenagem, irrigação) e manteve em suas mãos o controle da terra e da agricultura; ali, formas políticas despóticas combinaram-se com uma estagnação social que acabou por garantir uma enorme perdurabilidade histórica àquela articulação, designada de modo de produção asiático (NETTO/BRAZ, p.66, 2008).

Se por um lado na Grécia Antiga e no Império Romano o modo de produção escravista floresceu, na Mesopotâmia e no Egito, aproximadamente a 4000 a/c o modo de produção asiático vigorou. Esse modo de produção mantinha uma relação contratual entre os trabalhadores e o Estado, esse Estado que ora podia ser representado na figura do Faraó no Egito e do Rei na Mesopotâmia. Um colossal trabalho coletivo, devido às vastas quantidades de terras que concernia em grandes construções de obras simbólicas para o Estado ou para facilitar as plantações. Os trabalhadores trabalhavam em determinada época do ano para o Estado e em outra época para ele mesmo, por isso não era uma relação escravista, mas sim contratual.

Na divisão social e técnica na Grécia Antiga, se pautava em que os escravos para trabalhar, os soldados para combater, e os filósofos para governar. Nota-se que o trabalho era considerado a última escala e por sua vez considerado como algo desonroso, sobretudo que combater e governar não eram considerados como trabalho,

não obstante a sociedade grega só produzia e acumulava riqueza por meio do trabalho escravo (CARMO,1992).

O grego cidadão era o homem acima dos vinte e um anos e com naturalidade grega, destes, muitos se dedicavam ao ócio, que permitia a não necessidade de trabalhar e assim promover outros meios para fundamentar o sentido da vida, como as artes, os esportes a poesia e a que é a mais renomada entre os gregos de Grécia Antiga, a filosofia<sup>6</sup>. Entretanto, os cidadãos gregos não viam com benevolência os trabalhadores, pelo contrário, os vislumbravam como sujeitos indignos e merecedores de tal tortura, por isso que o nome trabalho tem sua etimologia na palavra grega “tripalium”, que era um instrumento de tortura usado na Grécia Antiga para punir escravos e outros contraventores sociais da época. (CARMO, 1992).

Na sociedade romana, o trabalho escravo teve grande influência do trabalho escravo grego, pois as condições do excedente de produção e as influências políticas com a Grécia Antiga permitiram esse percurso.

No período próximo ao da decadência do Império Romano, o trabalho passou a ganhar uma certa valorização moral, por circunstância da escassez dos números de escravos e a necessidade de trabalho que a aristocracia romana carecia, para manter a ordem econômica (SINGER, 1985).

Com a decadência econômica do Império Romano no século IV d/c, o trabalho escravo acaba perdendo sua magnitude. A ascensão de um novo modo de trabalho o colonato<sup>7</sup> aos poucos vai substituindo o trabalho escravo.

O apogeu do escravismo identifica-se com o apogeu do Império Romano e a crise deste será o golpe de morte no escravismo. A grandeza do império reclamava um enorme excedente econômico para manter a repressão aos escravos, a submissão dos povos conquistados e o parasitismo dos grandes proprietários; ao mesmo tempo, “o trabalho monótono e de má vontade das hordas de escravos que a conquista proporcionava mal podia sustentar o vasto edifício do domínio romano. E, mais ainda, a difusão do trabalho escravo também disseminou a ruína e destruição entre os artesãos e os camponeses” (Eaton, 1965:19). Essa ruína tornou-se tanto mais ampla quanto mais a produtividade do trabalho livre, potenciada pelo desenvolvimento de novas forças produtivas, foi asfixiada pela disseminação do escravismo. Assim quando o Império Romano, sob a pressão das chamadas “invasões bárbaras”, desintegrou-se na metade inicial do

---

<sup>6</sup> Com o excedente do trabalho, o cidadão grego passa a inventar outros afazeres para seu cotidiano (CARMO, 1992).

<sup>7</sup> Pequenas propriedade em que não existia trabalho escravo, a relação na divisão social e técnica do trabalho nesse momento se dava de forma contratual (PIRENNE, 1982).

primeiro milênio da nossa era, também foi abaixo o escravismo (NETTO; BRAZ, p. 68, 2001).

A ascensão do cristianismo neste período e sua contestação ao trabalho escravo<sup>8</sup>, também contribuiu para a derrocada do modo de produção escravista. Com todas essas conturbações existentes como declínio urbano, monetário, militar e administrativo, uma nova fase histórica irá se transcorrer, o período da Idade Média, que surge após a queda do Império Romano no IV d/c. Cronologicamente pode ser dividida em “Alta Idade Média e Baixa Idade Média, a primeira que perdurou do ano 476 d/c ao ano 1000 e a segunda do ano 1000 a 1500”.

O período do feudalismo é denotado como um período de intensos trabalhos rurais e dominação econômica e política pela aristocracia nobre e clerical. A divisão social e técnica do trabalho é hierárquica na produção e inalterável, tendo a classe dos trabalhadores dos servos situada na parte mais baixa dessa hierarquia. Prosseguindo com a classe dos exércitos mercenários, o poder clerical, a corte do rei e a nobreza, nesta última se encontram os detentores de grandes extensões de terras, possuidores da riqueza por meio da produção rural cumulativa, que é acumulada com a compra de artigos de luxo como vestimentas, armamentos e construções arquitetônicas, por exemplo: os castelos<sup>9</sup>.

Por sua vez, a classe que fornece sua força de trabalho para o surgimento das riquezas é a classe trabalhadora dos servos, esta população vive em volta dos castelos, trabalhando em plantios e colheitas de grãos e no pastoreio de animais, os seus meios de subsistência consistem na relação de juramento com a classe dominante. É obrigado aos servos, a cobrança de impostos que são destinados aos nobres para a corte do rei e outra parte para o clero da Igreja Católica, restando uma quantia ínfima para a subsistência dos trabalhadores servos (CASTEL, 2009).

Os servos arcavam também com sua condição social estática, ou seja, durante todo o período de suas vidas ficavam na mesma classe social serviçal, isto se refere aos filhos dos servos também, sendo que a forma cíclica e hereditária na relação serviçal é proeminente neste período histórico.

---

<sup>8</sup> A adesão de muitos escravos pelo cristianismo, fez que muitos destes se rebelassem contra seus senhores, pois não admitiam serem subjugados por outros homens tampouco aderi as religiões romanas de seus senhores (MASI, 2000).

<sup>9</sup> O entesouramento e esbanjamento de riqueza, era a atividade econômica da classe dominante feudal (CARMO, 1992).

Na Idade Média tornara-se uma hierarquia enrijecida e invulnerável, bem semelhante ao sistema de casta indiano<sup>10</sup>. Portanto, para esta invulnerabilidade se estabelecer, necessitava de uma coação teórica e jurídica. É neste momento que o papel da Igreja Católica<sup>11</sup> terá grande relevância, sendo ela a principal instituição dominante do período (CASTEL, 2009).

O pensamento feudal sobre o trabalho, se circunscrevia no pensamento teológico da Igreja, que irá se estabelecer ao longo do período medieval, portanto, as diferenças de classe social eram inerentes ao sistema feudal e foram legitimados pelo pensamento religioso, como sendo transcendente, vinculado ao divino, e, que tivesse regulado a divisão social e técnica do trabalho nessa sociedade.

A questão da miséria dos trabalhadores que em alguns períodos históricos medievais padeciam pela fome, era tratado pelo clero como algo a serviço da caridade cristã, ou seja, admitia-se que houvesse desigualdade social, mas não a fome por essa desigualdade (PIRENNE, 1982).

Pois bem, o que há de similitude no modo de produção feudal ao modo de produção escravista greco-romano é que ambos se fixavam sobre a forma inalterada da divisão técnica e social do trabalho, havendo a diferença de que na antiguidade a legitimação era oriunda da filosofia e das religiões politeístas e no período Medieval sobre o ideário religioso cristão-católico.

Uma forma lúdica de representar como se conceituava os estamentos sociais no Feudalismo, é demonstrar que muitos nascem para trabalhar, e esses são os servos, outros nascem para combater e esses são os vassalos e seus exércitos, outros nascem para rezar, esses são o que fazem parte do clero religioso e por último outros nascem para comandar ou subjugar, esses são os suseranos e os reis. Indubitável é, que os servos eram a parte majoritária desta pirâmide social, no entanto, ficavam com a ínfima porção da riqueza.

Sobretudo, a legitimação coerciva sobre os trabalhadores neste período é oriunda de interpretações que o poder do clero tinha do livro sagrado cristão, a “bíblia”. Deste livro pode-se destacar fragmentos do Antigo Testamento e do Novo Testamento<sup>12</sup>, em

---

<sup>10</sup> Sistema de casta indiano, que vigora em algumas vertentes da religião hinduísta (CALVEZ, 1975).

<sup>11</sup> A Igreja Católica também era dona de longa extensões de terras, isso contribuía para seu alto poder nesse período, como também sua influência sobre os reis e os feudos. Sendo a única religião durante a Idade Média na Europa feudal (PIRENNE, 1982).

<sup>12</sup> Livro sagrado para os cristãos que tem como herança o Tora dos judeus, ou seja, o Antigo Testamento. No que tange a divisão social do trabalho tanto no Antigo Testamento como no Novo Testamento, que são as narrativas do evangelho e as cartas paulinas, ambas partes descrevem a simbiose entre trabalhador

que há aprovações da divisão de classes e a obediência austera do dominado ao dominador<sup>13</sup>.

No século XIV, na chamada Baixa Idade Média, começou haver pequenas mudanças no sistema econômico feudal<sup>14</sup>, a urbanização aumentou e com ela, um número expressivo de comerciantes e artesãos, tendo entre eles judeus, estrangeiros ou religiosos perseguidos<sup>15</sup>, seus ofícios eram de artesãos e comerciantes, suas condições de subsistência derivavam dos juro e produção de artesanatos que eram comercializados.

Residindo nos burgos, pequenos vilarejos em volta dos castelos, eram uma classe nascente no momento de força pouco expressiva e de número irrisório, mas que no decorrer do tempo ganhou tenacidade, causando grandes transformações sociais, denominada como burguesia, pelo fato de viverem nos burgos (CASTEL, 2009).

No entanto, para que pudesse haver um comércio e produção intensiva, foi preciso primeira e gradativamente, abandonar um modelo de produção amálgamo da Idade Média, pois as práticas das corporações de ofício, que eram simplesmente um pequeno número de artesãos que se reuniam em torno do mestre, não conseguiam ter alta produtividade. Além disso, outra questão que impedia a alta produtividade das corporações de ofício, era o regionalismo dos valores das mercadorias, valores que eram estipulados de acordo com a região de cada corporação.

Nesse sentido, as chamadas “corporações” tendiam a desaparecer com a ascensão da burguesia, pois imbuíam em si a produção do estilo medieval da época, que é equivalente ao modo estático de produzir.

---

e dominador, como exemplo a carta paulina (1º Timóteo 6: 1-21) que descreve a aceitação do escravo ou do servo perante seu dominador. (MARX, 1988).

<sup>13</sup> Todo livro sagrado pode ter várias interpretações, por exemplo, a bíblia foi vetora de várias libertações dos trabalhadores ao longo dos séculos, o que faz as interpretações serem repressoras ou libertadoras da classe trabalhadora é a interpretação de acordo com a classe social que a interpreta (LOWY, 1987).

<sup>14</sup> Uma dessas mudanças é a transição da propriedade privada imobiliária, para propriedade privada mobiliária quando a propriedade tem um valor mercadológico não ficando mais fixa no seu local espacial (MARX, 1981).

<sup>15</sup> Na diáspora que ocorreu no ano 136 d/c, muitos judeus foram para a Europa para viverem nas relações de trabalho postas, no entanto, os judeus eram mal vistos pela sociedade romana e posterior a isso pela sociedade cristã, por causa de desacertos históricos, no que tange aos cristãos era devido a não aceitação de Jesus como Messias e como responsabilizados pela sua morte. Desta forma, os judeus não podiam possuir terras e tampouco trabalhar nas terras como servo, portanto o que se podia exercer eram os ofícios de comércio e cobrança de juro. No que tange os perseguidos religiosos ou políticos se pauta na mesma questão eles não podiam exercer funções de status sociais e ter vínculos com as terras dos feudos. (MARX, 1988).

O sistema corporativo era fruto do mundo medieval, um mundo estático, em que os modos de produzir e de consumir eram reproduzidos sem qualquer alteração. A fidelidade às tradições, a conservação dos hábitos e costumes, a manutenção da hierarquia social eram os valores supremos, aos quais se procurava adaptar a prática (SINGER, p. 12, 1985).

As transformações nos acontecimentos econômicos fariam as corporações reduzirem e perderem sua força na competitividade do comércio, isso começa a ocorrer cronologicamente em meados do século XIV e tem sua concretização no século XVI. Dessa maneira, é evidente que a aristocracia medieval não ficou satisfeita com essa ascensão da burguesia e por outro lado a Igreja Católica não admitia a usura insaciável que se obtinha pelo comércio e produção. Assim, novamente outra defesa teórica do conservadorismo econômico surgiu com seu viés teológico

Como salientado alhures, a nascente burguesia em sua grande parcela retirava seus meios de subsistência por meio dos juros que obtinham nas suas relações de troca (CARMO,1992). O ideário cristão era totalmente contra qualquer benefício de usurpação por meio da relação de troca, pois se pautava em que quando alguém lucrava com uma venda de algum produto, estaria roubando um valor de uso alheio e por conseguinte enriquecendo com esse roubo. Essa concepção, não partia da religião para a economia, mas sim, da economia para a religião, isto quer dizer que a economia feudal influenciava no pensamento religioso, pois parte da materialidade econômica as concepções ideais de sociedade.

A riqueza na Idade Média era considerada algo estático, ou seja, as pessoas ricas nasciam ricas e passavam essa riqueza hereditariamente, por isso o ideário cristão-feudal condenava a usura, pois segundo esse ideário o sujeito que é predestinado a ser pobre tentava ser rico por intermédio da usura dos lucros e dos juros comerciais.

Essa intimidação sobre a burguesia não a impediu de se expandir. Grandes transformações políticas e econômicas levariam o sistema feudal para a sua derrocada. No século XVI a burguesia estava com grande poder de influência política, econômica e religiosa. E é nesse momento que fica aparente suas intervenções nas relações do trabalho, porém ainda suas forças não estavam equiparadas para derrotar a nobreza. Todavia isso era uma questão gradativa de tempo. No século XVI o mercantilismo econômico adjunto com as manufaturas daria um novo enfoque à divisão do trabalho.

No que tange à influência burguesa na religião, a Reforma Protestante<sup>16</sup> no século XVI, teve papel essencial para o protagonismo da burguesia na sociedade, por meio da separação dos dogmas católicos que impediam o lucro, a burguesia encontrou no protestantismo um meio para alcançar cada vez mais poder econômico.

A intensificação do comércio, fomentada pela descoberta de novos mercados, sendo eles na América e Ásia, resultou com que fossem abandonadas definitivamente as produções medievais de corporações de ofício, pois essas produções não conseguiam atender as demandas do mercado externo. Surge então um conjunto maior de trabalhadores alocados e uma cooperação de trabalho nesta alocação, comandados pelo seu mestre, tendo como égide a divisão de tarefas<sup>17</sup>. Nasce portanto a forma de trabalho da cooperação simples.

## 1.2 A SOCIEDADE PRÉ-CAPITALISTA: OS PRESSUPOSTOS DA ASCENSÃO DA BURGUESIA

Será enfatizado neste momento, os pressupostos do sistema capitalista, de que forma este sistema se originou, o litígio com o modo de produção antigo feudal e como fixou sua hegemonia em meio à sociedade. Além disso, as transformações que acarretou no trabalho.

Outrossim, o século XVI é o século da mudança da fase histórica da Idade Média para a Idade Moderna, Essa mudança, de divisão histórica, decorre devido a transformações políticas, históricas, econômicas, culturais e religiosas que incidem naquele momento, como as transformações políticas do fim do feudalismo para a entrada dos governos absolutistas e a formação dos Estados Modernos, as navegações continentais e as descobertas de novos espaços terrestres como a América por exemplo. No campo cultural, a ascensão do Renascentismo Artístico e literário com personagens históricos como Leonardo Da Vinci e Erasmo Rotherdhan, no campo religioso a Reforma Protestante, no campo econômico a voracidade do Mercantilismo. (ENGELS, 1993).

Todas essas transformações influenciaram demasiadamente a divisão social e técnica do trabalho, principalmente as duas últimas transformações citadas, a Reforma

---

<sup>16</sup> Embora a Reforma Protestante, tenha ocorrido em 1517 por Martinho Lutero é como é João Calvino, em 1538 que o protestantismo ganha adesão da busca pelo lucro no trabalho (CASTEL, 2009).

<sup>17</sup> Esta divisão de tarefas é comentada por Adam Smith, que fica impressionado que como essa divisão de tarefas aumenta de forma exorbitante a produção, no exemplo do autor ele usa a indústria de alfinetes como exemplo e descreve como cada trabalhador faz uma mínima função de trabalho sobre o alfinete, um corta e o outro raspa e assim por diante. (TEIXEIRA, 2004).

Protestante e o Mercantilismo, esta última fomentará a formação abrupta das indústrias manufatureiras que será salientado nos parágrafos posteriores.

A intensificação no comércio nesse período, adjunto com o desenvolvimento das forças produtivas, principalmente na Inglaterra<sup>18</sup>, culminou com a legitimação cada vez maior da propriedade privada.

O trabalho tem uma relação essencial nesse momento histórico. Segundo o ideário burguês defendido pelo filósofo Inglês John Locke 1632-1704, é o produto que justifica o direito à propriedade privada, ou seja, de acordo com a eficiência e a dedicação ao trabalho será também a magnitude da propriedade privada. Note-se, portanto, como o axioma do trabalho ganha uma conotação honrosa e é considerado como um valor da burguesia.

O trabalho de seus braços e a obra das suas mãos pode-se firmar, são propriamente dele. Seja o que for ele retire da natureza no estado em que lhe forneceu e no qual o deixou, mistura-se e superpõe-se ao próprio trabalho, acrescentando-lhe algo que pertence ao homem e, por isso mesmo tornando-o propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, agregou-lhe com seu trabalho um valor que o exclui do direito comum de outros homens. Uma vez que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem tem direito ao que foi agregado, pelo menos quando houver bastante e também de boa qualidade em comum para os demais (LOCKE, 2006, p.38).

No entanto, a apropriação da propriedade privada pelo trabalho culmina também na apropriação da vida dos que vendem sua força de trabalho, no caso o burguês é o dono da terra que comprou dono do ambiente físico e o dono dos que nela trabalham, paga a estes a força de trabalho por meio do salário<sup>19</sup>. Desse modo, o ideal burguês de exploração encontra respaldo na teoria liberal, na defesa da propriedade privada, em que

---

<sup>18</sup> A Inglaterra tinha o desenvolvimento das forças produtivas de forma avançada, ao ponto de rapidamente ingressar no modo de produção capitalista. A Revolução Gloriosa de 1656, a sua reforma protestante que pôs os bens da Igreja Católica sobre os domínios do Estado, tendo como vitoriosos a burguesia, esta que entrou em tamanha ascensão, que em meados dos decênios do século XVIII, formula a revolução das forças produtivas. A Revolução Industrial é sobre este viés que Marx faz a colocação que para estudar o modo de produção capitalista necessita estudar o desenvolvimento histórico e econômico inglês, pois a Alemanha, França e demais países ainda não tinham vencido o poder absolutista e a nobreza (MARX, 1988).

<sup>19</sup> Vem do latim *Salarium*, que significa, sal, que na antiguidade mais especificamente no período do Império Romano era uma iguaria muito cara, que tinha um valor de pagamento ao exército romano, fato é que a sociedade romana era uma sociedade escravocrata, no entanto o exército romano era formado por cidadãos livres romanos, por isso recebiam esta forma de pagamento por não serem escravos. (MARX, 1988).

se tem o direito de usufruir de todos os recursos naturais e também dos recursos humanos para fins individuais.

Portanto, para ser burguês necessitava ter a virtude do trabalho e somente os mais competentes poderiam se tornar burgueses, o inverso do que propugnava o ideário religioso, governamental despótico e a nobreza, para este como dito anteriormente, estava tudo determinado, desta forma, o pensamento de John Locke e da forte burguesia que ganhava notoriedade era de enfrentamento com a ordem econômica posta.

Isto indubitavelmente trouxe mudanças na divisão social e técnica do trabalho, desde a concorrência entre sujeitos para galgarem uma função social de trabalho na sociedade, até as alterações do trabalho rural para o trabalho urbano. Concomitante a isso a exploração sobre o trabalhador que não poderia se tornar burguês, estando à mercê da intensificação do trabalho e dos lucros da burguesia. (ENGELS, 1993).

Considerando que se trata de uma ideologia, haja vista que o modo de produção capitalista é um modo que tem como base a busca incessante de lucro, não há, portanto, espaço para todos serem burgueses, necessitam de trabalhadores. Há, contudo, do ponto de vista ideológico, a necessidade eminente de cultivar essa falácia a fim de legitimar o modelo econômico e de justificar a subordinação do trabalhador ao burguês.

No período da derrocada do trabalho artesanal das corporações de ofício, nasce e desenrola uma forma de trabalho denominada cooperação simples, essa cooperação consistia sobre um grande conjunto de trabalhadores alocados sobre um único espaço e que trabalhavam para um único proprietário (BATISTA, 2014).

Nas corporações de ofício, o trabalhador tinha o controle de sua produção, agora não mais, o controle da produção fica a encargo do proprietário, ele que determina o quanto se deve produzir, como também o trabalhador não determina mais o que vai produzir, o proprietário pode determinar o que cada trabalhador pode produzir, nesse sentido, se todos vão produzir o mesmo produto ou se cada trabalhador produzirá um produto diferente. Apesar do trabalhador ainda possuir suas habilidades artesanais, ele já não é mais dono do espaço de trabalho e das suas ferramentas.

A cooperação simples nasce em um momento de grande expansão comercial no mundo, com as descobertas de novos mercados oriundos das grandes navegações intercontinentais, necessitou de uma forma de trabalho que permitisse uma maior produção, com isso uma hierarquia mais enrijecida prevaleceu nessa forma de trabalho.

Posterior à cooperação simples, se tem o aparecimento da indústria manufatureira, que tinha apoio do Estado Absolutista<sup>20</sup>, este último apoiava a indústria manufatureira, pois ela atendia um mercado externo e não um mercado interno e regional como as corporações, este apoio à manufatura ajudava a fortalecer o Estado Absolutista no seu domínio por todo território, um exemplo disso é o apoio militar que os Estados forneciam aos comerciantes por meio de seus navios de guerra quando navegavam para a Ásia ou a América a fim de comercializar. (ENGELS, 1993).

Outra conotação da Indústria Manufatureira é a introdução das máquinas de forças motrizes manuais e naturais, que executavam funções sobre o comando da força física humana, uma dissimilitude em comparação com as corporações de ofício, que usavam apenas instrumentos de trabalho. Isto demonstra a utilização da ciência pela burguesia para aumentar o capital constante<sup>21</sup> (GUARESCI; RAMOS, 2000).

Neste período de Capitalismo Mercantil, denota-se o comércio como supremacia sobre a indústria, todavia os capitalistas perceberão que a “Mais-Valia<sup>22</sup>” se extrai da produção, por esta razão a Revolução Industrial que se constituirá, será a supremacia da indústria sobre o comércio.

Por conseguinte, a indústria manufatureira se estabeleceu durante um período da Idade moderna até a Revolução Industrial no século XVIII, uma forma de produção capitalista que usou da cooperação de funções na divisão do trabalho, funções estas que não tinham o caráter de trabalho concreto para o trabalhador, mas sim o crescimento do capital para o capitalista.

A cooperação baseada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. Como forma característica do processo de produção capitalista, ela predomina durante o período manufatureiro propriamente dito que, grosso modo dura de meados do século XVI até o último terço do século XVIII. (MARX, 1988, p. 254).

O ideário burguês implica em um suporte para a indústria manufatureira, o desenvolvimento impetrado que se concerne, incutirá em elevações exorbitantes de

---

<sup>20</sup> É o fim dos feudos, que se reuniam em pequenas porções de terras, sendo cada uma delas soberana, com o Estado absolutista há uma unificação de todos estes feudos sobre o governo de um único soberano e um único Estado, um estado com um poder centralizador absoluto sobre a política e economia, por isso esta designação Estado Absolutista, estima-se que ocorreu entre início e fins do século XVI, porém em algumas nações europeias como Espanha, Portugal, França e Inglaterra, estas duas últimas com maior expressão econômica (SINGER, 1985).

<sup>21</sup> Capital que se eleva com a introdução de tecnologias nas forças produtivas (MARX, 1988).

<sup>22</sup> Termo usado por Marx para descrever o trabalho a mais feito pelo trabalhador que não é pago a ele, mas sim expropriado para o lucro do capitalista (MARX, 1988).

produção que ganhará visibilidade, para suprir essa demanda crescente que se tangenciava, inovações tecnológicas surgiam, cada inovação alterava as relações das forças produtivas e, por conseguinte, as próprias relações sociais, o que fica mais visível em meados do século XVIII<sup>23</sup>, com a Revolução Industrial.

Com o intuito de atendermos os objetivos propostos em nossa pesquisa, no segundo capítulo abordaremos as metamorfoses do trabalho na sociedade contemporânea, destacando o prisma crítico e dialético e às transformações imbricadas no mundo do trabalho e que se configuram centrais para a compreensão da complexidade das relações sociais na sociedade capitalista.

### 1.3 O CONCEITO DO TEMPO: DA METAFÍSICA À MATEMATIZAÇÃO DO TEMPO PARA COM O TRABALHADOR

O conceito de tempo sob a compreensão metafísica<sup>24</sup> nos dá elementos para pensarmos o aqui e o agora. No entanto, para nós modernos, o tempo formulado em calendários e relógios é a forma matematizada do tempo, para que o ser humano possa ter uma compreensão lógica dele. Essa matematização tem a finalidade de implantar a organização econômica, segundo o prisma marxiano.

Um exemplo dessa matematização do tempo, foi a invenção do relógio pelos monges Católicos Beneditinos na Idade Média, que necessitando de uma disciplina de oração e trabalho, tiveram que organizar um instrumento técnico que os coordenasse para a realização de tais funções. Também criaram o calendário juliano e, posteriormente, o calendário gregoriano surgidos no contexto ocidental, tinham como organização as funções humanas a serem executadas (MASI, 2000).

O tempo, sempre teve seu movimento da mesma forma, as compreensões em relação a rapidez e a lentidão do tempo, se deu por razões dentro dos modos de produções.

O tempo é a irreversibilidade dos acontecimentos. O tempo histórico é a irreversibilidade dos acontecimentos sociais. Todo acontecimento é irreversível do mesmo modo; por isso é absurdo dizer que, nas várias épocas históricas, o tempo decorre em alguns casos “lentamente” e em outros “com maior rapidez”. O que se altera não é o tempo, mas o ritmo da alteração das estruturas sociais. Mas esse ritmo é diferente

<sup>23</sup> A Revolução Industrial demonstra também a não centralização total do Estado na economia, para que haja um livre mercado pela concorrência (SINGER, 1985).

<sup>24</sup> Tem significado grego, “significa além do espaço ou do tempo”, ou seja, algo que transcendente, que pode ser eterno ou infinito, preceito que distância da compreensão lógica (MASI, 2000).

nas esferas heterogêneas. É esse o fundamento da desigualdade do desenvolvimento, que constitui uma categoria central da concepção marxista da história (HELLER, 2004, p. 3).

Desta forma, no amago de um modo de produção, pode haver diferenciações da compreensão do tempo, pois em cada classe social, há uma percepção de tempo distinta uma da outra, para a classe dominante a compreensão de tempo está sobre a acumulação de riqueza, enquanto para os trabalhadores está na produção imbricada sobre eles.

Séculos mais tarde, já no início do século XIX, com o surgimento da ciência positivista, que teve como precursores, Saint Simon, Condorcet e Augusto Comte, preconizava-se que a sociedade podia ser descrita por meio das ciências exatas, como exemplo a matemática e a física, em outros dizeres, o nascimento da sociologia, ciência que estuda a sociedade, tinha o nome de física social (LOWY, 1987)

Os conceitos positivistas contribuíram para o desenvolvimento capitalista, pois além da matematização da ciência para impulsionar as tecnologias dos meios de produção, a matematização para descrever a sociedade também era importante, pois configurava o trabalhador como um número para a sociedade, e suas ações também são numéricas, ou seja, as forças de produção que são as máquinas acabam se assemelhando com as relações de produção que são os trabalhadores. Essa numeração dos sujeitos vem a calhar com a manutenção do capital e com a finalidade de reprodução econômica.

Outrossim, o relógio que é um instrumento da matematização do tempo, rapidamente foi usado pelo capital para condicionar o cotidiano do trabalhador na fábrica, a produção no final da jornada de trabalho, teria que estar regulamentada com o tempo previsto, em outras palavras, é como se o tempo cronometrado respaldasse a veracidade da produção e o trabalhador se torna um mero cálculo nesse tempo.

Este universo cotidiano da matematização do tempo cria as condições necessárias, além de outras fundantes, como a universalização do assalariamento, para estruturar, desenvolver e efetivar o projeto burguês de sociedade.

Tão somente a sociedade burguesa poderia proporcionar ao indivíduo a possibilidade de elevar-se a qualquer altura: a personalidade de Napoleão exemplifica sensivelmente essa circunstância. Mas, subsequente, revela-se a verdade da crítica romântica: essa mesma sociedade, ao subsumir o indivíduo sob sua classe, ao submetê-lo às leis econômicas como se essas fossem leis naturais, aboliu aquela possibilidade e fez dos indivíduos livres nada mais que escravos da alienação, até o ponto em que de facto os indivíduos se viram

colocados num nível inferior àquele dos indivíduos de épocas anteriores (HELLER, 2004, p. 75).

O ideário da liberdade, levantado pela burguesia na Revolução Francesa, trazia em seu bojo todo celeuma da libertação das mazelas cotidianas de cada sujeito, entretanto, essa liberdade era para os capitalistas explorarem a classe trabalhadora e esta última ter a liberdade de vender sua força de trabalho e nada além disso. Nesse sentido, o tempo livre que deveria ser usufruto de liberdade, acaba sendo um tempo condicionado a reprodução do capital, o trabalhador não tem liberdade de escolha, apenas possui uma aparente liberdade de escolher aquilo que é apresentado a ele, que é a reposição de suas energias vitais ou o consumo para sua subsistência.

Com a revolução Industrial, nasce a forma do trabalho assalariado no sistema capitalista e com ele uma das maiores formas de exploração de trabalho humano, o trabalhador perde seus instrumentos de trabalho suas habilidades laborais e seu reconhecimento como produtor do produto, o trabalho estranhado, alienado e abstrato está posto (ANTUNES. 2009). Assim, o trabalho morto<sup>25</sup> passa a dominar o trabalho vivo, a criatura domina o criador.

É o quantitativo, tempo de trabalho não pago que amplia o crescimento do lucro e, o desenvolvimento das forças produtivas não são subjacentes à condição vital do ser humano, ambos não se compatibilizam. O desenvolvimento tecnológico favorece o capitalista que amplia o grau de expropriação da classe trabalhadora.

[...] Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento tecnológico pode provocar “diretamente um crescimento da capacidade humana”, pode também nesse processo sacrificar os indivíduos e até mesmo classes inteiras” LUKÁCS,1981,p.566, *in*, ANTUNES, 2009 p. 191).

Em contraste para o trabalhador, a Revolução Industrial foi a domínio sobre a sua força de trabalho, ou seja, as técnicas e habilidades do trabalhador desaparecem dando lugar para o tempo em que a máquina executa, em outras palavras, o “trabalho morto”<sup>26</sup> que dita o ritmo de trabalho e os gestos monótonos de cada trabalhador.

---

<sup>25</sup> Termo cunhado por Marx na sua Obra o Capital que significa o trabalho da máquinas (TEIXEIRA,2004).

<sup>26</sup> Termo usado por Karl Marx na sua obra o Capital, significa o trabalho da máquina que é morto, mas só vive pelo trabalho vivo do trabalhador ( MARX, 2005).

Os meios de produção transformam-se imediatamente em meios de absorção de trabalho alheio. Não é mais o trabalhador quem emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, são eles que o consomem como fermento de seu próprio processo vital. (MARX, 1988, p. 235).

A força vital do trabalhador neste momento está na venda de sua força de trabalho, é o que de fato lhe pertence, só existente na operação do trabalho, o burguês não tem como possuir a força de trabalho, nisto, como possui o espaço físico da fábrica, a matéria prima, a máquina, necessita comprá-la do trabalhador, este último necessita vendê-la para manter-se vivo, bem como a seus familiares. De princípio, as primeiras jornadas de trabalho chegavam a 18 horas por dia, com o uso de mulheres e crianças em trabalho árduos. O trabalho assalariado nos primórdios da Revolução Industrial consistia na anulação do intelecto e da utilização do esforço contínuo da força física vital, haja vista que este esforço físico não trazia benefício algum ao trabalhador, mas pelo contrário, acarretava danos à saúde destes sujeitos que produziam a riqueza para a burguesia e para o Estado (NETTO/BRAZ, 2001).

Para Paul Lafargue , um novo tempo deveria surgir, um tempo diferente de todos os outros em exceção do tempo livre dos gregos pensadores. Para Lafargue os trabalhadores não deveriam reclamar por direitos, pois a esses só concebem o direito de exploração.

Se a classe operária se erguesse com sua força, não para reclamar os Direitos do Homem, que não são senão o direito à exploração capitalista, não para reclamar o direito ao trabalho, que não é senão o direito à miséria, mas para forjar uma lei de bronze que proibisse todos os homens de trabalhar mais de três horas por dia, a terra tremendo de alegria, sentiria surgir um novo universo (LAFARGUE,2005, p. 13).

Nota-se claramente, a crítica do autor ao sistema capitalista, pois dentro desse sistema econômico é impossível ao trabalhador conseguir viver a liberdade humana em sua dimensão ontológica, pois o tempo para o modo de produção capitalista é um tempo exclusivo para a produção de mercadorias e da extração da mais-valia absoluta e relativa sobre o trabalhador.

No que tange aos direitos, Karl Marx demonstrou em seus escritos<sup>27</sup> sobre a questão dos trabalhadores em lutarem por direitos trabalhistas. Segundo Marx, isso não eliminaria a exploração capitalista e não propiciaria a emancipação humana. Como exemplo a redução da jornada de trabalho.

Pelo aumento da “intensidade do trabalho”, pode-se fazer um homem gastar em uma hora tanta força vital quanto antes gastaria de 2 horas. É o que tem acontecido nas indústrias submetidas às leis sobre as fábricas, que aceleram até, certo ponto, a velocidade das máquinas e aumentando o número de máquinas que um trabalhador deve operar ( MARX, 2006, p. 132).

No decorrer do século XIX e XX, as novas organizações administrativas sobre o trabalho, visando sobretudo a produção da empresa portanto, a lógica do trabalho calculado e organizado pelo tempo na cientificidade do método de produção Friederick Taylor e o trabalho repetitivo sobre a esteira do modelo de produção de Henry Ford, almejavam o trabalhador como uma peça da máquina, que não tinha sentimentos e razão, e com efeito disso trabalharia todos os dias igual ao anterior, sobre o mesmo ritmo intenso da máquina e com gestos que se repetem todo o instante<sup>28</sup>(ANTUNES, 2009).

A condição de exploração que fica eminente torna-se a forma de consciência imputada no qual o Capital consegue sobreviver expropriando o trabalho vivo do trabalhador, este último não percebe o invólucro místico que o envolve.

Como a “alienação” é a produção do Capital realizada pelo trabalho, ela deve ser entendida como atividade, estando sempre em disputa. Em outras palavras, a alienação é a luta do Capital para sobreviver, a luta do Capital para subordinar o trabalho (...) é a luta incessante do Capital pelo poder. A alienação não é um aspecto da luta de classes: ela é a luta do Capital para existir”(idem:148). O processo de alienação , portanto, vivenciando cotidianamente pelo trabalho, e a desalienação é parte imprescindível desse processo, é “a incessante rebelião da atividade contra a passividade, do ser contra o sofrimento(idem). É a expressão da revolta da atividade contra a sua condição estranhada ( ANTUNES, 2009, p.132).

---

<sup>27</sup> Relatado em seu texto “Trabalho assalariado e Capital”de (1891) data equivocada, publicado especialmente para a Associação dos operários alemães em Bruxelas (ENGELS, 2006).

<sup>28</sup>A evolução das forças produtivas, concerne na forma de apropriação total da força vital humana, o controle sobre o corpo humano contribui para que o capital se torne cada vez mais pujante, enquanto o real sentido do trabalho se esvanece como uma poeira aos ares( IAMAMOTO, 2007, p 385).

A alienação nesse sentido acaba ocorrendo em três fases. A primeira ocorre quando o trabalhador não se reconhece perante a produção, isto é, ele não sente ser pertencente ao produto produzido e tampouco reconhece suas habilidades do trabalho sobre ele, produz algo como se não dependesse dele, o trabalhador e o trabalho são separados, no processo da introdução da maquinaria. A segunda maneira de alienação é a relação da exploração sobre o trabalhador, em todo processo de produção. A terceira e última fase da alienação ocorre quando o trabalhador não se reconhece como humano, se reconhece como coisa e também o outro ser humano é considerado como coisa, esse processo de alienação se chama coisificação ou estranhamento, esse estranhamento enviesa sobre o ser não se reconhecer nele mesmo e não reconhecer o outro, o trabalhador se aliena a si mesmo, essa coisificação perpassa as relações diárias tornando tudo também mercadoria.

Se esclarece assim, que a força física humana está relegada ao Capital, Capital este que domina o trabalho, o uso inadequado do esforço físico na produção industrial ocasiona desgaste físico extenuante, como também o desgaste intelectual, o que provoca além de doenças, a incapacidade vital de praticar esportes, exercícios físicos e atividades intelectuais, sem contar que o trabalhador fica com um tempo irrisório para praticar as atividades no tempo livre.

O tempo aprisionado<sup>29</sup> no trabalho exaure todas as forças do trabalhador, como bem explicita Marx, o capital não possui vida, quem possui é apenas o trabalho, por sua vez este último não percebe sua existência.

O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, á maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupar. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. (MARX, 1988, p, 180).

Portanto, o tempo em que o trabalhador assalariado fica dentro de seu espaço de labor é um tempo de intensa exploração do capital, o que o autor quis expressar é que o trabalho acaba desaparecendo cada vez que dá vazão ao crescimento ao capital, nesse sentido não é um trabalho criativo e tampouco o tempo pode-se tornar criativo.

---

<sup>29</sup> Tempo dentro do local de trabalho, conceito defendido na tradição marxiana na obra de Marx “Trabalho Assalariado e Capital” (MARX, 2010, p. 37).

Os exercícios no tempo, fora do espaço de produção, podem ser considerados também como um trabalho, como exemplo: trabalhadores que usam desse tempo para produzirem arte. Nesse sentido o autor faz sua ponderação.

Aquele que é mestre na arte de viver faz pouca distinção entre o seu trabalho e o seu tempo livre, entre a sua mente e o seu corpo, entre a sua educação e a sua recreação, entre o seu amor e sua religião. Distingue uma coisa da outra com dificuldade. Almeja simplesmente, a excelência em qualquer coisa que faça, deixando aos demais a tarefa de decidir se está trabalhando ou se divertindo. Ele acredita que está sempre fazendo as duas coisas ao mesmo tempo (MASI, 2000, p. 153).

O autor destaca a verdadeira face do trabalho, que é o trabalho criativo, trabalho esse que mesmo fora do tempo do espaço de trabalho, não acaba sendo alienante como no trabalho assalariado, nesse trabalho, o trabalhador reconhece o trabalho de sua produção e experimenta o deleite ao realizá-la.

O tempo fora do espaço de trabalho é também um tempo de deleite humano, transcende à sua própria existência. Ao se deparar com os variados elementos que circundam o cotidiano da vida e poder debatê-los ou apreciá-los, constata-se que o trabalhador percebe uma outra dimensão, no qual pode se encontrar com sua genericidade humana. No entanto, como o tempo aprisionado e fora, se imbricam, aumenta a dificuldade do usufruto desse deleite.

Mas para que ele venha a ter consciência da sua força, é preciso que o proletariado esmigalhe com os pés os preconceitos da moral cristã, econômica, livre pensadora; é necessário que regresse aos seus instintos naturais, que proclame os direitos à preguiça, milhares de vezes mais nobres e sagradas do que os típicos Direitos do Homem, elaborados pelos advogados metafísicos da revolução burguesa; que se obrigue a trabalhar apenas três horas por dia a enrolar e a divertir-se o resto do dia e da noite (LAFARGUE, 2005, p. 43).

Nesse sentido, o autor exalta o tempo como momento para descansar e se deleitar, sem se preocupar com os padrões econômicos e morais que regulam a hora de trabalho, podendo assim, ao se dedicar a outras relações que antes, com um tempo livre menor, era impossível de realizar. Nesse sentido o autor remonta o tempo livre no contexto Grego-Antigo, pois como salientado antes, o tempo livre inexistia no sistema capitalista, portanto, um outro projeto de sociedade, sobre as premissas dos fundamentos da classe trabalhadora deveria existir, para que existisse o tempo livre.

A justiça burguesa, a qual o trabalhador busca, é uma justiça que coloca o trabalho como um direito sagrado e inviolável, na qual apenas o trabalhador a ela deve-se submeter, caso o contrário ele é punido por essa mesma justiça, condenado a uma miséria ainda mais colossal. O trabalho não possui a escolha do trabalhador sobre a égide burguesa, ele apenas retrata a acumulação do capital. O autor relata ainda que Os Direitos do Homem, foram elaborados pelos advogados metafísicos burgueses, isto é, ganhou-se um contorno sagrado em relação ao direito do trabalho, porém, esse direito ao trabalho é imbricado apenas à classe trabalhadora. Para a burguesia, continua existindo acumulação do lucro via exploração do trabalho de outrem.

O tempo livre pode estar também totalmente concatenado com o modo de produção econômico e adjunto a ele, as alienações com seus invólucros, porém é também no tempo fora do espaço de produção que o trabalhador tem a capacidade de se reconhecer como classe trabalhadora e ter consciência da existência de classe, todavia é lógico que isso depende sumariamente das condições concretas existentes.

O cotidiano que interpela o tempo do trabalhador, passa pelo tempo nas relações produtivas, esse cotidiano pode ter nele variáveis ou pode ter repetições diuturnamente. Como exemplo, o trabalhador que todos os dias executa as mesmas funções no trabalho, adentra no mesmo transporte coletivo, repete as mesmas palavras para a sua família ao chegar em casa e frequenta sempre os mesmos locais.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade (HELLER, 2004, p. 18).

Esse cotidiano repetitivo não existe por mera opção do trabalhador, esse cotidiano é imposto de forma indireta pelo próprio modo de pensar capitalista, esse mesmo trabalhador não percebe a rotina de alienação que o circunda, porque ele está impregnado por esse modo capitalista de pensar.

Nesse contexto, o trabalhador não sabe a causa da alienação, mas percebe o quanto o cotidiano lhe traz insensatez, por essa razão, alternâncias no cotidiano ocorrem, como por exemplo a busca por uma religião que lhe traga sensatez para o seu cotidiano ou, contrário a isso, o alcoolismo para lhe fazer esquecer desse cotidiano, ou a busca em sua luta pela justiça burguesa.

Se há a indústria material, que submete o trabalhador ao jugo da exploração dentro de seu âmago, há também a “indústria cultural”, que interpela o trabalhador fora do espaço de trabalho, no seu ócio.

O próprio ócio do homem é utilizado pela indústria cultural com o fito de mecanizá-lo, de tal modo que, sob o capitalismo, em suas formas mais avançadas, a diversão e o lazer tornam-se um prolongamento do trabalho (ADORNO, 1999, p. 9).

Se na indústria material, o trabalhador nela produz, na indústria cultural o trabalhador consome o que é produzido, esse consumo não se circunscreve em uma separação entre trabalho e tempo livre, mas sim em uma simbiose entre ambos, o entretenimento é uma extensão do trabalho, porque ele faz parte da reposição vital do trabalhador e da ilusão satisfatória por um tempo determinado, para não se ter devaneios do trabalho, portanto ócio e trabalho acabam ficando intrinsecamente imbricados. O cotidiano do trabalhador não se altera, apenas modifica suas execuções, mas os sentidos dessas execuções são as mesmas.

No Modo de Produção Capitalista, as relações, dentro e fora do espaço aprisionado não são distintas, ambas se confluem, se a primeira é a produção material a segunda é a reprodução material. Dentre esses fatores de alienação causados pelo sistema capitalista, pode-se constatar a alta sistematização do trabalho, que inibe qualquer criatividade do trabalhador, essa sistematização não se dá apenas na esfera industrial, no caso, os trabalhadores manuais, essa sistematização se incumbe também de ocorrer na esfera de trabalho dos serviços, a qual concentra os trabalhadores intelectuais, tornando o trabalho burocratizado e automático (MASI, 2000).

O cotidiano para o trabalhador passa a ser o cotidiano que a materialidade econômica coloca para ele, sendo desde um produtor para o sistema capitalista e de consumidor também, um cotidiano que ele necessita produzir para consumir, porém consumir apenas aquilo que ele tem condições econômicas para adquirir.

O modo capitalista de pensar é a mediação necessária na produção e reprodução em crise da alienação que subjuga quem não é capitalista, invertendo o sentido do mundo e dando uma direção conservadora e reacionária à ação que deveria construir a sociedade transformada, desvinculando e contrapondo entre si o saber e a prática (MARTINS, 1978, p. 12).

Mesmo quem não é capitalista, acaba reproduzindo em seu cotidiano a ideologia capitalista, o trabalhador não se entende como vetor da transformação econômica-social e protagonista da emancipação social, ele compreende que a busca em ser capitalista é que dará sensatez ao seu cotidiano, mesmo que essa sensatez se insira em um círculo de trabalho alienado ao consumo.

No próximo capítulo, discutiremos o momento em que o sistema capitalista se recalitra como modo de produção, como também as transformações das forças produtivas pelo viés da Revolução Industrial e seu corolário. Deveras, será salientado as imbricações dos métodos e modelos de produção e seus impactos no contexto global e no Brasil.

## CAPÍTULO II

### O APOGEU DO SISTEMA CAPITALISTA E A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Neste capítulo, construído por meio de conteúdos aproximativos trataremos sobre as consequências da Revolução Industrial perante a classe trabalhadora e como a burguesia se amalgamou em todas as esferas sociais nessa fase do Capitalismo. A partir da 2ª Revolução Industrial, o método de produção “Taylorista” e o modelo de produção como o “Fordista” nasceram e aprimoraram a extração máxima do trabalho humano excedente. Nos anos 1970, o outro modelo de produção o Toyotista, fomentou a exploração sobre o trabalhador a flexibilização do trabalho, com terceirizações, trabalhadores polivalentes e informais.

No tocante ao universo de pesquisa, frisaremos sobre a relação do taylorismo/fordismo e toyotismo sobre a produção fabril e as consequências com os trabalhadores.

#### 2.1 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O SURGIMENTO DO PROLETARIADO

No presente tópico trataremos sobre o apogeu do sistema capitalista, momento da Revolução Industrial, no qual o modo de produção capitalista desenvolve de forma tenaz suas forças produtivas. A burguesia se estabelece como classe dominante da sociedade, enquanto o trabalhador encontra o aprofundamento e a alteração na forma tradicional de trabalhar.

O trabalhador que antes estava na Indústria Manufatureira e que dominava suas habilidades e os instrumentos de trabalho que fazia uso, está agora sobre o domínio do Capital. O trabalho vivo que designa sua força de trabalho, está submetido ao trabalho vivo acumulado, que são as maquinarias postas na produção industrial. Sobre esse patamar, há que se salientar a frenética escravização do trabalhador pela máquina.

Assim, para dizê-lo com Marx, a maquinaria converteu-se na mais poderosa arma do capital contra a classe operária, um meio de trabalho que arranca constantemente os meios de vida das mãos do operário, acontecendo que o produto do próprio operário passa a ser o instrumento de sua escravização. (CARMO, 1992, p.326).

Aparece, portanto uma corrente de látego que prende o trabalhador, assim como as correntes que prendiam os escravos romanos, no entanto, essa corrente na Revolução Industrial está na invisibilidade e tem o nome de capital. O “capital”, sobre o modo de produção capitalista é diferente do Capital em modos de produções anteriores, neste último, o Capital tinha apenas uma relevância de acumulação, ou seja, entesouramento, no Capitalismo, o Capital ganha um processo de contínua valorização, tendo um fórmula de (D-M-D)<sup>30</sup>, D=Dinheiro, M= Mercadoria, D= Dinheiro Acumulado, ou seja, dinheiro investido em mercadoria para os meios de produção que posteriormente retorna em dinheiro, todavia de forma maior do que antes, isso demonstra o processo de valorização do capital, o qual, além de se acumular se auto valoriza para haver investimentos nos meios de produção. Esse investimento nos meios de produção está na compra de mercadorias, que vão desde o capital fixo que são as máquinas, o capital fluído que são as matérias primas até as forças de trabalho. Esse investimento incessante segue além da obtenção dos lucros ilimitados, concatena-se também para levar a derrocada aos concorrentes de produção, para que assim possam ampliar o seu mercado consumidor. Por razão disso, aumentar a exploração sobre a classe trabalhadora é tão necessária, pois aumentando a exploração sobre um salário pífio e avolumando a mais-valia sobre a perspectiva absoluta ou relativa, a produção de mercadorias aumenta de forma abissal, salientando que os salários baixos tornam as mercadorias mais baratas estendendo assim o mercado consumidor (MARX, 2008).

O vapor da água é a energia precursora da Revolução Industrial, diferente das forças motrizes naturais da Indústria manufatureira<sup>31</sup>. Pela potência do vapor, originado

---

<sup>30</sup> [...] a diferença essencial entre a circulação mercantil simples (expressa na fórmula M-D-M) e a circulação mercantil capitalista (expressa na fórmula D-M-D’);essa diferença sinaliza, além de vários outros traços pertinentes ao movimento do capital, o sentido específico da ação do capitalista---à diferença do produtor mercantil simples, que tem no dinheiro um mero meio de troca e cujo objetivo é a aquisição das mercadorias de que carece e que, portanto, vende para comprar, o capitalista comprar para vender, isto é, o que ele visa com a produção de mercadorias é obter mais dinheiro. A fórmula D-M-D’ exprime o movimento do capital: o ponto de partida é o dinheiro e o ponto de chegada é mais dinheiro. Este é o sentido específico da ação do capitalista: a partir de dinheiro, produzir mercadorias para conseguir mais dinheiro (NETTO; BRAZ, 2008, p.96).

<sup>31</sup> Na Indústria Manufatureira além das máquinas manuais executadas com força física humana, também era usado as forças motrizes naturais, que são os ventos as correntezas de um rio ou a tração de cavalos e mulas. Um exemplo disso é que grande parte das indústrias manufatureiras tinham que ficar localizadas em encostas de rios para assim terem o funcionamento das máquinas. Exemplificando melhor é o caso dos moinhos de água para triturar trigo, ou se localizar em regiões de intensa ventania como é o caso dos moinhos de vento, Isto era muito prejudicial para a indústria manufatureira, pois tinha que se fixar somente em locais em que o ambiente natural fosse favorável a locomover as máquinas. No que tange á força motriz dos animais, também causava dificuldades para a Indústria Manufatureira, pois os cavalos e

da água em ebulição pelos carvões vegetais e minerais nas caldeiras, há a impulsão das engrenagens das máquinas, que dão a sequência dos movimentos mecânicos para a produção dos produtos.

As maquinarias produzem um volume de produtos de tamanha magnitude, ao passo que os tecelões eram incapazes, por motivações físicas e tecnológicas, de acompanhar tamanha proporção. Outro fator relevante refere-se às máquinas de tecelagem que barateavam a compra da venda de força de trabalho dos trabalhadores, pois a produção em curto espaço de tempo diminuía o salário pago ao trabalhador (MARX,1988). Algo muito benéfico ao capitalista que poderia ter mais recursos de capitais para investir nas forças produtivas, substituindo um tecelão por vários trabalhadores industriais por um salário equivalente. Esse processo já ocorrera na indústria manufatureira e na cooperação simples, porém na industrialização se aviltam, de forma mais fugaz, as condições de existência material dos trabalhadores.

O trabalho não é mais sentido pelo trabalhador, ou seja, não se encontra na condição de criador<sup>32</sup>, há um estranhamento entre produto e produtor, o que cria um invólucro de afastamento, em que o sujeito vive uma abstração na sua função de trabalhar, não visibiliza o sentido real do produto e tampouco o modo em que se produz o mesmo.

A suposta liberdade de competição, pleiteada pelo ideário burguês, nada mais é do que a liberdade do proprietário, de se apropriar da força de trabalho de um trabalhador, e deste último ser obrigado a vendê-la para sobreviver.

Toda a diferença com relação à escravidão declarada da Antiguidade consiste em que o operário moderno aparece ser livre, uma vez que não é vendido de maneira definitiva, mas pouco a pouco, diariamente, semanalmente, anualmente – e não é vendido por um proprietário a outro, mas vende-se ele mesmo, porque não é escravo de um

---

as mulas adoeciam muito rápido por causa dos movimentos forçados cotidianamente, isto prejudicava altamente a produção pelo fato que os animais não trabalhavam regularmente todos os dias, sem contar com os gastos que o proprietário tinha com a alimentação e a substituição dos mesmos. Destarte, a força motriz mecânica a vapor além de ser mais rápida que as forças motrizes naturais eram também mais eficientes e rentáveis financeiramente, mais eficiente pois poderia se instalar em qualquer local diferente das máquinas movidas á ventania e correntezas de rios e mais rentável financeiramente pois trabalhava regularmente todos os dias e sem ter gastos excessivos com reposição e alimentação como os cavalos e mulas (SINGER, 1985).

<sup>32</sup>A arte de criar remonta a história antiga da humanidade. No início do século XIX, o filósofo alemão Hegel destaca com admiração a criatividade do ser humano em criar. “ O homem regozija-se, antes de tudo, por ter demonstrado a sua habilidade e por ter verificado de quanto era capaz; regozija-se com a sua obra, regozija-se com seu trabalho, nos quais conseguiu imitar Deus, dispensador de felicidade e demiurgo” ( HEGEL, Georg, 1995, p. 95).

indivíduo, é escravo de toda a classe proprietária (ENGELS, p. 121, 2010).

Como enfatizado, a única diferença é que o trabalhador pode e supostamente optar por seu Senhor, o que não altera a sua exploração, pois não pode escolher em ser explorado ou não. Se acaso escolher em não ser explorado, estará fadado ao fim de sua existência vital, porque sem a venda de sua força de trabalho não obterá mercadorias para dar vazão às necessidades físicas suas e de sua família.

A imposição do capital se dá de forma predatória ao trabalhador, à sua total vinculação com a máquina e, além disso, a morte do potencial criativo do trabalho que vivifica o capital para sua continuidade.

Nesta analogia, vislumbramos a forma acumulativa do capital sobre o trabalhador, o qual se encontra fixado como uma peça da máquina, que destruindo sua razão e consciência o torna meramente instrumental. É nesse sentido, que o autor aborda que o trabalho vivo morre para vivificar o capital que está morto, o trabalhador exaure suas potencialidades físicas e perde o sentido do exercício intelectual. Portanto, acaba padecendo, enquanto o capital se reanima com o aumento da produção extenuante, que gera *quantum*<sup>33</sup> de trabalho e simultaneamente valor para as mercadorias.

A Revolução Industrial foi além de uma revolução econômica e das forças produtivas, sobretudo, ocasionou uma revolução nas relações sociais, algo nunca presenciado de forma tão repentina na história da humanidade. Da mesma maneira que as máquinas se transformavam, alteravam-se também as relações humanas, como a alteração de valores e até mesmo o metabolismo do sujeito com a natureza, e sobre este contexto o autor expressa suas ponderações.

[...] a partir do nascimento da grande indústria no último terço do século XVIII, um assalto desmedido e violento como avalanche. Toda barreira interposta pela moral e pela natureza, pela idade ou pelo sexo, pelo dia ou pela noite foi destruída. Os próprios conceitos de dia e noite, rusticamente simples nos velhos estatutos, confundiram-se tanto que um juiz inglês, ainda em 1860, teve de empregar argúcia verdadeiramente talmúdica, para esclarecer juridicamente o que seja dia e o que seja noite. O capital celebrava suas orgias. (MARX, 1988, p, 211 ).

---

<sup>33</sup>Expressão latina que significa quantidade de trabalho posta pelo trabalhador (MARX, 1988).

Do exposto, não havia conceito moral, ético e científico que pudesse paralisar este avanço do modo de produção capitalista. No que se refere aos conceitos morais familiares, houve uma mutação enérgica, na forma que já não era mais o homem o sustentador da família, mas sim toda a família passou a trabalhar, como exemplo, no princípio da Revolução Industrial mulheres e crianças, estas últimas inclusive com idade de 6 anos (MARX, 1988) . O capital se aproveita da fragilidade econômica e social dessas famílias e sobretudo da força de trabalho, em abundância, das crianças e das mulheres.

A natureza não é vista mais como elemento metabólico entre o sujeito, passa a ser vista como escrava do capital, e sua expropriação não se incute mais do que no valor de uso, as florestas devastadas, os minérios extraídos das cavidades subterrâneas, são, para a riqueza do capital.

Para o trabalhador o ambiente industrial é de extrema desolação, o espaço físico industrial e as atividades ali realizadas são de total privilégio para a produção capitalista e não para o bem estar do trabalhador resta para este último a busca de um refúgio aonde possa encontrar um real convívio.

Seu corpo enfraquecido pela atmosfera insalubre e pela má alimentação requer imperiosamente um estimulante externo; a necessidade de companhia só pode ser satisfeita numa taberna, porque não há nenhum outro lugar para encontrar amigos (ENGELS, p. 142, 2010).

A relação familiar torna-se conflituosa, pois o drama da exploração no trabalho não fica restritas somente no espaço industrial, elas são trazidas para o âmago familiar, pois nesse momento tanto o homem como a mulher e seus filhos acima dos oito anos estão submetidos ao trabalho industrial, ou ficam relegados a transitarem sobre as ruas. Ambos passam pelas mesmas perturbações, o tempo para um convívio familiar se torna exíguo e quando há um tempo para a convivência, o diálogo é de colossal inutilidades. Resta assim ao trabalhador ir ao encontro de uma taberna, onde que supostamente possa encontrar seus amigos.

O trabalhador, submetido ao alçó de um cotidiano de trabalho sem sentido e sem conseguir vislumbrar fora do espaço aprisionado algum elemento que possa orientá-lo para a compreensão e o deleite da vida, acaba se entregando aos mais

variáveis prazeres momentâneos, para que estes possam trazer as repostas da lamúria ocasionada na rotina laboral.

Submete-os às mais violentas emoções, às mais bruscas oscilações entre medo e esperança e persegue-os como a uma caça, não lhes concedendo nunca um pouco de paz e de tranquilidade. Priva-os de todos os prazeres, exceto do sexo e da bebida – mas porque diariamente os faz trabalhar até o esgotamento de suas forças físicas e morais, esses dois únicos prazeres permitidos são degradados pelos piores excessos ( ENGELS, p. 137, 2010).

O alcoolismo e a busca por relações sexuais incessantes são alguns dos elementos que o trabalhador encontrava fora do espaço aprisionado, para suprir a inexistência de sentido da vida que o trabalho assalariado industrial o oferecia.

Não há espaço de cultura esportes e lazer para o trabalhador. Não é de interesse para a burguesia que existam esses espaços para a Classe Trabalhadora, o interesse da burguesia é que os trabalhadores se mantenham vivos, para que todos os dias possam vender sua força de trabalho. Elementos que provoquem a suspensão do cotidiano para o trabalhador, podem ser artifícios para uma consciência crítica e com efeito disso contestadora sobre o regime de exploração capitalista. As condições objetivas são óbices para que os trabalhadores possam frequentar espaços como esses, a burguesia que se utiliza do tempo livre, privilegia esses espaços somente para ela, o seu recurso de capital lhes dá livre acesso, enquanto para os trabalhadores que estão sem esse recurso lhes sobram no máximo frequentar as tabernas<sup>34</sup>.

O tempo que lhes restam fora do espaço aprisionado, mal os possibilita de consumir outros produtos que não sejam de subsistência, pela razão de que o salário que recebem os submetem a comprar somente a alimentação e um pouco de vestuário, ainda que esses produtos sejam de pouca qualidade, pois o salário não lhes permitem comprar produtos de melhor qualidade com valor maior.

A máxima burguesa da competição de um contra todos culminou no surgimento de uma sociedade fragmentada política e moralmente. A busca pela riqueza, como no

---

<sup>34</sup> Quando esses espaços serviam para entretenimento para os trabalhadores, para se livrarem da tensão da rotina de trabalho, a burguesia pouco lhes davam importância, porém, quando os trabalhadores começaram a faltar no trabalho ou não trabalhar de acordo com o ritmo da produção por razão do alcoolismo, a burguesia voltou seus olhos puritanos para essa questão e as tabernas começavam a ser desmoralizadas, ou seja, o trabalhador que se torna violento com a família e com a comunidade não é um problema para a sociedade burguesa (ENGELS, 2010).

caso do proprietário dos meios fundamentais de produção ou a busca pela sobrevivência como no caso do trabalhador.

Esses milhares de indivíduos, de todos os lugares e de todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão todos eles seres humanos com as mesmas qualidades e capacidades e com o mesmo desejo de serem felizes? E não deverão todos eles, enfim, procurar a felicidade pelos mesmos caminhos e com os mesmos meios? Entretanto, essas pessoas se cruzam como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem a realizar uma com a outra e entre elas só existe o tácito acordo pelo qual cada um só utiliza uma parte do passeio não impeçam seu movimento mútuo – e ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar ( ENGELS, p. 68, 2010 ).

A estupefação do autor se dá quando constata-se que esses sujeitos, detentores do capital, não consideram o outro como ser humano, mas sim como um número, que ora é um obstáculo que impede seus anseios, ora são artifícios para serem cooptados, para a realização da busca do lucro, em outras palavras, as relações se tornam cada vez mais monetárias e não humanas.

No ambiente rural, há um pujante êxodo para o meio urbano e a troca pelo trabalho do campo pelo trabalho nas indústrias passa a ser regra geral. A Revolução Industrial se imbrica também no espaço rural, as terras que antes utilizavam um grande número de trabalhadores para cultivá-la com seus instrumentos rudimentares, agora passam a receber a ação de máquinas, que agilizam o trabalho no campo condicionando maior produção e lucro. Por consequência disso, há uma redução no número de trabalhadores, sendo que sem trabalho a única via para obterem a sua subsistência era o trabalho nas indústrias. (MARX, 1988).

Sobretudo os pequenos produtores rurais tiveram a situação parecida com a dos mestres artesãos, estes primeiros abandonaram suas terras por circunstância nas quais não conseguirem competir com os grandes latifúndios que usavam a maquinaria como meio de produção. Isso posto, para sobreviver no sistema capitalista o ser humano necessita se sujeitar às maiores mazelas impostas pela realidade. No modo de produção capitalista o sujeito necessita do trabalho para obter a existência da sua própria vida (MARX, 1988).

O trabalho árduo na indústria, não permite ao trabalhador impor o ritmo ao seu trabalho, ao contrário, é a máquina que impõe o ritmo de produção a ele, não é o trabalhador que dá vida a máquina, mas é ela que aniquila a vida do trabalhador.

Os meios de produção transformam-se imediatamente em meios de absorção de trabalho alheio. Não é mais o trabalhador quem emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, são eles que o consomem como fermento de seu próprio processo vital. (MARX, 235, p. 1988).

Destarte, pode-se exemplificar que da maneira como o carvão e a madeira são consumidos pela chama da caldeira para mover a máquina a vapor, o trabalhador é também consumido por esta mesma máquina, suas potencialidades físicas e intelectuais são exauridas, assim a fumaça do carvão e da madeira. Sobretudo, a dominação do produto sobre o produtor, o inanimável torna-se dominador do que animável<sup>35</sup>. Além disso, essa dominação não deriva somente da máquina sobre o trabalhador, mas sim do poder do capital sobre a máquina que exerce poder sobre o trabalhador.

A única riqueza que o trabalhador possui e pode multiplicá-la é sua prole, ou seja, seus filhos. Os trabalhadores ao longo da Revolução Industrial tinham muitos filhos para que esses pudessem ser os novos trabalhadores no mercado industrial e aumentar a renda de subsistência da família. Portanto, a prole é inerente ao crescimento da classe trabalhadora, por isso que os trabalhadores da Revolução Industrial são designados por (Marx, 2009), como proletariado.

Esse proletariado, esta adjunto com a urbanização das cidades e das concentrações humanas nas grandes fábricas, como também a miséria faz parte desse contexto populacional, que além de estarem em situações de trabalho sub-humanas, estavam sobre um modo de produção econômico pior que o modo de produção escravista. De acordo com (MARX, 1988), o escravo obtinha a certeza de todos os dias ter alimento para o seu sustento, no caso do proletariado, com o salário que recebiam mal podia pagar para fazer suas refeições diárias.

Não obstante isto, o pensador francês do início do século XIX “Augusto Comte” 1798-1857, um dos precursores da filosofia positivista e da sociologia, interpretava que o proletariado seria um dos fundadores e participantes da sociedade positivista<sup>36</sup>. Esta

---

<sup>35</sup> O fato dos trabalhadores acreditarem que as máquinas fossem responsáveis pela desumanização no trabalho no início da Revolução Industrial, levou os trabalhadores a fazerem um movimento de violência contra as máquinas, movimento este que teve como denominação “ludismo”(CARMO, 1992).

<sup>36</sup> O ideal positivista visava o progresso da humanidade em sentido retilíneo, e a ordem como orientadora para evitar qualquer conflito e a ciência como crença única da humanidade, de acordo com Augusto Comte, a humanidade passava por três estados, o estado teológico, que é a crença na mística divina e no poder espiritual religioso, o estado metafísico, que a crença na liberdade e em ideais revolucionários, e

sociedade positivista não visava o fim da hierarquia de classes e de dominantes e dominados, pois isto geraria uma anarquia social. Segundo Augusto Comte o proletariado estaria no estado metafísico, que se circunscrevia em crenças revolucionárias e que o segundo passo seria a passagem para o estado positivista, na qual a ordem seria a orientação de toda uma sociedade, não se pautando em uma supressão social, mas sim, em uma regulação social (GUARESCHI;RAMOS, 2000).

Entretanto, esta ordem quem a impõe é a classe que domina os trabalhadores, ou seja, os capitalistas. Portanto, o pensador francês não observa a luta de classes e a condição que o capital impõe na sociedade, como um todo, pelo fato que o modo de produção capitalista não permite um novo estágio social sem estar de acordo com os interesses de mercado e produção.

No que tange à tecnologia gerada pelo modo de produção capitalista, pode-se afirmar que nenhum outro sistema econômico foi tão eficaz no desenvolvimento tecnológico como o sistema capitalista. No entanto, este desenvolvimento tecnológico visava a promoção do capital e não do ser humano, em outras palavras, estava a serviço do enriquecimento do capitalista e não do trabalhador. As tecnologias imposta nos meios de produção e nos produtos e mercadorias geradas, não estavam delegadas aos trabalhadores, estes últimos viviam de forma precária, como seus antepassados viviam em períodos remotos de imensa tecnologia obsoleta. (IAMAMOTO,2006).

Outrossim, o desenvolvimento tecnológico imposto ao trabalhador na indústria, não os beneficiava intelectualmente, moralmente e fisicamente, muito pelo contrário, lhes traziam malefícios, nestas mesmas afecções. Sobre este viés do Capitalismo, dois pensadores dessa época discutiam essa nova divisão social do trabalho, que trazia o bojo da tecnologia mecânica ao lado do trabalhador, dentre eles estavam o filósofo francês Dennis Diderot 1713-1784 e o filósofo inglês Adam Smith 1723-1790 (TEIXEIRA, 2004).

Dennis Diderot preconizava que a nova divisão social do trabalho, era benéfica ao trabalhador, pois lhe permitia se aperfeiçoar na produção das mercadorias, porque o trabalhador industrial executava as mesmas funções nas máquinas diuturnamente. Para Diderot, esta repetição<sup>37</sup> constante o elevaria à perfeição, o autor usava como exemplo a

---

por último o estado positivista, na qual a ciência é a verdadeira orientadora para os fins, tendo o amor por princípio, ordem por base e progresso por fim. ( MARX, 1988).

<sup>37</sup> Este pensamento é retomado no início do século XX pelo empresário automobilístico Henry Ford, o empresário via na repetição de tarefas um aumento e eficiência na produção, pensamento este que implementou em sua teoria administrativa e nas suas industrias. (ANTUNES,2009).

ator de teatro, que repetindo várias vezes a fala se elevava à eficácia da cena, da mesma forma para o trabalhador, essa eficácia o condicionaria à excelência na produção, correspondendo também à produção dos melhores produtos para o consumidor (ANTUNES, 2009).

Adam Smith ao contrário, considera que a nova divisão social do trabalho embota o espírito do trabalhador. Em outras palavras, agride a moral e o intelecto do sujeito, tornando-o ignorante por trabalhar de forma fragmentada e não sem dominar o trabalho como um todo. Ao contrário do ator citado por Diderot, Smith considera esse formato de trabalho uma prisão à liberdade do sujeito e uma agressão às suas potencialidades criativas. O autor é um dos fundadores do liberalismo econômico<sup>38</sup> e defendia a tese do “*Homuseconomicus*”, que embasa-se no potencial econômico de cada sujeito, portanto, acreditava-se na transformação social derivada do trabalho do bem individual, que no caso da nova divisão social do trabalho não permitia este desenvolvimento, pelo fato de enfraquecer esse potencial do “*Homuseconomicus*” do trabalhador (TEIXEIRA, 2004).

Por conseguinte, tanto Diderot quanto Smith, não fazem uma leitura analítica da sociedade burguesa, Dennis Diderot acredita na falaciosa ideia de aperfeiçoamento no trabalho, este aperfeiçoamento é apenas para os proprietários dos meios de produção, que atingem o grande volume de produtos com qualidade para a venda, enquanto o trabalhador não adquire nenhum benefício intelectual, moral e muito menos financeiro.

Por sua vez Adam Smith, não notava que no modo de produção capitalista há uma desigualdade social no trabalho, que é inerente ao modo de produção, por isso nunca lograria êxito a igualdade de trabalhadores e proprietários, estes últimos necessitam da exploração sobre os trabalhadores para existirem, seguindo a mesma condição do sistema capitalista.

Smith, defendia a tese de que todo sujeito tinha uma habilidade própria, sendo assim, a divisão social e técnica do trabalho se moldaria por meio dessas habilidades, não havendo intervenção econômica externa (TEIXEIRA, 2004).

O autor faz uma inépcia análise, ao atribuir a nova divisão social do trabalho na Revolução Industrial, com uma conotação de particularidades individuais. Esta errônea afirmação indica que o proletariado tem aptidões inatas para ser um trabalhador que

---

<sup>38</sup> Teoria econômica que visa o fim da intervenção do Estado na economia e o fim dos regimes totalitários, no caso de Adam Smith o absolutismo. O liberalismo econômico tem como iniciativa a liberdade do mercado e a competição individual da sociedade, competição esta que levaria ao bem geral, oriunda do esforço individual de cada um ( NETTO/BRAZ, 2001).

apenas executa com predisposições físicas e não intelectuais, ou seja não tem aptidão intelectual para ser um capitalista. Seu campo teleológico é negado, portanto, o trabalhador é um ser metafísico.

Essa visão acredita na possibilidade da liberdade de escolher uma função social, dentre elas a função na divisão social do trabalho, a liberdade de dominar o oprimido e a liberdade deste último de deixar-se ser dominado, sendo que:

Na divisão social do trabalho, antes de existir as divisões de funções, existe a divisão de dominação, de quem é o dominador e de quem é o dominado. E o que assemelha dominador e dominado no modo de produção capitalista é que ambos são livres pelo conceito liberal, o dominador é livre para comprar a força de trabalho e o dominado é livre para vender sua força de trabalho. (MARX, p 153. 1988).

Portanto, Marx esclarece que não são as funções laborais que antecedem a divisão social do trabalho como diria Adam Smith, mas sim a ordem de quem serão os dominadores e quais serão os dominados, e isto não surge de escolhas individuais mas das imposições pela realidade social concreta que circunda toda uma sociedade.

Dessa maneira, constata-se que é com o Capitalismo que a Revolução Industrial se consolida. O capitalismo subjugará a política, a cultura e a ética de uma sociedade. Portanto, o Capitalismo irá adiante, até se fixar em todos estamentos da sociedade, conforme (GRAMSCI, 2008), o capitalismo cria sua hegemonia por meio de sua influência no trabalho e nas demais esferas da sociedade civil.

Por conseguinte, o trabalho no sistema capitalista adquire formas de metamorfoses, ou seja, se ajusta de acordo como o sistema econômico e pretende barganhar mais capital, acumulação esta que se dá por meio da mais-valia, causada pela exploração sobre o trabalhador.

Por fim, na contemporaneidade global, o sistema capitalista lança e atualiza constantemente meios para manter sua hegemonia e gerenciar o processo de circulação do capital, mesmo que isso acarrete cada vez mais prejuízos à classe trabalhadora, haja vista que essa é uma contradição inerente ao modo capitalista, assentado na exploração de uma classe sobre a outra. Portanto, o sistema capitalista tende a desenvolver técnicas de produção para o aumento da mais-valia e estas técnicas se desenvolvem a um tal ponto que tornam-se modelos de produção a nível global, como fordismo/taylorismo e toyotismo. Abordaremos esses modelos e seus impactos sobre o trabalho no tópico a seguir.

## 2.2 TAYLORISMO/FORDISMO UMA FUSÃO EM PROL DA ESPOLIAÇÃO SOBRE O TRABALHADOR

Com o Capitalismo<sup>39</sup>, criam-se mecanismos para melhor gestá-lo, nesse sentido, as organizações administrativas e do trabalho ganham tenacidade no final do século XIX. Dentre elas podemos destacar o modelo de produção Fordismo/Taylorismo.

A maquinaria, durante todo o século XIX, era o principal elemento do processo de trabalho na Europa, como na Inglaterra, França e Alemanha, ligada inicialmente na indústria têxtil. Na maquinaria estava imbricada a relação trabalhador-máquina, ou seja, cada trabalhador realizava o processo do trabalho na máquina, porém a racionalidade do trabalho estava na máquina. Com a inovação da indústria metal-mecânica no final do século XIX, uma nova compreensão do processo de trabalho começa a vigorar. Cria-se portanto um novo método de produção, o “Taylorismo”. Esse método de produção nasce nos Estados Unidos, ao contrário da maquinaria.

Na maquinaria, a racionalidade é a máquina, para o taylorismo, a racionalidade é retirar o saber do operário. Neste sentido não é verdade que o método racional taylorista é continuidade da maquinaria, enquanto elemento do processo de trabalho. Isto é, não é verdade que o taylorismo leva a maquinaria da produção têxtil, desenvolvida no século XIX, às últimas consequências. Ao contrário, o taylorismo é um método particular no interior do processo de trabalho que necessita ser analisado em sua complexidade particular porém, sem perder a dimensão da totalidade que envolve o modo de produção capitalista universal (BATISTA, 2014, p.12).

O engenheiro mecânico Norte-americano “Friederich Taylor (1856-1915)”, formulou um mecanismo para se obter uma alta produtividade em curto espaço de tempo, ou seja, produzir mais produtos com menos tempo do que nos métodos de produção do passado. Taylor, usava cronômetros para calcular as execuções dos trabalhadores, sendo assim cada gesto de trabalho era minuciosamente calculado, o que

---

<sup>39</sup> Nos países precursores da Revolução Industrial, como Inglaterra e França, o período do final do século XIX, caminha para a “Segunda Revolução Industrial”, esta chamada de Revolução da Combustão. A frase consolidação do capitalismo corresponde que as forças que antes dominavam a economia e a política foram vencidas como a nobreza e o poder religioso ( ANTUNES, 2009).

previa a quantidade de produtos que se teria no final da jornada de trabalho (ANTUNES, 2009).

Esse método de produção ganhou o nome do seu inventor, “Taylorismo”. Taylor preconizava que o trabalhador fosse como a máquina, isto é, a cada dia sempre repetir a mesma potencialidade de produção. Para o taylorismo, questões como saúde física e mental, não deveriam ser impedimento para a produção. Logo se via o tratamento abstrato no qual se tratava o trabalhador, o método de produção se pautava na acumulação do capital e não na vida do trabalhador.

Esta discussão não se propõe ater-se à história de Taylor, mas é importante enfatizar suas preocupações centrais. Taylor assumiu o propósito de expropriar ao máximo o trabalho vivo. Em primeiro lugar, ele deixou definido e explícito que o problema central enfrentado pela acumulação capitalista, nos E.U.A., situava-se na liberdade em que se encontrava o trabalho vivo, principalmente aquele lastreado de habilidades. Era necessário, portanto, retirar do operário o saber legado e conquistado socialmente. Para dar conta dessa tarefa, Taylor cria o papel da gerência científica, a qual tem a responsabilidade de entrar na redoma de vidro e cumprir com a tarefa de expropriação daqueles (BATISTA, 2014, p. 10-11).

Essa expropriação das habilidades dos trabalhadores estava diretamente ligada ao processo exploratório, ao alterar a forma de produzir, retirando os mecanismos de produção da maquinaria, que exigia uma certa habilidade no manuseio do trabalhador com a máquina. Por essa razão o método de Taylor expropriava o máximo possível o trabalho vivo. Sobretudo, deve-se destacar que não é o Taylorismo que retira o trabalhador de suas habilidades, esse fenômeno já ocorrera na manufatura, o que ocorre é uma relação tênue e conflituosa entre capital-trabalho.

De acordo com a autora (ASSUNÇÃO, 2006). Se denotará que esse ritmo de tempo intenso de trabalho, subjacente com a diminuição da participação do trabalhador no processo de produção é concomitante com a redução do tempo para a produção.

Apesar de repetitivos, os ciclos da tarefa não se apresentam de maneira idêntica ao longo da jornada. Por isso, a ergonomia estuda os diferentes mecanismos desencadeados pelo operador para responder às dificuldades apresentado que deverão ser contornadas em tempos exíguos. A organização taylorista do trabalho tenta reduzir a participação mental do operador, apresentando-lhe rotinas calculadas e tarefas idealmente idênticas, exigindo respostas calculadas, também, idênticas. Ao contrário, os resultados das análises mostram que

mesmo em um quadro temporal rígido, é requerido dos trabalhadores um funcionamento intensivo para antecipar-se às perturbações do processo e aos incidentes e garantir a qualidade dos objetos produzidos (ASSUNÇÃO, *In*, ANTUNES, 2006, p.182).

Constata-se que o método de produção taylorista pleiteia a redução do tempo, para que se produza mais do que outrora se produzia, isto é, execuções dos trabalhadores mais rápidas do que alhures. Como também, fomenta uma dimensão exígua do pensamento, sendo que o trabalhador acaba não tendo condições para realizar sua reflexão sobre a produção, ou seja, quanto menor for o pensamento do trabalhador sobre o objeto produzido e sobre os meios em que produz tais objetos, mais garantida será a qualidade dos produtos e a total disponibilidade do trabalhador para o trabalho em tempo acelerado.

Na segunda metade do século XIX, começaram a fabricar os primeiros automóveis, porém não eram de grande velocidade. Com o advento da energia a combustão e seu desenvolvimento tecnológico da 2ª Revolução Industrial, as fabricações de automóveis realizadas pelos irmãos alemães Benz e Daimler, os automóveis começaram a ganhar outros adereços que os tornaram mais potentes. Nesse contexto, surge dois modelos de produção o da RollsRoyce e do Fordismo<sup>40</sup>, o primeiro tinha um trabalho minucioso na construção das peças, um trabalho artesanal da maquinaria o que resultava na demora para a fabricação do automóvel. No entanto, tornava o veículo com maior qualidade o que com efeito disso, elevava seu preço.

São os avanços conquistados pelo método taylorista que permitirão que Ford aproxime-se de Taylor e adote suas idéias em sua produção de automóveis. Em pouco tempo a produção e a lucratividade aumentaram. Por isso, ao analisar-se historicamente a produção de automóveis percebe-se que esta não ocorreu inicialmente por meio da produção fordista. Tal façanha ocorreu primeiramente nos E.U.A. e na Europa através da produção Craft que retomava algumas características do processo de trabalho desenvolvido no período artesanal: 1)os automóveis eram produzidos de forma individual, por meio de encomenda; 2) os trabalhos eram realizados em equipe; 3) as fábricas eram construídas em espaços pequenos, lembrando os ofícios; 4)os trabalhadores dominavam toda a produção, isto é, desenvolviam suas atividades no interior da redoma de vidro; 5) a máquina utilizada no processo de usinagem e estamparia era a máquina ferramenta universal; 6) a produção era lastreada no trabalho vivo, portanto, repleta de flexibilidade (BATISTA, 2014, p. 13).

---

<sup>40</sup> Criado pelo engenheiro norte-americano Henry Ford, em 1913 teve seu modelo posto de forma completa na produção (HARVEY, 2007).

O modelo de produção fordista, não se dissocia do método de produção taylorista, pelo contrário, se utiliza de todos elementos que possibilitam retirar a habilidade do trabalhador. A fase de expansão comercial que o Capitalismo se encontrava no início do século XX, tencionava a um modelo de produção que produzisse em curto espaço de tempo. A maquinaria tinha uma unidade na produção em relação trabalhador-máquina, a forma de trabalhar por peça do fordismo, trazia uma maior velocidade produtiva.

A parte da planta constituída pela linha de montagem somente entrou em cena em 1913, com a qual Ford inaugura a produção em massa lastreada no trabalho vivo. Esta relação, prescinde da qualificação, as habilidades tornam-se desnecessárias. Com a introdução da linha de montagem, Ford inaugura a esteira. Este passo traz em cena Taylor, cujas descobertas Ford não poupou esforços para utilizar. E a principal delas foi a utilização da linha de montagem do método de Taylor denominado de tempo-movimento, isto é, o movimento da esteira teria que se ajustar ao movimento do trabalhador (BATISTA, 2014, p. 14).

A esteira mecânica além de proporcionar, uma alta produção, acarretava também na condição do trabalhador se ajustar a ela, o trabalhador estava preso a uma função apenas da máquina. Portanto, Ford se utiliza do método de Taylor em sua plenitude para garantir um modelo de produção eficaz na esfera produtiva.

Se a imposição moral dos proprietários sobre os trabalhadores não surtisse efeito sobre a conduta disciplinar do trabalhador, a própria máquina realizava esse processo disciplinador.

[...]Enquanto se trata de converter o operário a uma conduta mais regular, procurando convencê-lo de que seu verdadeiro interesse exige principalmente disciplina, ele pode se revoltar, ou se furtar, pela fuga a essas obrigações que são de esfera moral. A máquina impõe. A relação de trabalho poderá deixar de ser “volátil”, se esta organização técnica for, em si mesma suficientemente poderosa para impor sua ordem. (CASTEL, 2009, p.425).

Nesse sentido, os meios de produção do Capitalismo conseguem usurpar ao trabalhador a execução de um trabalho regulado inteiramente para a produção, as questões subjetivas da moral desaparecem, independentemente de quem seja o

trabalhador, seus costumes e hábitos sucumbem perante a organização da produtividade Fordista. O fordismo regulava não somente as questões do trabalho intrafábricas mas também nas questões extra fábricas<sup>41</sup>, como a intenção de Ford de coibir aos operários o consumo de álcool, realizações de festas e dentre outras, pois segundo Ford esses afazeres acarretariam em déficit produtivo para a indústria (GRAMSCI, 2008).

Na segunda fase do Fordismo, que se concerne nas primeiras décadas do século XX, se preconizou a produção em larga escala e com execuções rápidas para a produção das peças, o que diminuía a qualidade do automóvel em comparação com os carros da RollsRoyce. Entretanto, os carros da indústria Ford, saíam com um custo mais barato que estes e também com uma produção maior, o seu preço atendia à demanda do consumidor e sua alta produção escoava a exportação para outros mercados.

Enquanto os automóveis da RollsRoyce tinham como consumidores apenas uma parte da elite da sociedade, como latifundiários, banqueiros, grandes empresários, o Fordismo atendia uma parte da Classe Trabalhadora que possuía um poder aquisitivo maior em relação a outros trabalhadores, a chamada "Classe Média". Pode-se dizer que o Fordismo popularizou o consumo de automóveis, não obstante, esse modelo de produção não tinha como premissa satisfazer o desejo de consumo dos menos favorecidos financeiramente, sua premissa era produzir e vender cada vez mais a maior quantidade de carros, para que assim pudesse obter uma maior quantidade de lucro (ANTUNES, 2009).

O Capitalismo nesse momento, não se configurava mais na sua fase clássica como no final do século XVIII, no Capitalismo Concorrencial, onde se acreditava que todos se tornariam burgueses competindo entre si e os que não se tornassem burgueses era porque não eram aptos à competição. Essa fase do Capitalismo tardia se configura no Capitalismo Monopolista, na qual poucas e grandes empresas se aliam ao poder estatal e aos bancos para controlar a economia e a divisão de trabalho do país. Isto é, não há espaço para todos competirem como na ideologia do Capitalismo Concorrencial, aqueles que nascem filhos de trabalhadores não encontram oportunidades para se tornarem burgueses, porque essa burguesia já consolidou seu domínio econômico sobre várias esferas da economia, caindo por falácia a ideologia liberal<sup>42</sup> (HARVEY, 2007).

O modelo de produção a surgir, teria que estar pronto para desbancar os

---

<sup>41</sup> Um espectro de puritanismo, era direcionado ao trabalhador, mas não no sentido de resguardar a moral, mas sim para aumentar o lucro do burguês (HARVEY, 2007).

<sup>42</sup> Segundo o ideário dos liberais, principalmente dos seus precursores, como Adam Smith e David Ricardo, a individualidade competitiva levaria ao fim as misérias e as guerras (NETTO, BRAZ, 2001).

concorrentes e atravancar as conquistas trabalhadoras. O Fordismo criou mecanismos para aumentar a produção como também para alterar a rotatividade dos funcionários na empresa, a rotatividade criava grandes danos aos lucros empresariais, porque quanto mais profissionais experientes saiam, mais a empresa perdia em produtividade, haja vista que a produtividade alavancava de acordo também com a disponibilidade produtiva do trabalhador. Trabalhadores novos demorariam a aprender o cotidiano da produção, sendo assim produziram menos nesse período de aprendizagem, causando déficit na produção e no lucro (GUARESCHI; RAMOS, 2000).

Criada a base do novo modelo de produção, a criação das horas extras, a introjeção simbólica do funcionário do mês e o aumento de salários, vieram para fomentar esse maior aparelhamento da empresa sobre o trabalhador, em consequência disso também para melhor monitorá-lo.

Como os direitos trabalhistas a muito já tinham avançado e portanto limitavam a jornada de trabalho, foi introjetado as horas extras, isto é, o trabalhador trabalha normalmente a sua jornada de trabalho, as horas a mais que trabalhar passam a ser remuneradas, assim aumenta sua renda salarial no final do mês. Para a empresa, os gastos acabam sendo mínimos, pois caso contrário, necessitaria contratar outro trabalhador, com outro salário, as horas extras só remuneram as horas a mais trabalhadas e não geram outro salário (ANTUNES, 2009).

Como salientado nos parágrafos anteriores, a alta rotatividade causava grandes danos para a empresa, o Fordismo resolveu essa questão aumentando os salários dos seus trabalhadores. Destarte, se mantinham na empresa, o aumento de salários não visava apenas a diminuição da rotatividade, mas também visava aumentar o rigor da disciplina de produção dentro da empresa, por razão que a partir do momento que o trabalhador não encontrava outra empresa com um salário mais alto a que ele se encontrava, perfazia que nele se submetesse às cobranças de seus encarregados para que não fosse despedido. Outrossim, mesmo com o aumento salarial, as empresas de Ford não perdiam suas taxas de lucro, muito pelo contrário as aumentavam ainda mais.

Portanto, os mecanismos elaborados pelo Fordismo forjavam a impressão de realizar um bem estar aos trabalhadores, mas essa retórica era estratégica, ela era usada para conseguir o consentimento dos trabalhadores para a exploração capitalista a que eram expostos, Esses mecanismos visavam o aumento da acumulação do capital sem precisar ter mais gastos.

Desse ponto de vista, é o caso de estudar as iniciativas puritanas dos industriais americanos como as de Ford. Está claro que estes não se preocupam com a humanidade com a espiritualidade do trabalhador, que imediatamente é aniquilada. Esta humanidade e espiritualidade não pode realizar-se senão no mundo da produção e do trabalho, na criação produtiva; esta era a máxima do artesão, do demiurgo quando a personalidade do trabalhador se refletia completamente no objeto criado, quando ainda era forte a ligação entre arte e trabalho. (GRAMSCI, 2008, p. 67).

O autor enfatiza que tanto a personalidade do trabalhador, como sua criatividade se exaurem sobre esse modelo de produção, a condição de demiurgo<sup>43</sup> posta quando o trabalhador exercia o seu real papel de planejador, executor e finalizador do produto de seu trabalho, não tem mais sentido nesse momento.

A forte concentração de uma grande massa de trabalhadores era usada para alavancar a ampliação da produção, por isso gigantescos barracões concentravam trabalhadores em larga escala. Por essa razão, a produção em larga escala era essencial, esse tipo de produção não visava a demanda que o mercado consumidor exigia, ou seja, não produzia de acordo com o que era exigido, a produção era voltada somente para a alta produtividade, sobre esse aspecto, se fazia uma grande quantidade de estoque, para que assim fosse posteriormente escoado para o mercado consumidor que requeria.

Outra questão a ser explicitada é que o Fordismo não produzia segundo o feito do consumidor<sup>44</sup>. Toda a produção era padronizada, assim nasce a célebre frase de Ford : "Você pode escolher qualquer carro, desde que seja de uma única cor", nessa frase o empresário aludia à padronização e o impedimento de opção de compra por parte do consumidor. O Fordismo adotava na produção o controle de gastos, que vinha desde a extração e transporte da matéria prima até a produção. Do exposto, o automóvel produzido tinha que ter um custo barato e por essa circunstância também que os carros eram pintados todos de preto, porque a tinta preta era de menor custo em relação às outras tintas e também era mais econômica para a pintura. Portanto, o produto saía da linha de produção com o custo bem baixo, o produto não saía para atender o gosto dos consumidores.

No que tange a seu processo administrativo de produção, a centralização estava

---

<sup>43</sup> Termo grego, que na Grécia antiga, tinha o significado daqueles que imitam os deuses, como por exemplo, os escultores, poetas, filósofos, atletas, todo aquele sujeito que fazia algo esplendoroso, que o alegrava ou causava admiração em outrem ( MASI, 2000).

<sup>44</sup> Toda produção estava interligada sobre o baixo custo (ANTUNES, 2009).

não só na produção como também na logística e em outros setores que a envolvem, como limpeza e manutenção de máquinas, isto é, nada era terceirizado. Essa centralização existia para que não ocorresse uma falta de controle nos gastos. Como o Fordismo tinha como norte o controle de gastos, a sua centralização era de suma importância para a acumulação do capital.

Por conseguinte, podemos destacar que o método e o modelo de produção fomentaram a velocidade da produção. O método Taylorista tornou o tempo cada vez mais alijado à produção e com efeito disso o lucro adviria, como diria Benjamin Franklyn<sup>45</sup>1706-1790 " Tempo é dinheiro", o relógio que outrora tinha sido inventado pelos monges beneditinos como um elemento para controlar o tempo de oração e trabalho, Taylor o usou para controlar todo movimento do trabalhador no trabalho. O modelo de produção Fordista implementou todos os mecanismo do Taylorismo, mas sobretudo mudou a dinâmica total da produção, não só da produção, mas das relações econômicas dos trabalhadores também. Cada vivência social estava sintonizada com a produção, os gestos repetitivos e o trabalho fragmentado eram reproduzidos no meio social também.

Posteriormente ao fazer a apresentação desse movimento, pode-se fazer as considerações que o Fordismo sendo um ramo da metal mecânica, produzia automóveis por peças, as indústrias do ramo têxtil da maquinaria não. O processo de trabalho no Fordismo é perpassado pelo trabalho vivo, enquanto a maquinaria se coaduna pelas máquinas.

As mudanças econômicas que adviriam, alterariam o quadro de produtividade, um novo modelo de produção surgiria para facilitar a continuidade do modo de produção capitalista.

### 2.3 A POLIVALÊNCIA DO TRABALHADOR SOBRE O MODELO DE PRODUÇÃO TOYOTISTA

No pós-segunda Guerra Mundial, o Fordismo entra em sua segunda fase de produção. Até a primeira fase, o Fordismo não havia se aperfeiçoado tecnologicamente, a introdução de eletromecânica e da microeletrônica começam a fazer parte do espaço fabril, com efeito disso, retirando a rigidez das máquinas. O trabalhador precisa ter um

---

<sup>45</sup>Jornalista americano-1706-1790, foi um dos líderes da Revolução americana (GUIRALDELLI; SILVEIRA, 2004).

conhecimento técnico maior para operá-las, como também acaba ocorrendo um maior número de distinções de trabalhadores na fábrica, entre o conhecedor técnico da máquina e o trabalhador que apenas a executa.

Taichi Onno, engenheiro mecânico da indústria Toyota, ao visitar as instalações da Ford e da rede de “*Fast Fud*”<sup>46</sup> nos Estados Unidos, apreendeu mecanismos que podiam aperfeiçoar a produção na Toyota, como por exemplo a introdução da eletromecânica na Ford e produção por encomenda dos *Fast Fud*. No extremo oriente, mais precisamente no Japão, por volta de 1949 começou a introdução de um modelo de produção que se utilizasse de menos força de trabalho e produzisse conforme a demanda do mercado e uma produção sobre pequenos lotes, não sobre um único lote, tornando a produção mais flexível. O Toyotismo ou Onnismo, foi a denominação ao modelo de produção vigente.

Apesar, do modelo de produção Toyotista ter suas premissas em 1949 é apenas no decorrer dos anos 1970, que o modelo de produção ganha uma amplitude global nas indústrias.

No Japão,<sup>47</sup> uma das alternativas que o Toyotismo encontrou, foi sectorizar os espaços de produção, isto é, não permitir a permanência de um grande contingente de trabalhadores sobre um único espaço, criando outros espaços de produção. Isto posto, os trabalhadores não teriam mais a união antes existente no Fordismo, que causava uma grande solidariedade de classe “nos dizeres de Gramsci”, como também a única sindicalização tornando o sindicato gigantesco e hegemônico (HARVEY, 2007). Além disso, Onno entendia que a produção em pequenos lotes aumentava a qualidade dos produtos.

Pode-se dizer, que o advento do Toyotismo alavancou a economia capitalista e dinamizou a produção. O mundo vivia sobre um forte contexto de “Guerra Fria”<sup>48</sup>, a bipolaridade ideológica e econômica entre Estados Unidos pelo bloco capitalista e União Soviética pelo bloco socialista colocava ambos os lados na busca por alternativas em modelos de produção para ultrapassar a economia adversária. Portanto, a vinda do Toyotismo também tinha seu lado de interferência política-econômica ao nível macro mundial e não só algo micro-espacial para atender somente a indústria local.

---

<sup>46</sup> Significa lanche rápido, uma culinária para se apreciar de forma rápida no cotidiano do tempo livre escasso no capitalismo ( ASSUNÇÃO; in; ANTUNES, 2006).

<sup>47</sup> A cultura do rigor disciplinar japonês, contribuiu para essa iniciativa no toyotismo (LESSA, 2007).

<sup>48</sup> Iniciou depois da Segunda Guerra Mundial, as duas potências mundiais tanto econômica como militar, disputavam áreas de influência ideológica sobre o globo, Estados Unidos pelo capitalismo e União Soviética pelo socialismo ( IANNI, 2008).

Dessa maneira, a economia planificada e a produção inflexibilizada dos países socialistas não conseguiram concorrer com o surgimento desse modelo de produção, um dos fatores é que os países de socialismo de Estado não conseguiram desenvolver a tecnologia da robótica sofisticada como o Japão e o EUA. Também porque o Toyotismo atende a demanda do mercado do consumidor<sup>49</sup> e seu desejo, enquanto os países de economia planificada-socialistas possuem um mercado enrijecido que não produz para a demanda do mercado consumidor (CARMO, 1993).

A economia planificada<sup>50</sup> produz conforme o planejamento a longo prazo da produção, isso reduz o desenvolvimento tecnológico do produto, deixando-o com baixa qualidade e automaticamente com pouca procura do mercado, um exemplo disso era a comparação dos automóveis japoneses em relação aos automóveis soviéticos, enquanto o primeiro se inovava anualmente para requerer um maior mercado, o segundo paralisava sua sofisticação, pois a sua produção atendia somente a necessidade de locomoção do sujeito e não seus desejos estéticos e de conforto. Outro elemento relevante, é que as economias capitalistas atendiam um mercado externo de maior extensão, em contrapartida os países socialistas atendiam um mercado interno de menor extensão e muitas vezes sem concorrência o que inibe a disputa por qualificar os produtos (CARMO, 1993).

A tenaz sindicalização que a gestão teve sobre os trabalhadores, em razão da grande massa de trabalhadores que se concentravam nos grandes estabelecimentos industriais do Fordismo, fomentou ao Capital a busca da segmentação de unidade dos trabalhadores. Sendo assim, necessitava-se de um modelo de produção que fragmentasse a sindicalização trabalhista, pois o Fordismo com sua centralização total na produção, extenuava a alta sindicalização dos trabalhadores.

As formas mais estáveis de emprego, herdadas do fordismo, foram desmontadas e substituídas pelas formas flexibilizadas, terceirizadas, do que resultou um mundo do trabalho totalmente desregulamentado, um desemprego maciço, além da implantação de reformas legislativas nas relações entre capital e trabalho (ANTUNES, p. 78, 2009).

---

<sup>49</sup>O consumo, que é um termo designado para relatar o que suprimos de acordo com a nossa necessidade, consumismo é um termo para designar uma ideologia de consumo, quando se consome acima das necessidades, um consumo orientado pela alienação capitalista (IANNI, 2008).

<sup>50</sup> Durante os anos do regime soviético na Rússia, a economia planificada era também chamada de Planos quinquenais, um método a estipular prazos para a economia nos cinco anos seguintes, esse método teve grande vigor no governo de Stálin ( NETTO, BRAZ, 2001).

A flexibilização<sup>51</sup> do trabalho causou um desmonte nas leis trabalhistas. Esse desmonte, que foi impregnado com a articulação dos governos neoliberais, proposta econômica que visa a redução dos direitos sociais em prol da maximização para o Capital a afugentar as conquistas trabalhistas. O modelo de produção Toyotista não era apenas conjuntural mas também estrutural (MOTA, 2008).

Com os vários espaços de produção reduzidos, aumentam também as categorias profissionais, fragmentando a consciência de classe e de categoria profissional entre os trabalhadores e também aumentando o número de sindicatos com um número exíguo de trabalhadores, tornando mais frágil esses sindicatos por causa de suas separações, com pouco número de sindicalizados, tornando assim pífia as reivindicações trabalhistas, enquanto o setor empresarial consegue alavancar suas taxas de lucro e ampliar a dominação sobre a classe trabalhadora.

Outra segmentação proposta pelo Toyotismo para aumentar a segmentação dos sindicatos é a de criar empresas com outros nomes, mas que pertençam à mesma matriz industrial. A empresa da Toyota retira uma parte de sua produção, como por exemplo a montagem de retrovisores, colocando essa montagem em outro espaço industrial, a montagem segue a mesma padronização da Toyota, no entanto esse novo espaço de produção recebe um outro nome, para causar uma redução salarial desses trabalhadores, pois pertencem a uma empresa de menor porte<sup>52</sup> em relação à Toyota e também para redirecioná-los para outros sindicatos de menor expressão por reivindicações trabalhistas, haja vista, que a magnitude de uma empresa leva também à magnitude de um sindicato.

Os trabalhadores que estão alocados em uma empresa X, não se reconhecem como portadores de direitos da empresa Y, mesmo que ambas sejam da mesma empresa e realizam a mesma função produtiva e também que esses trabalhadores realizem a mesma função laboral. Toda essa segmentação é estratégica para o capital para ocultar o conflito de classe<sup>53</sup> que há na sociedade capitalista.

Fragmentando os trabalhadores, vem à tona a busca do trabalhador pelo seu bem individual, desconsiderando que faz parte da classe trabalhadora, acreditando que por si só conseguirá galgar estratificações no trabalho ou se tornar um burguês. O discurso

---

<sup>51</sup> Denomina-se nesse período a terceira fase do estágio imperialista (NETTO; BRAZ, 2001).

<sup>52</sup> A terceirização, se icumbe nesse momento com grande proeminência (ANTUNES, 2009).

<sup>53</sup> Causar a fragmentação na Classe Trabalhadora, faz parte do capital para fomentar sua exploração, quanto mais fragmentados os trabalhadores, menos direitos trabalhistas eles requerem, além disso, acaba havendo litígio no âmago da própria classe, esfacelando ainda mais o reconhecimento de classe (LESSA, 2007).

falacioso da ideologia burguesa que introjeta uma divisão de trabalho de indivíduos e não de classes, avoluma a dominação dos proprietários sobre os trabalhadores, segundo Gramsci, uma dominação vinda pelo consenso (LESSA, 2007).

Outro elemento que diferencia o Toyotismo do Fordismo é o “trabalhador multifuncional” ou também chamado de trabalhador polivalente, esses celemas querem destacar que é um trabalhador que executa várias funções na indústria e não uma apenas, como era na fragmentação de funções de trabalho no fordismo, mais especificamente a fragmentação na esteira mecânica. Com o trabalhador polivalente, a indústria adquire um trabalhador que ao realizar variadas funções no trabalho produtivo reduz o número de trabalhadores na indústria, beneficiando portanto a taxa de lucratividade da empresa, sem contar que essa variação no trabalho altera o ego do trabalhador, trabalhando em múltiplas funções, o trabalhador considera-se um especialista em várias funções, entendendo que domina grande parte da produção (CARMO, 1993).

A empresa possui um número ínfimo de trabalhadores. Aumentar a produção, era a meta do Toyotismo, por meio da implantação da automação e da eletrônica na produção, porém, a implantação da microeletrônica<sup>54</sup> e da robótica não se deu no início do Toyotismo, isso ocorreu nas montadoras de automóveis na entrada de 1980. A diminuição do número de trabalhadores era inevitável, a polivalência do trabalhador como enfatizado nos parágrafos anteriores, também fomentava a redução das contratações. Uma empresa com uma ínfima parcela de trabalhadores reduzia automaticamente a concentração trabalhista e a sua oneração. Os japoneses denominavam a diminuição de trabalhadores em favor da alta produtividade de “Kaizen”. Trabalhadores estes, que precisam ser proativos, criativos e inovadores, na busca de evitar sempre o erro na produção, em prol da qualidade<sup>55</sup> do produto.

No Fordismo, a exaustão do trabalho repetitivo levava o trabalhador a descontentar diariamente com o trabalho, as paralisações e greves não se davam apenas por causa de salários baixos e adesão de novos direitos trabalhistas, elas também se davam por razão do desconforto no trabalho cotidiano. O modelo de produção Toyotista, ao incrementar essa multifuncionalidade do trabalhador, permitiu que este não se exaurisse sobre uma única repetição laboral. Dessa forma, reduzia as

---

<sup>54</sup> Essas mudanças tecnológicas na produção, como o advento da micro eletroeletrônica e de novas fontes energéticas como a energia nuclear, culminou com a 3ª Revolução Industrial (BATISTA, 2014).

<sup>55</sup> O termo qualidade total, tem seu nascimento sobre esse contexto (NETTO, 1993).

reclamações, paralizações e greves por essas circunstâncias. É preciso ressaltar que essa relação de alteração do Toyotismo para com o Fordismo, não deveu-se com vista ao bem estar do trabalhador, mas sim para concentrar ainda mais a presença do capital, tanto sendo ao que tange o lucro, como também para encobrir a exploração sobre o trabalhador (ANTUNES, 2009).

A redução do tempo na produção precisava coadunar com a alta produtividade, um trabalho em equipe que visasse produzir sobre encomenda, ou seja a orientação vem de fora para dentro da fábrica, “Just- Time”, foi a denominação dada.

A capacidade de tempo para que o trabalhador polivalente pudesse realizar sua produção era favorecida pela incrementação de novas máquinas, muitas delas com a implementação da eletrônica e robótica<sup>56</sup>, porque sem a introdução desses novos mecanismos a produção paralisaria, devido ao abandono de determinada produção no momento. Pela questão desse trabalhador ser polivalente quando estava em determinado setor da produção, deixaria o outro setor da produção estagnado, nesse sentido, a utilização dessa inovada maquinaria que realiza o trabalho em certos pontos do espaço produtivo, ou seja, determinadas funções são do trabalhador outras funções são da máquina robótica-eletrônica.

Essa inovação tecnológica permitiu sobretudo aumentar a produção em razão da eficiência das máquinas, como também permitiu a redução na contratação de trabalhadores, retendo maior lucro de produção e forçando um maior contingente no exército de reserva, quanto maior a demanda do exército de reserva, maior é a redução dos salários para com os trabalhadores (IANNI, 2008).

A utilização da eletrônica e da robótica permitiu a produção de produtos com maior qualidade, ultrapassando assim os concorrentes na produção. A produção com qualidade é um dos atributos da produção Toyotista, pois atende aos desejos de qualidade que o mercado consumidor requer. Além disso, quanto mais rápido os produtos são fabricados mais baratos saem para a venda, outro elemento de suma importância que ultrapassa a concorrência de outros fabricantes.

Outra contraposição com o Fordismo foi a descentralização na produção, No Fordismo toda a produção era centralizada sobre a indústria, isso vinha desde a extração da matéria prima até a entrega das mercadorias no mercado. Para o Toyotismo, essa

---

<sup>56</sup> O avanço científico impulsionou o surgimento da eletrônica e da robótica na produção, como também o bom desempenho de ensino na educação japonesa favoreceu esse processo, principalmente nas áreas de engenharia (IANNI, 2008).

intensa centralização causava um forte gasto para a empresa, como também uma rigidez burocrática muito grande, além disso, a concentração de trabalhadores de uma única empresa alocados sobre um único sindicato.

Controlar a produção desde a extração das matérias-primas até a exportação do produto ao mercado, incide em um enorme contingente de trabalhadores e um corpo técnico administrativo, o gasto salarial também se torna exorbitante, sem contar que as paralizações se tornam gerais em todos os setores, pois fazem parte do mesmo sindicato, a própria empresa se engessa em um aparelho burocrático que dificulta a agilidade dos mecanismos de produção, compra e venda.

Destarte, o Toyotismo descentraliza o aparato na produção, setores que há grande gasto sofrem um processo de terceirização, isto é, são transferidos para que outras empresas forneçam o mesmo serviço reguladas por um regime de contrato. Essas empresas terceirizadas executam o mesmo processo de trabalho das outras empresas, entretanto, possuem um outro contrato de trabalho, o que possibilita alterar as questões salariais, que acabam sendo reduzidas, isso se dá porque as empresas terceirizadas são de menor porte, portanto, destinam um menor salário, adjunto a isso está o imbricamento de outros sindicatos, diferenciando do sindicato da Indústria contratante, que essencialmente é mais forte (ANTUNES, 2009).

A terceirização é conhecida como flexibilização do trabalho, ou seja, o trabalho não é inflexível. Estando sobre os ditames de um único proprietário, os direitos trabalhistas também são flexibilizados, se antes estavam em um regime contratual por tempo ilimitado, passam agora a estar sobre um contrato de tempo limitado, por conseguinte, direitos trabalhistas que antes vigoravam no trabalho inflexibilizado, agora estão sobre o jugo do trabalho flexível, exemplo disso, é a (CLT)<sup>57</sup>-Consolidação das Leis Trabalhistas, que faz parte do trabalho inflexível, os trabalhos contratuais de tempo limitado, não se respaldam na CLT, por sua vez não adquirem em sua totalidade os direitos trabalhistas encontrados nela. Logo se nota, que todos esses mecanismos afastam os proprietários de seus ônus com os trabalhadores, este último se vê a mercê das investidas do capital (MONTAÑO;DURIGUETTO, 2011).

Podemos constatar que a terceirização é uma forma de aviltar a fragmentação na classe trabalhadora, além da perda de direitos trabalhistas e das disparidades salariais, a

---

<sup>57</sup> Surgida em 1943, sobre o governo de Getúlio Vargas, a CLT, pretendia garantir alguns direitos aos trabalhadores urbanos, para apaziguar as manifestações e greves trabalhistas, como também inibir o avanço de ideologias socialistas (MOTA, 2008).

terceirização causa a consciência de sectarismo entre os trabalhadores, quer dizer que também em uma mesma propriedade pode haver dois segmentos de trabalhadores, um terceirizado e outro segmento pertencente a propriedade, mesmo executando as mesmas funções. Esses segmentos, não se reconhecem entre ambos como trabalhadores da mesma categoria, havendo também uma ideologia de superioridade em relação a situação dos trabalhadores diretos da empresa com os terceirizados.

Assim como o Fordismo implementava funcionalidades para cooptar o trabalhador à empresa, com o ato "simbólico" de reconhecê-lo como funcionário do mês, o Toyotismo também traz essa cooptação, quando o mesmo cria o "sindicato empresa", que é uma espécie de sindicato não em prol dos trabalhadores, mas um sindicato que está dentro da propriedade e se preocupa com os interesses empresariais. Dentro do sindicato empresa, nasce também a "Família na Empresa<sup>58</sup>", que é a prática de vincular a família do trabalhador aos assuntos da empresa, unindo as duas esferas, família e empresa, que são preponderantes na vida do trabalhador e que o envolvem na sua completude. Estando a família ciente dos encargos da empresa e do trabalhador e colaborando para a continuação da produtividade da empresa, os proprietários conseguem manipular o cotidiano do trabalhador dentro do espaço de trabalho e fora dele, sendo que ambos não se distinguem porque o segundo é a reprodução do primeiro, algo parecido com o controle puritano do Fordismo (ANTUNES, 2009).

Além disso, com a colaboração da família sobre a disciplina no trabalho, o trabalhador não encontra razão para fazer as suas reivindicações, isso auxilia para o capital fazer manutenção e o prosseguimento de sua dominação.

Ao contrário da produção Fordista que visa a alta produtividade em contraponto com o desejo do consumidor, o Toyotismo realiza a produção de acordo com o desejo do consumidor. Se Ford dizia que o consumidor poderia escolher qualquer cor do carro desde que fosse preto, para o Toyotismo o consumidor poderia escolher qualquer cor de carro tendo a cor de carro de acordo com o seu desejo. O Fordismo visava a redução de custo na produção, enquanto o Toyotismo mesmo tendo alto gasto na produção, visava atender o desejo do consumidor, pois esse gasto na produção era ressarcido com o aumento do valor da mercadoria para a venda (CARMO, 1993).

Nesse quisito, entendia-se que haveria mais procura por produtos de acordo com o desejo consumista, aumentando a produtividade e o lucro. Conseqüentemente a

---

<sup>58</sup> Uma condição de ajustar as relações sociais-econômicas na empresa (ANTUNES, 2009).

produção também era conduzida de acordo com a demanda, em outras palavras, não havia o estoque de produção, para que não houvesse desperdício e crise de superprodução, criou-se o controle de estoque, para que atendesse somente ao consumo.

#### 2.4 OS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS DE CASCAVEL: TAYLORISMO/FORDISMO E TOYOTISMO NO TRABALHO INDUSTRIAL<sup>59</sup>

Abordaremos, a relação da linha de produção da indústria com os trabalhadores, como também as impetrações dos modelos de produção sobre ela. Será tratado da linha de produção de seu início até o momento do produto acabado ser colocado nos estoques. Nesse sentido, em ordem linear, serão trabalhados a relação da máquina e o trabalhador até o fim da linha de produção. Por fim a relação dos trabalhadores com o sindicato.

Cada trabalhador na indústria de embalagens, conhece apenas uma parte do processo da produção do produto. Após a realização do pequeno processo de produção, o produto é repassado a outra máquina com outros trabalhadores, para perfazer um novo pequeno processo de produção.

A produção das embalagens perpassa por cinco máquinas, cada máquina tendo dois trabalhadores, um operador de máquinas e um auxiliar de produção, sendo que esses trabalhadores conhecem apenas uma parte da fabricação da embalagem, também controlam unicamente a máquina com a qual trabalham.

O método Taylorismo, faz parte de toda produção da empresa, todos os produtos são regulados pelo tempo, as execuções dos trabalhadores também, a velocidade da maquinaria está condicionada para que o trabalhador se adeque a ela. Antes do final da jornada de trabalho, a empresa tem a noção de quanto será produzido. Se a meta não é cumprida, no final do expediente é estabelecido um maior rigor na produção para os próximo dia de trabalho.

Essa regulação do tempo vem desde a compra da matéria prima, a produção e a venda, o tempo dessa produção é concatenada com a compra desses produtos pelas empresas compradoras.

Cada máquina possui uma função especial na produção das embalagens, elas fragmentam as execuções dos trabalhadores, deixando a maior parte do trabalho sobre ela. E é linear toda a produção da empresa, primeiro as chapas de papel ondulado<sup>60</sup> são

---

<sup>59</sup> Informações obtidas com a gestão da indústria de embalagens.

<sup>60</sup> Também conhecido como papelão.

colocadas no estoque, depois transferidas para a máquina “Vincadeira”, posterior a isso são direcionadas para a máquina “Impressora Industrial”, sendo distribuídas entre as máquinas “Corte e Vinco” e “Coladeira”, ao finalizar esse processo, são enfardadas na máquina “Enfardadeira” e colocadas sobre um palete sendo direcionadas ao estoque e levadas para o caminhão. As sobras das embalagens são colocadas na máquina “Emprensadeira”, onde são enfardadas para que assim possam ser transportadas para as empresas compradoras e encaminhadas para serem vendidas para fábricas recicladoras.

Esses procedimentos são o que o Fordismo preconiza, produção linear, cada máquina executando uma função específica e cada trabalhador executando poucas funções, em média são duas execuções por máquina que cada trabalhador realiza. Também há a produção sobre o estoque. Cada máquina possui um mecanismo de esteira mecânica, não permitindo ao trabalhador uma pausa durante o trabalho, cada execução no objeto a ser produzido é realizado de forma abrupta e simples, se tornando cíclica em toda jornada de trabalho.

De 1997 até os dias contemporâneos, a jornada de trabalho sempre permaneceu na carga horária de 8 horas e quarenta e cinco minutos, de segunda a sexta-feira, das 07:40 da manhã até as 17:30 da tarde. As horas extras surgiram no mesmo ano e vigoram até hoje, os valores dessas horas oscilam de acordo com o aumento salarial, as horas extras durante os dias de meio de semana têm o valor de 50% em relação ao ganho de hora do trabalhador, elas começam às 17:30 e podem se estender até as 21:30 e as horas extras de final de semana são pagas 100% em relação à hora salarial, que podem iniciar as 06:30 perdurando até 12:00. No caso do final de semana é apenas no sábado que se trabalha, no domingo não há jornada de trabalho.

Os elementos do Toyotismo, postos sobre a produção, são de que há o controle digital da entrada e saída dos trabalhadores no final da jornada de trabalho, como também a sirene eletrônica. A máquina “Coladeira” possui um sistema digital que permite visualizar quantas caixas estão sendo produzidas e automaticamente ela despeja essas embalagens de acordo com a quantidade de caixas que são enfardadas. Na máquina “Impressora Industrial”, há um mecanismo eletrônico de contagem de embalagens produzidas que auxilia no controle de estoque.

Outro elemento determinante na produção é que o consumidor determina como deve ser a qualidade do produto, isto é, o diâmetro da embalagem, a sua cor, e os símbolos que pretendem expor. As exigências da microeletrônica servem para que a gestão industrial tenha a informação necessária da jornada de trabalho e da produção

estabelecida.

O controle de estoque é realizado diuturnamente, apenas se produz as embalagens que tiverem já seus compradores. São poucos dias que as embalagens ficam armazenadas no estoque, pois rapidamente são direcionadas ao caminhão para serem entregues a seus respectivos compradores.

Apesar de haver na indústria desde a sua fundação os compradores tradicionais, não há possibilidade de prever quantos são os compradores das embalagens, pois sempre surgem compradores novos e também compradores momentâneos, que compram embalagens apenas para um momento de uso, não se tornam clientes fixos. Constata-se, que a indústria segue com rigor um dos elementos do Toyotismo que é o controle de estoque, a produção com estoque em larga escala introduzida pelo Fordismo levava a gastos supérfluos de produção para muitas indústrias, pela razão de não encontrar os compradores e o produto perder todo seu valor mercadológico. Em tempos de crises estruturais do Capitalismo, onde compradores podem desaparecer, os gestores da indústria de embalagens perceberam a importância de controlar o estoque.

A linha de produção inicia com os trabalhadores executando a máquina “Vincadeira”, uma máquina de extensão de 3m por 2 m, com um peso de 400 Kg que tem a função de cortar o papel ondulado de acordo com o tamanho estabelecido e também, realizar sobre eles marcas de dobras para a formatação da embalagem.

Nessa máquina trabalham dois trabalhadores, o seu operador que regula a precisão do corte sobre a chapa de papel ondulado e o auxiliar de produção que auxilia no manuseio dessas chapas de papelão, colocando-as sobre um paletê<sup>61</sup> para depois direcioná-las à produção. Nesse sentido, constata-se a presença do Fordismo no acompanhamento sistemático da máquina para a produção, pois as execuções de ambos os trabalhadores são realizadas de forma acelerada e simples, ou seja, com movimentos rápidos e que não exigem habilidades em seus manuseios.

O trabalhador auxiliar de produção, tem como tarefa retirar a chapa de papel ondulado e entregar ao operador de máquinas, essa execução é realizada de forma abrupta, porque a máquina Vincadeira atua em alta velocidade para elevar a produção, constata-se também que essas realizações se perpetram de forma repetitiva em toda jornada de trabalho, sendo que o trabalhador executa apenas duas funções, em retirar a chapa de papel ondulado e entregá-la ao operador de máquinas.

---

<sup>61</sup> Suporte que tem sua estrutura de madeira ou plástica, tem como serventia ser alicerce para as mercadorias.

O trabalhador operador de máquina, tem como tarefa alinhar a chapa de papel ondulado na lâmina de corte e pressioná-la, uma execução que também se perpetra em toda jornada de trabalho e de forma repetitiva, executando assim como o auxiliar de produção, também duas funções, mas de formas distintas, primeiro ele se apropria da chapa de papel ondulado e depois pressiona-o sobre a lâmina da máquina. Nessa máquina não há elementos do Toyotismo, pois ela possui apenas instrumentos mecânicos e nenhum instrumento eletrônico ou robótico.

Após as chapas de papel ondulado passarem pelo processo de corte na vincadeira, elas são dirigidas para a máquina Impressora Industrial, na qual gravuras e palavras, como também a cor da embalagem são fixadas, essa máquina possui a extensão de 5 m por 4 m, com um peso de 1 tonelada, são duas máquinas destas que existem na empresa, cada uma delas com um operador de máquinas, que regula a precisão da impressão, o carregamento de tinta e outros afazeres técnicos, e o auxiliar de produção que manuseia as chapas de papel ondulado sobre os paletes.

Os elementos do Fordismo encontrados nesse processo tangenciam sobre o trabalho repetitivo durante toda a carga horária de trabalho. No que se refere ao trabalho do operador de máquinas, há momentos em que o trabalho repetitivo tem um pausa, quando se precisa regular a máquina, para enquadrá-la de acordo com o tamanho da embalagem a ser fabricada. Outro momento que o operador de máquinas se desloca do trabalho meramente repetitivo é no momento de colocar as formas gráficas das embalagens.

Em outras etapas da produção, a execução acaba sendo repetitiva para o operador de máquinas, que consiste em colocar as chapas de papel ondulado no cilindro, que se locomove de forma intensa para dar aumento à produção, os gestos do trabalhador nesse processo se resumem em duas partes, em se inclinar para se apropriar das chapas e a segunda parte colocá-las sobre o cilindro da impressora.

Para o trabalhador auxiliar de produção, o processo se torna mais repetitivo, executando dois gestos, para se apropriar das chapas de papel ondulado que saem do cilindro e colocar sobre o palete, tendo em alguns momentos da produção, de levar as sobras das chapas que surgem devidos o corte de extensão da impressora para a lixeira. Os elementos do Toyotismo, encontrados no processo de trabalho da “Impressora Industrial”, são os mecanismos eletrônicos de contagem das embalagens sendo impressas, esse mecanismo facilita a contagem da proporção de embalagens que foram produzidas no final da jornada de trabalho. Desta forma, o supervisor de produção não

necessita fazer a contagem das embalagens nos paletes, apenas se direciona ao monitor eletrônico para constatar o volume da produção. O controle eletrônico de produção, facilita para a gestão da indústria calcular se a meta de produtividade foi atingida no final da jornada de trabalho.

Posteriormente do momento das embalagens passarem pela estruturação gráfica, elas são encaminhadas para outras duas máquinas que fazem uma mesma função, finalizar a construção da embalagem, porém de maneiras distintas, a máquina “Corte e Vinco” realiza a fabricação das embalagens montadas e a máquina “Coladeira”, que fabrica as caixas que têm o suporte lateral colado.

A máquina “Corte e vinco”, pesa 700 kg e mede 2m por 4 m. Essa máquina faz um processo de corte na chapa de papelão de acordo com a forma que está embaixo da chapa, depois que essa chapa é recortada, de acordo com a forma e com as gravuras da impressão, são empilhadas e levadas à Máquina Enfardadeira e alhures sobre os paletes levadas ao estoque, estas embalagens são encaixadas conforme as dobras postas, mas isso será feito já na empresa compradora.

Essa máquina possui um cilindro mecânico sobre uma esteira, que faz um movimento da direita para a esquerda, por baixo desse cilindro e passa a forma do recorte da embalagem junto à chapa de papel ondulado, onde há dois trabalhadores, um que coloca a chapa de papel ondulado e na volta da esteira, um que retira a chapa recortada posta pelo colega de trabalho, sendo um auxiliar de produção e um operador de máquinas, o primeiro apenas realiza o processo de colocar a chapa de papel ondulado e retirar a chapa recortada, realizando dois movimentos nesse processo, o segundo também realiza a mesma execução, mas além disso regula a pressão do cilindro sobre a forma e alinha a as lâminas para o corte da chapa.

Nota-se a presença do Fordismo nesse processo de trabalho, em reduzir o número de funções de cada trabalhador, tornando o cotidiano de trabalho fixado em duas funções manuais apenas, em toda jornada de trabalho, havendo pausas dessas funções no momento em que necessita da troca de formas de novas embalagens a serem recortadas, no estrago de alguma lâmina da forma, peça da máquina ou para retirar as sobras das embalagens e levá-las para a lixeira. Não há mecanismos do Toyotismo nesta máquina, possui toda sua junção mecânica, sem elementos eletrônicos.

A máquina Coladeira, pesa 200 kg, tem o diâmetro de 6m por 2m, não recorta as chapas de papelão, apenas as cola conforme chegam já com o recorte pronto vindo da impressora, essa colagem é realizada no meio da chapa, as caixas são acopladas uma em

cima da outra, o operador de máquinas as coloca sobre um cilindro que as fixa sobre uma barra metálica. Depois que o número de embalagens para o fardo é fixado as embalagens são empurradas por uma escada cilíndrica que chega até o auxiliar de produção, que as enfarda na máquina enfardadeira e segue pondo elas sobre o palete.

O operador de máquinas executa dois movimentos em grande parte da jornada de trabalho, que é dobrar a embalagem e pressioná-la sobre a esteira, em alguns momentos, ele altera esses movimentos para abastecer a máquina com as chapas de papelão e com a cola, elemento necessário para a colagem. O auxiliar de produção, executa também dois movimentos em grande parte da jornada de trabalho, de se apropriar das embalagens e colocá-las sobre a máquina enfardadeira, alterando esses dois momentos apenas em momentos que precisar levar para o depósito os paletes com seu volume preenchido.

Essa máquina possui um mecanismo de digitalização que computa o número de embalagens que serão enfardadas, quando o número alcançado chega, ela despeja essas embalagens. Anteriormente a este mecanismo eletrônico, a Coladeira possuía elementos apenas manuais, como exemplo, o operador de máquinas contava o número de embalagens e quando chegava ao número pretendido, ele as despejava pela esteira. Com o sistema eletrônico, acarretou na retirada da mentalização numérica das embalagens pelo trabalhador.

A questão da introdução do mecanismo eletrônico não se resume na facilidade do trabalho, mas sim na qualidade da produção, pois com o sistema eletrônico dificilmente há erro de contagem das embalagens, sendo assim, cada fardo de embalagem passa a conter 15 embalagens, com a contagem manual, havia fardos com menos embalagens do que o necessário e outros fardos com um número excessivo de embalagens, devido à repetição excessiva que levava o trabalhador a se desconcentrar muitas vezes da contagem da quantidade exata de embalagens.

Deveras, um elemento do Toyotismo e do Fordismo impetrado no contato trabalhador e máquina, o Toyotismo pelo uso da microeletrônica e o Fordismo pela fragmentação de funções entre operador de máquina e auxiliar de produção e a utilização da esteira mecânica. Essa máquina possui dois trabalhadores como salientado, o operador de máquinas e o auxiliar de produção.

Todas as embalagens são cooptadas sobre um fardo, com uma fita plástica que envolvem as embalagens, as caixas pequenas e de tamanho médio são envolvidas com duas fitas, caixas maiores envolvidas com mais fitas, atendendo a necessidade de

realmente manter as embalagens enfardadas. O nome dessa máquina que faz esse processo é chamada de Enfardadeira. Existem 3 dessas máquinas alocadas na indústria, duas delas ficam próximas à máquina Coladeira, operacionalizadas pelos dois auxiliares de produção, que colocam sobre essa máquina apenas as embalagens referidas da máquina coladeira.

Há uma outra máquina Enfardadeira que manuseia as embalagens da máquina Corte e Vinco, essa máquina fica próxima a essas máquinas e também é operacionalizada por um auxiliar de produção. Diferentemente das outras máquinas, a Enfardadeira não é usada constantemente, por esse motivo, não há sobre ela um trabalho repetitivo.

Durante todo o processo de produção, ocorre estragos de materiais, os que são de papelão, são direcionados para a máquina denominada Imprensa de Papelão, essa máquina faz um processo de imprimir todo o material acumulado, após isso é enfardado, colocado no estoque à espera dos veículos da empresa recicladora, essa máquina tem o peso de 100 kg com a altura de 1,50m por e 50 cm de largura é operacionalizada por um operador de máquinas, nessa máquina não há o auxílio do auxiliar de produção.

A indústria, portanto, não tem desperdício em relação aos materiais inutilizáveis. Esses materiais depois de passarem por esse processo são vendidos, se atentando assim ao lucro na produção. O valor desse material reciclável, não é de acordo com o número de embalagens mas sim por peso do fardo. Nota-se que do controle de gasto de produção que a indústria detém, há um elemento muito presente no modelo Fordista de produção, que tem como centralização o controle de gastos desde a vinda da matéria-prima até ao final da produção, reaproveitando assim toda a produtividade que poderia ir para a lixeira, caso não fosse esse processo de controle. No entanto, esse reaproveitamento não é ressarcido no salário do trabalhador, mas sim para a acumulação de lucro do proprietário.

A indústria sempre optou por contratar homens para trabalhar no espaço fabril e preferencialmente que moram próximo à indústria, para ela não subsidiar o auxílio de transporte. No seu surgimento em 1997 a faixa etária desses trabalhadores variava entre 19 a 25 anos, porém no decorrer dos últimos 10 anos houve um decréscimo na procura por emprego na empresa. A alternativa foi contratar alguns menores de 18 anos que necessitavam de emprego por razão da falta de empregabilidade que encontravam devido ainda não terem o documento de reservista militar. A carência de trabalhadores

que vinham até a indústria a procura de emprego deveu-se sobretudo ao surgimento de novas oportunidades de emprego na cidade de Cascavel, que ofertam um salário maior que o estabelecido na fábrica e também proporcionam um plano de carreira mais promissor. Em sua maioria esses trabalhadores possuíam o ensino médio completo, na questão religiosa eram católicos não praticantes.

Nos últimos seis anos, houve um grande acréscimo de rotatividade das empresas, devido ao pleno emprego que o país obteve nesse período. Esses trabalhadores ficavam por um curto período na empresa e logo depois conseguiam um emprego com maior ganho financeiro. Isso escamoteava alguns setores da produção, pois quando esse trabalhador estava conseguindo trabalhar com maior eficácia por causa da experiência, ele conseguia um outro emprego, isso repercutia na contratação de outros trabalhadores que tinham que aprender novamente todo o processo de produção, realizando isso de forma mais lenta por razão da falta de experiência, prejudicando automaticamente a produção industrial

Todos os trabalhadores da indústria de embalagem, inclusive do setor administrativo, não são, trabalhadores temporários ou terceirizados. Todos são trabalhadores da indústria.

Os trabalhadores da linha de produção da indústria de embalagens pertencem ao sindicato (SINTRAEMBA). -Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Embalagens. O sindicato de indústria de embalagens atua nessa indústria desde de 1997, isto é, desde o surgimento da empresa que esse sindicato está presente na indústria. Nela, todos os trabalhadores que atuaram na linha de produção foram filiados a esse sindicato, atualmente os oitos trabalhadores da linha de produção são filiados a ele.

Não há relatos de participações dos trabalhadores no espaço sindical, tampouco se conhece o contato dos sindicalistas com os trabalhadores na indústria. As situações de contato com os trabalhadores que ocorreram foram esporádicas.

Dentre as suas atribuições nesse período foi acompanhar o aumento salarial anualmente e ter implementado o vale alimentação, embora que esse benefício foi retirado dos trabalhadores em 2008, devido a reclamações do proprietário sobre a queda de lucro na empresa o que proporcionaria uma redução nos benefícios.

### **CAPÍTULO III**

## **O ESPAÇO INDUSTRIAL DO TRABALHADOR: TEMPO PRESENTE NO TRABALHO E FORA DO ESPAÇO DO TRABALHO<sup>62</sup>**

Neste capítulo trataremos sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa, enfocando o campo de pesquisa, a realização da própria pesquisa, explicitando a caracterização do universo de pesquisa, os sujeitos participantes, bem como a realização da análise de dados da pesquisa empírica - o método de exposição e análise dos dados.

### **3.1 UNIVERSO DA AMOSTRA**

Com localização no Km 670 da BR 277, com área construída de 30 x 100 mt, a indústria Papeon começou suas atividades produtivas no ano de 1997 na cidade de Cascavel -PR. Enquadrada ao setor secundário da economia de mercado e pertencente ao ramo de indústria de embalagens, sua especificidade caracteriza-se pela produção de embalagens de papel ondulado para outras indústrias e empresas que delas necessitam. A rotina de trabalho ocorre das 07:40 as 17:30.

Sua característica é de empresa de médio porte. O quadro de recursos humanos é formado por 13 funcionários distribuídos na seguinte forma: 4 auxiliares de produção, quatro operadores de máquinas, 1 motorista, 1 secretária, 1 Gerente de vendas, 1 Gerente administrativo e 1 monitor de produção.

Durante o governo de Cardoso (1994 a 1998), conhecido pela criação da nova moeda - o Real -, pelas implementações do receituário neoliberal destacando, em seu projeto, a privatização dos setores públicos da economia que contou com o auxílio definitivo da moeda Real. O surgimento do Real, contribuiu para que a inflação de anos posteriores que atingiram picos de 80% ao mês, reduzisse para 8% ao ano. Este alcance colaborou para que os juros para financiamento também diminuíssem, fomentando um crescimento no setor de pequenas indústrias, como é o caso da Papeon. Salientamos que a aplicação do receituário neoliberal contribuiu decisivamente para a ampliação dos arrochos salariais e a contenção de direitos sociais, ações que fomentaram para que ocorresse o êxito da moeda - O Real -, ou seja, facilitou o poder de consumo da classe trabalhadora, mas ao mesmo tempo, inibiu o crescimento salarial e as introduções de direitos sociais explícitos na Constituição de 1988.

---

<sup>62</sup> Assim, como as informações do subcapítulo 2.4, essas informações são relativas ao diálogo com a gestão da indústria de embalagens.

Em 1998, a economia brasileira teve um ligeiro crescimento, resultado da política de redução dos direitos sociais. Esse crescimento econômico contribuiu para que setores da produção, elevassem e ampliassem a produção de bens de consumo duráveis e bens de consumo, não duráveis. O resultado positivo na esfera da produção na esfera nacional contribuiu para que a produtividade das indústrias se elevassem, resultado que atingiu diretamente a Indústria de embalagens Papeon. O crescimento econômico das indústrias incidia no crescimento econômico da indústria de embalagem. Quanto mais aumentava a produção, mais aumentava a necessidade de embalagens para comportarem as mercadorias de outras indústrias. Lembrando, que todo produto necessita de uma embalagem para depositá-lo, geralmente essas embalagens são de (papelão)-papel ondulado, que vai desde um porta-chaveiro até um refrigerador, nesse sentido, a indústria de embalagens atende uma variedade de encomendas.

No ano de 1999 a 2004 o incentivo para a construção de parques industriais chegou na região Oeste do Paraná. Na condição de cidade polo, Cascavel construiu o Parque Industrial que foi batizado pelo nome de "Albino Nicolau Schmith". Em sua estrutura, naquele momento, foram construídas 37 indústrias, distribuídas em médio e grande porte. Localizada a proximidade 1000 mt, do Parque Industrial, a indústria de embalagem Papeon foi acionada pelas novas demandas em sua volta, concentrando os clientes que compravam da Papeon. É necessário registrar que antes da existência do Parque Industrial, as empresas demandatárias dos serviços da Papeon posicionam espalhadas na cidade de Cascavel.

Mas, outro fator que impulsionou o aumento da produção da Papeon deve-se ao crescimento que ocorreu no setor da agroindústria durante os anos 2000. Em particular a empresa Zaeli, localizada na cidade de Umuarama, tornou-se uma das principais parceiras da Indústria de embalagem, demandando 55% da produção da Papeon, até 2010.

Os anos de 2004 a 2010 foram os anos de maior aumento do mercado consumidor no Brasil. O aumento do mercado consumidor intensificou o comércio e conseqüente a produção industrial, embalagens de produtos alimentícios começam a ser produzidos em larga escala.

No entanto, a crise mundial estrutural que, mais uma vez o projeto do capital sofreu em 2008 afetou grande parte da economia brasileira. Crise que amplia suas garras até os dias presentes. A produção estagnou em diferentes setores, atingindo a totalidade da economia, no entanto os setores vinculados a exportação externa ao país

foram os mais atingidos, pois devido a perda do poder de compra dos países europeus, Japão e dos Estados Unidos.

Em relação a indústria Papeon, seus clientes também sofreram/sofrem com o impacto da crise de 2008, assim a produção diminuiu impossibilitando a contratação de novos trabalhadores. Com a recuperação econômica a partir de 2010, a Papeon voltou a investir na produção, resultando no período 2010-2013 a implementação do turno noturno, das 17:30 às 03:15. É nesse momento que a mais-valia absoluta amplia seus conteúdos, possibilitando a imbricação ampliada com a mais-valia relativa, resultando em maior lucratividade para o empresário e, como consequência, maior exploração em relação a força de trabalho. Retomando a máxima de Marx nos Manuscritos de 1844 (MARX, 2008). : Quanto mais o trabalhador trabalha, mas pobre ele fica e mais dependente do capitalista. O período de glória da empresa durou três anos o que obrigou a encerrar as atividades do turno noturno. Segundo os proprietários, o período de glória encerrou no momento que a empresa ZAELI (responsável pela compra de 55% da produção) redirecionou suas compras para outras empresas que apresentaram menor preço das mercadorias. A concorrência é defendida por todos os empresários em diferentes espaços no mercado, no entanto, quando chega em sua própria empresa o discurso é alterado e, nesses momentos a culpa ganha personagens, principalmente os governantes.

Nos primeiros anos de surgimento da indústria, havia apenas 3 trabalhadores administrativos, os chamados também de trabalhadores de atividades complexas, a secretária, o monitor de produção e o proprietário da indústria que ao mesmo tempo era o gerente financeiro. Esses trabalhadores não são donos dos meios de produção, portanto vendem sua força de trabalho. Diferente dos trabalhadores fabris que são trabalhadores produtivos estes são trabalhadores improdutivos, pois não produzem a mais-valia diretamente a produzem de forma indireta.

Outro fator que ganhou conteúdos expressivos na dinâmica da empresa é a mobilidade de como a empresa tem conseguido organizar os trabalhadores em suas diferentes funções. Depois de dois anos de atividade, o proprietário, que ocupava a função de dono da empresa e de gerente financeiro, deixou a ocupação e, para suprir a lacuna contratou um novo funcionário que passou a responder pelo setor. O gerente financeiro, além de controlar as finanças da indústria, tem a responsabilidade da contratação e demissão dos trabalhadores, estando também sobre sua alçada o setor de Recursos Humanos, como também a compra de matérias primas e o pagamento das

fontes energéticas e impostos.

O trabalho do monitor de produção é fiscalizar o trabalho no setor fabril da indústria, controlar a produção com bom desempenho. Seu trabalho se concentra na fiscalização do trabalho dos operadores de máquinas e auxiliares de produção. A função do monitor de produção é facilitar o aumento da mais-valia da empresa, mas ele continua vendendo sua força de trabalho porque não detém os meios de produção.

O trabalho do gerente de vendas (atividade criada após dois anos de funcionamento da indústria) circunscreve na comercialização das embalagens com os clientes e a busca de novos compradores. Esse trabalhador que ocupa essa função, recebe o salário fixo e um porcentual por venda de embalagens.

A Papeon, empresa de pequeno porte, desenvolve suas atividades produtivas pautadas nos modelos de produção Fordista e Toyotista o que permite mantê-la na esfera da concorrência e manter sua liquidez e reduzir o risco eminente no mercado capitalista em ter que fechar suas portas em períodos das turbulências presentes. Considerando a dinâmica presente na lógica do mercado (concorrência ampliada) a produção é realizada sobre o controle de estoque, um elemento do Toyotismo posto na linha de produção. Os produtos são fabricados de acordo com a venda estabelecida. Essa prática está relacionada diretamente com as vendas. Os números de empresas compradoras oscilam, constantemente no decorrer dos meses, pois há empresas que mantêm um contrato permanente de compra, em contrapartida há outras empresas que apenas compram embalagens em determinado período, exemplo disso pode ser as embalagens de churrascos que são realizados em datas comemorativas.

Outro elemento determinante que envolve a comercialização é que a relação estabelecida com seus clientes reduz ao local e a cidades regionais. Os locais aonde são comercializados as embalagens se encontram na cidade de Cascavel, nos municípios circunvizinhos e cidades da região oeste. A cidade de Umuarama, localizada na região noroeste do estado do Paraná, era a cidade do estado de maior distância que se comercializava. Para outros estados, apenas em Santa Catarina, na cidade de Chapecó recebia as embalagens. A relação do comércio territorial da empresa, se equipara com as primeiras indústrias do início da Revolução Industrial, que comercializava a mercadoria em localidades próxima a produção. Esse limite de expansão das mercadorias se dá pela regionalidade que o capital conquista com pequenas indústrias, ao ponto de a concorrência ocorrer com ela mesma (MARX, 1988).

Segundo o proprietário da Papeon, a empresa obteve expressivos lucros até o

ano de 2008. A alta procura por embalagens incidia de forma direta a alta produtividade, mas a partir de 2011, com o aumento do custo da matéria prima e o acirramento na esfera da concorrência com outras empresas produtoras de embalagens, acarretou uma baixa taxa de lucro. Perfazendo assim, a falta de compradores de produtos, essa baixa taxa de lucro, incidiu na dificuldade de compra de matérias primas, dos pagamentos dos impostos, das fontes energéticas e das maquinarias que são o capital constante. Como consequência, os trabalhadores também começaram a serem atingidos com o atraso de seus salários. O salário dos trabalhadores desde 1997 tende a acompanhar o salário sindical das indústrias de embalagens: os profissionais auxiliares de produção recebem 25% acima do salário mínimo nacional e os operadores de máquinas recebem 35% acima do salário mínimo. Os aumentos salariais ocorrem uma vez por ano, conforme o aumento do salário mínimo nacional.

Quando ocorre contratações, a indústria dá preferência para quem mora próximo a ela, evitando o benefício do Vale-transporte. A empresa não oferece refeições para os trabalhadores, obrigando os que moram mais distantes a trazer sua refeição. A maioria dos trabalhadores residem no bairro Santos Dumont, próximo a indústria. Durante a manhã e a tarde há um período de 15 minutos para a realização de um lanche, que é de responsabilidade do próprio trabalhador. Até o ano de 2008, a empresa destinava um vale alimentação (no valor de R\$ 120,00) para os trabalhadores, mas, no momento da crise mundial os gerentes do capital da empresa articularam a retirada desse benefício. A empresa alegou que logo que se recuperasse economicamente, o benefício trabalhista voltaria, todavia, isso ainda não ocorreu, como também a situação econômica da empresa não ascendeu novamente, após esse período. A retirada de benefícios trabalhistas, a justificada pela parte dos capitalistas de que a crise financeira pode levar ao desemprego caso não se retire tais benefícios, mas na realidade a retirada dos benefícios trabalhistas é uma estratégia para aumentar o capital (ANTUNES, 2009), pois os valores são, sempre, insignificantes para o empresário quando comparado com o lucro final.

Em períodos de crise, os trabalhadores padecem profundamente das consequências que ocorrem no mercado e, o lado mais fraco é sempre o mais penalizado. Lembrando que o trabalhador tem apenas sob seu controle a força de trabalho. Em se tratando de uma pequena indústria, as condições de relações de força para alterar a situação são remotas.

### 3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscamos, na medida do possível, devido a experiência na esfera da pesquisa é ainda aproximativa, tratar o objeto de pesquisa em questão pautado na compreensão da categoria da totalidade.

Portanto, partindo do concreto ao abstrato e retornando ao concreto, agora na condição de concreto pensado, procuramos desvelar as determinações presentes no objeto. Com a suspensão do objeto (esfera da particularidade), descobriu-se outras categorias e conceitos que o envolvem, o que permitiu realizar algumas mediações concretas.

Para tanto, o ser ontológico, o que na visão de “Lucács (1885-1971)”, significa a compreensão do sujeito na totalidade de sua capacidade, assim há uma percepção sobre a exploração que o trabalhador sofre no seu cotidiano pelas injunções do sistema capitalista, na ontologia do ser contempla o trabalho vivo sem a interferência do capital, este último inibe o trabalho criativo para fomentar a capacidade de se reproduzir (FREDERICO, 1999).

O antagonismo de classe é a opressão da classe burguesa sobre a classe trabalhadora e além disso desvela que a origem da riqueza da burguesia é oriunda do trabalho da classe trabalhadora. Outrossim, Marx demonstra na totalidade da sua obra como a classe trabalhadora tem a possibilidade de emancipar-se desta condição funesta de alienação imposta pela realidade concreta que o circunda, a consciência é moldada por esta realidade. O autor em sua obra *A Ideologia Alemã*, elabora a exemplificação deste fator.

Para viver, o homem precisa ter condições para viver, portanto, comer, beber, vestir-se então estas condições que permitem ao homem pensar, isto demonstra que não é a consciência que faz o homem, mas sim sua realidade concreta. (MARX, 2009, p. 13,).

Dessa forma constata-se que, por meio da materialidade que as relações humanas são criadas, desenvolvem e perecem, sendo assim, as produções sociais e materiais também, a realidade impetra nas condições subjetivas.

A pesquisa tratou, em sua abrangência, como os trabalhadores desenvolvem atividades simples na Indústria de Embalagens Papeon, ou seja, trabalhadores da linha de produção, exploram os segmentos do trabalho realizado no capitalismo, esses

segmentos perpassam precipuamente pela exploração no sistema capitalista. Portanto a pesquisa almejou compreender, por meio da pesquisa exploratória e qualitativa, a compreensão dos trabalhadores sobre o tempo dentro e fora do espaço de trabalho e quais são suas atividades. Os instrumentais metodológicos envolveram desde a observação sensível, a visita institucional e a entrevista. Para a realização da entrevista criamos um roteiro (em anexo), formado 15 perguntas.

O roteiro de entrevista utilizado na coleta de dados tem uma função essencial de nortear o pesquisador durante a entrevista, desvelando o que há para ser informado, para a melhor compreensão da pesquisa, encontrando as percepções de cada sujeito entrevistado. A observação sensível permitiu ao pesquisador ter acesso para além do aparente no cotidiano do trabalhador, apesar de integrar a primeira impressão sobre o sujeito a ser pesquisado, bem como a visualização do objeto de pesquisa.

A observação participante pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Sua importância é de total ordem que alguns estudiosos a consideram não apenas uma estratégia no conjunto da investigação das técnicas de pesquisa, mas como um método que, em si mesmo, permite a compreensão da realidade. (MINAYO, 2010, p. 70).

Entende-se, a partir de Minayo (2010) que a partir da observação que temos a primeira noção da realidade posta, vislumbra-se os primeiros elementos que podem trazer elementos necessários e essenciais a pesquisa.

A entrevista cumpriu-se o objetivo de compreender as percepções do sujeito na pesquisa perante o objeto pesquisado, nesse sentido, na entrevista houve a relação de suspensão do objeto junto com os sujeitos. Cumpre salientar que a entrevista foi elaborada a fim de aproximar o pesquisador do universo objetivo e subjetivo do pesquisado, de modo que de forma indireta e diretamente estejam relacionadas a determinadas categorias analíticas que perpassam as relações de trabalho.

No que tange ao tipo da pesquisa, trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, com recurso à pesquisa bibliográfica para a apropriação dos fundamentos que orientam o marco teórico. O tipo de pesquisa qualitativa e exploratória, tem suma importância no que se refere a questão de adquirir conhecimentos no espaço de estudo da pesquisa, no caso específico, o tempo de trabalho e livre dos trabalhadores.

A pesquisa qualitativa visou, além do fator numérico na pesquisa, desvelar como se encontra a satisfação e a insatisfação dos sujeitos entrevistados no que tange as suas

relações com o tempo fora do espaço de trabalho. A dimensão exploratória da pesquisa, visou apropriar de uma visão geral do objeto pesquisado, exemplificando melhor a proximidade, sendo que o pesquisador teve um maior conhecimento sobre o assunto e também maiores indagações e hipóteses para solucionar o problema. Destarte, as entrevistas e a observação de sujeitos é que articulam a prática da pesquisa para que haja maior entendimento (GIL, 1999).

Do total de trabalhadores na empresa, definimos como sujeitos da pesquisa, 8 trabalhadores. A entrevista, por meio do roteiro composto por 15 perguntas foram aplicados individualmente conforme as tratativas acordadas com cada sujeito (local e horário), ressaltando que todas as entrevistas foram realizadas no local de trabalho. As repostas foram transcritas após as perguntas referentes do roteiro. O procedimento metodológico de pesquisa de observação foi realizado no campo de pesquisa, durante os dias 5 a 9 de outubro de 2015 e a aplicação da entrevista ocorreu durante os dias 12 a 22 de outubro.

A sistematização dos dados da pesquisa se encontram neste capítulo, organizados em três subcapítulos, o subcapítulo 3.3 “Aproximações primárias dos trabalhadores do lugar em que ocupam na fábrica” reflete sobre as relações do trabalhador com o modelo de produção posto. O subcapítulo 3.4 aborda a relação da produção de mercadorias e as atividades do trabalhador, como também a sua relação com a instituição sindical. No subcapítulo 3.5, se analisa a influência do tempo no espaço de trabalho e do tempo fora do espaço de trabalho. A organização dos dados, foram concatenadas de acordo com os conceitos respondidos pelos trabalhadores. A correlação da entrevista com o arcabouço teórico, foi realizado de forma textual.

Esses 8 trabalhadores correspondem a todos os trabalhadores produtivos da empresa, são homens residentes na cidade de Cascavel com faixa etária dos 17 aos 28 anos, dentre eles há três trabalhadores acima dos 32 anos, esses três trabalhadores com maior faixa etária de idade, são os que estão mais tempo na empresa.

O trabalhador A é casado a mais de três anos e tem 27 anos, se considera católico não praticante, possui um filho de dois anos, estudou até a 8ª série do antigo ensino fundamental, sua esposa é empregada doméstica, seu salário como operador de máquinas é de R\$ 1094,00, trabalha na empresa a mais de 4 anos, sua residência não é própria é de aluguel e reside próximo a empresa. O trabalhador B, tem 17 anos é estudante do segundo ano do Ensino Médio, se considera católico não praticante, seu estado civil é de solteiro, trabalha na empresa a menos de um ano, seu salário como

auxiliar de produção é de R\$ 894,00, não tem filhos e reside em casa própria com os pais, não tem irmãos, seu pai é trabalhador autônomo na área da mecânica automotiva, e sua mãe é dona do lar, a junção orçamentária de todos na casa, fica em torno de R\$ 2500,00. O trabalhador C, tem 19 anos, está no último ano do Ensino Médio, se considera católico não praticante é solteiro, não tem filhos, mora com os pais e tem dois irmãos mais novos adolescentes, seu pai é aposentado e sua mãe costureira, mora em casa própria, trabalha na empresa a mais de um ano, seu salário de auxiliar de produção é de R\$ 894,00, a junção orçamentária familiar gira em torno de R\$ 2800,00. O trabalhador D é casado a mais de dois anos, se considera católico não praticante, tem 27 anos, tem um filho de um ano, estudou o ensino médio completo, trabalha a 3 anos na empresa, reside em residência própria em um terreno junto com seus pais, seu salário como operador de máquinas é de R 1094,00. O trabalhador E, tem 32 anos, se considera católico não praticante é casado a mais de dois anos, não tem filhos, mora em residência própria, sua esposa é dona do lar, estudou o ensino médio completo, seu salário como operador de máquinas é de R\$ 1094,00, trabalha na empresa a mais de 8 anos. O trabalhador F, tem 49 anos, é casado, tem dois filhos, um jovem de 21 anos e uma criança de 4 anos, se considera católico não praticante, trabalha na empresa a mais de 8 anos, sua esposa trabalha em frigorífico de aves e suínos, possui o ensino primário a antiga quarta série, seu salário como operador de máquinas é de R\$ 1094,00, mora em residência própria, sua junção familiar orçamentária é de em torno de R\$ 2200,00. O trabalhador G, tem 60 anos, trabalha na empresa a mais de 15 anos, se denomina um cristão-evangélico praticante é viúvo a mais de 10 anos, tem dois filhos, reside sozinho em uma residência própria, possui o primário incompleto, seu salário como auxiliar de produção é de R\$ 894,00. O trabalhador H é solteiro, tem 28 anos, possui o ensino médio completo, mora em residência própria sozinho, trabalha a mais de 10 anos na empresa, seu salário como operador de máquinas é de R\$ 1094,00

A fábrica está organizada por trabalhadores auxiliares de produção, os operadores de máquinas todos são homens e todos residem na cidade de Cascavel. Esses trabalhadores são nominados na pesquisa com as letras: A, B, C, D, E, F, G, H. Os cinco trabalhadores, A, D, E, F, H são operadores de máquinas e recebem o salário de R\$ 1094,00, os auxiliares de produção, B, C, G, são auxiliares de produção e recebem o salário de R\$ 894,00. A diferença entre as funções de operador de máquinas e auxiliares de produção é que, o primeiro monitora e manipula a máquina, o auxiliar de produção,

recolhe as mercadorias produzidas pelas máquinas para posteriormente transportá-las para o depósito.

A escolha da faixa etária estar sobre sua maioria jovem, ocorreu devido ao contingente total dos trabalhadores serem jovens. Classificamos os trabalhadores que estão ligados diretamente com a produção de mercadoria e não ao setor de reprodução social. Os trabalhadores de atividades complexas que são os trabalhadores ligados a parte administrativa, como, encarregado de produção, secretária, gestor de produção, gerente e contador, não foram elencados, porque a proposta da pesquisa foi analisar como a produção fabril direta influencia na reprodução social de cada trabalhador de atividades simples, como exemplo, o trabalho repetitivo nas máquinas e o tempo para a produção e por causa do cotidiano de trabalho com a maquinaria. Porém é de nosso entendimento que para Marx existe somente o trabalho coletivo, socialmente determinado.

O universo da pesquisa abrange uma categoria de trabalhadores operários, específicos da indústria de embalagens inseridos no âmbito industrial, trabalhadores que realizam suas funções na empresa como auxiliares de produção e operadores de máquinas, tendo quatro tipos de máquinas usadas por esses trabalhadores.

Após o término da pesquisa, sistematizamos os dados coletados e, em seguida, elegemos os conteúdos que apresentaram relevância expressão em relação ao objeto da pesquisa, bem como buscamos responder o problema da pesquisa e o objetivo traçado. Em seguida, realizamos o caminho de volta, colocando cada coisa em seu lugar por meio da análise. Segue o movimento que realizamos em sua totalidade por meio da pesquisa empírica, mediada pelos fundamentos teóricos/metodológicos e históricos.

### 3.3 APROXIMAÇÕES PRIMÁRIAS DOS TRABALHADORES DO LUGAR EM QUE OCUPAM NA FÁBRICA

O trabalho, como tratado alhures é protoforma da gênese humana e com o trabalho é que o ser humano se reconhece, produz e se auto reproduz, transforma a natureza em sua volta e transforma-se a si mesmo (LUKACS, 2010). No trabalho, o ser humano realiza tarefas para suprir as suas necessidades e também manifesta seu deleite. No entanto, no modo de Produção Capitalista, o trabalho tem uma outra conotação, há a separação do trabalhador com o trabalho, de suas potencialidades físicas e intelectuais com o produto.

Nesse sentido, foi perguntado aos trabalhadores qual era a compreensão do trabalho sobre a indústria a qual trabalham, sendo que inseridos em um espaço industrial, nos moldes fordista e toyotista, o trabalho acaba ganhando conotações peculiares em relação aos princípios da Revolução Industrial.

[...] Trabalho pra mim é quando ganho dinheiro se eu fizer alguma coisa, igual aqui ganho meu salário porque trabalho (Trab.A).

A Revolução Industrial trouxe em seu bojo a universalização do trabalho assalariado, embora que trabalhadores assalariados existam desde o século XI no contexto europeu, é a partir da Revolução Industrial que o assalariamento ganha uma magnitude, sendo parte fundamental do sistema capitalista (CASTEL, 2009).

Destarte, o trabalho no sistema capitalista só tem sentido se for assalariado contrariando o verdadeiro sentido do trabalho, como produtor de valor de uso e de realização humana. O trabalho apregoado no capitalismo é um trabalho que se exaure para dar existência ao capital, um trabalho fetichizado. Isto posto, o trabalhador na sociedade contemporânea acaba adquirindo as opiniões ideológicas da classe burguesa de que trabalho só é verdadeiramente trabalho se for assalariado e de que, vender a força de trabalho é a única alternativa para obter o trabalho.

Este trabalhador correlacionou seu ganho salarial mensal com o trabalho, por razão que sua existência objetiva se dar apenas pelo viés do trabalho assalariado, portanto, no ideário capitalista não são dicotômicos, mas sim, associados. O trabalho no sistema capitalista não é “*Phoesis*”, que para os gregos era a produção, o trabalho tem o sentido do “*tripalium*”, uma tortura para o ser humano (CARMO, 1992).

A industrialização impulsionou a produção, mas ao mesmo tempo também impulsionou a exploração sobre a classe trabalhadora, o afastamento das habilidades do trabalho sobre o trabalhador, isto é, o trabalho acabou ficando sem sentido e dessa maneira originando um estereótipo de maledicência.

[...] O trabalho é uma desgraça, só me lasco tendo que acordar cedo todo dia e voltando tarde pra casa e outra cara, no final o salário não compensa (Trab. B).

Nos dizeres de (MARX, 2008), no capitalismo o trabalhador foge do trabalho como se fugisse de uma peste. O trabalho acaba sendo um martírio diário para o

trabalhador, além da jornada de trabalho ser desgastante, o trabalho não propicia uma realização do potencial de suas habilidades, é um calabouço diário a qual o trabalhador é obrigado a frequentar.

O trabalhador entrevistado constata que o trabalho diário na indústria é um profundo algoz, algo que destrói o seu tempo. Sem rodeios, o trabalhador relata que, desde o amanhecer seu tempo existencial é surrupiado e, mesmo assim, não há ressarcimento satisfatório por meio do seu salário que recebe. Mas, seu horizonte de compreensão não consegue avançar para entender seu verdadeiro conteúdo. O trabalhador não consegue compreender que o trabalho pode ser uma atividade de deleite ou de exercícios de suas aptidões. Para o trabalhador, deleite e aptidão exercitada são elementos dissociáveis do trabalho, isso ocorre pela circunstância em que o trabalhador se encontra em seu processo de trabalho, sendo para ele uma obrigação para obter a sobrevivência.

A relação da dignidade relacionada com a questão de poder trabalhar, remonta as premissas burguesas no século XVI e com maior relevância no século XVIII e início do século XIX. O trabalho, cuja visão na antiguidade era algo pejorativo e opróbio, no advento da classe burguesa ganha ingerência de maior virtude humana, de fato a burguesia para alçar sua supremacia sobre a economia e a política, tinha que ser fidedigna a essa crença, pois ao ser uma classe marginalizada pela nobreza aristocrática, via no trabalho uma grande oportunidade de superar economicamente a aristocracia (CASTEL, 2009).

A burguesia ao sobrepujar a nobreza se torna a classe dominante, porém uma outra classe surge devido a essa mudança na estratificação de classes, o surgimento do proletariado, ocorre, na condição de classe, paulatinamente, porém desde o seu princípio suas condições objetivas e subjetivas são precárias e que por sinal anseia os desejos que a burguesia propalava de liberdade e competitividade para atingir uma prosperidade econômica. No entanto, em meados do século XIX, a burguesia contradiz a sua retórica, ela se torna conservadora e, em diferentes momentos, reacionária, não medindo esforços para conter qualquer avanço de conquistas libertárias dos trabalhadores.

A ideologia de que o trabalho era dignificante ao homem ainda vicejava, mas não mais no sentido de levar o trabalhador ao patamar econômico de burguês, mas sim para que ele se mantivesse disciplinado na sua venda da força de trabalho e se conformasse com o cotidiano das execuções do trabalho e com a sua jornada. Portanto, mesmo com a miserabilidade que o trabalhador passa por razão do trabalho assalariado,

a dignidade ainda permanece, pois para o capital o discurso da dignidade mantém o trabalhador na reprodução do próprio capital, sem esse discurso/prático, não há razão mais para o trabalhador acreditar no trabalho e isso põe em risco a continuidade do capitalismo.

Seguindo o formato ideológico do projeto burguês, o trabalhador relata a sua visão otimista do trabalho na indústria.

[...] Trabalhar é coisa boa, homem que não trabalha não é homem, só é homem quem vive do dinheiro de seu trabalho, e tão bom saber que a gente é trabalhador, eu me sinto bem (Trab. C).

Na contemporaneidade, o trabalho continua obtendo uma correlação de honra. É um dos elementos de reconhecimento social e também de status, independente das condições de trabalho sendo altamente degradantes e de longa jornada de trabalho. No modo de produção capitalista todo trabalho é digno, todavia, os que partilham da verdadeira dignidade são os que não vendem sua força de trabalho - donos dos meios de produção -. Para o trabalhador resta o simbolismo metafísico da virtude o que não se condiz na sua materialidade objetiva (GRAMSCI, 2008).

A relação do trabalho ligada á masculinidade remonta á conotação de que quem é produtor tem valor social, da mesma forma que a virilidade masculina é correlacionada ao poder sobre o outro, o trabalho tem a relação do domínio sobre o outro de forma econômica, mesmo que isso retrate apenas um aspecto simbólico, essa noção de que “só pode ser homem se acaso esse homem trabalhar”, demonstra o poder de dominação do homem na sociedade, pois a noção de que “a mulher só pode ser mulher se ela trabalhar” não é um lema difundindo como o do homem.

O discurso competente de que quem não se submete ao trabalho nos moldes capitalistas se torna um fracassado profissionalmente e financeiramente é factual no contexto hodierno aponta que quem não trabalha não alcançara nenhum sucesso, perfazendo que todo prestígio e sucesso é fruto do trabalho produtivo, como bem salienta o trabalhador.

[...] vem na minha cabeça que quem trabalha muito, se dá bem na vida, quem é vagabundo vira em nada, então se eu quero ser alguém na vida tenho que trabalhar (Trab. D).

A afirmação de identidade por meio do trabalho é algo que está impetrado na sociedade. Caso o sujeito trabalhador que não trabalhar, sua humanidade acaba sendo desconhecida e descaracterizada. A omnilateralidade humana só existe por meio do trabalho. A afirmação do trabalhador de que alguém só consegue obter um grau de satisfação profissional por meio do trabalho extenuante é a mesma afirmação do burguês para legitimar a exploração do capital sobre o trabalhador, a exploração fica estritamente ligada na busca do “eldorado” da felicidade. Para o trabalhador, essa busca é como se a exploração do trabalho se tornasse uma benevolência por parte do proprietário. O trabalhador alimenta devaneios de que pode se tornar como o burguês - retórica produzida pelo projeto ideológico burguês -, para que não se possa produzir uma ideia de que há uma distinção de classes e ainda mais de que o trabalhador nunca poderá se tornar um burguês, mas sim uma ideia de inexistência de classe e que o trabalhador tem plena condição de se tornar um proprietário. Ocorre a naturalização das relações.

O trabalhador acaba se espelhando no projeto burguês, transfere seu futuro para esse projeto, como explicita Hegel em sua obra “A dialética da Escravidão” em que o escravo transfere sua vida para o Senhor, isto é, coloca como apogeu de sua vida um dia poder se tornar Senhor (MARX, 2008).

A relação de quem pertence à classe social trabalhadora necessita trabalhar e de quem é da classe burguesa não necessita. Estabelece a relação senhor/escravo a qual tem sua raiz nas civilizações greco-romana, ganhando inovadas conotações, mas em sua essência o conteúdo é o mesmo.

Há trabalhadores que percebem essa preexistente nos dias atuais, ao relatar que os proprietários não trabalham e nem por isso deixam de enriquecer, correlacionando a pobreza com o excesso de trabalho e a riqueza com a ociosidade.

[...] Nós que somos pobres temos que trabalhar, quem é rico não precisa trabalhar, só precisa gastar o dinheiro (Trab. E).

Como se o trabalhador fosse um predestinado a miséria, um condenado, um celerado, que por causa de sua condição de classe social deveria se submeter aos cadafalsos do cotidiano. O trabalho é relacionado a pessoas pobres, logo um algoz para sobreviver, que é detentor dos meios fundamentais de produção está relacionado a riqueza, portanto o trabalho não lhes pertence.

Essa visão conservadora da divisão social e técnica do trabalho é posta pela classe dominante para convencer os trabalhadores a não se rebelarem contra a depreciação do trabalho, uma aquiescência de que tudo está predestinado, tudo está posto em ordem perfeita. Qualquer questionamento da classe trabalhadora sobre sua exploração é ilusório, inépcio e insensato.

No modo de produção primitivo, o trabalho era apenas para o usufruto da sobrevivência, ainda não existia as relações de troca. Conceituar o trabalho nesse momento, é remeter á um processo de trabalho em que a realização se concretiza para o próprio trabalhador. Na contemporaneidade, ainda há pensamentos sobre esse sentido do trabalho, um trabalho que aproxima a técnica da ontologia do ser humano. Nesse aspecto que o trabalhador perfaz seu entendimento.

[...] Fazer algo pra você é trabalho, se eu precisar construir alguma coisa, tem que trabalhar, ninguém faz por você (Trab. F).

Projetar, construir e finalizar algum produto, fazem parte da consciência teleológica do trabalhador, portanto, nas palavras do trabalhador.

A atribuição da virtude do trabalho, também pode estar relegada a instituições sociais. Uma delas é a religião, mais especificamente a vinculada ás Igrejas protestantes. A religião, desde seus primórdios teve uma função social de controle, nascida de uma conjuntura da economia. Não há como dissociar religião da economia, pois é pela materialidade objetiva que se originam outras categorias da vida humana, como as artes, política e uma delas é a religião, ou seja quando se supri as necessidades de sobrevivência o ser humano cria elementos para dar outros significados a sua ontologia.

Sobre o capitalismo, a religião recalçitra a sua manutenção da ordem, ora sendo questionadora ao sistema, como exemplo o movimento da Teologia da Libertação nos anos 70 na América Latina, mas na miríade das vezes ela esta concatenada com as classes dominantes. Essa relação umbilical traz em seus conteúdos teóricos/práticos elementos presentes da ideologia conservadora/conservadorismo. Assim, a prática religiosa colabora com o conjunto teórico liberal, elemento cêntrico desde a origem do modo de produção capitalista, em particular no que é central na relação capital/trabalho: a manutenção da propriedade privada. (GUARESCI; RAMOS, 2000).

Para este trabalhador da indústria Papeon, o trabalho tem grande relação com a religião, de acordo com ele há um plano maniqueísta para o bom trabalhador, isto é, quanto mais e melhor trabalhar mais isso agrada a entidade a que ele devota.

[...] Trabalhar é bom, porque Deus nos ajuda se nós trabalharmos, gosto de trabalhar, porque quem gosta de trabalhar são abençoados por Deus (Trab. G).

A crença na recompensa divina pela realização do trabalho é algo quimérico na mente de uma parcela da totalidade do trabalhador, se essa recompensa não vem por meio do descanso e tampouco por meio do salário, a recompensa que resta é a metafísica, uma recompensa que pode ser maior que qualquer riqueza material e descanso da jornada de trabalho.

A crença religiosa, alivia as dores da exploração diária vivida pelo trabalhador. Não percebe a exploração direta e indireta que sofre. Acredita piamente que haverá alguma redenção, mesmo que seja numa vida além. A via do sofrimento por meio do trabalho é uma verdadeira estrada com elementos profundos de esperança, pois há algo de benevolente por trás desse martírio.<sup>63</sup>

O trabalho, na condição de atividade desenvolvida como necessária para sobrevivência é real em todos os processos de produção. Mas no modo de produção capitalista há elementos decisivos que dá a entender que a liberdade de escolha se faz presente, porém não é o que ocorre em sua materialização diária. Os meios de subsistência que o trabalhador adquire são planejados para dar continuidade ao seu processo de trabalho vivo para hoje e para o amanhã.

[...] Ninguém gosta né, mas fazer o que, tem que trabalhar pra levar comida pra casa (Trab. H).

Mesmo apresentando elementos de negação do trabalho sob os grilhões do capital, o trabalhador acredita no conformismo para poder obter seus meios de subsistência e por efeito disso poder sobreviver, como também o trabalho é correlacionado ao salário mensal e ao sustento da família. É possível afirmar o quanto o

---

<sup>63</sup> “De todo mau, Deus tira um bem ainda maior”, que remete que em todo sofrimento humano há um bem futuro a ser presenciado, esse bem pode ser um aprendizado, um milagre e dentre outros (AGOSTINHO, 2011).

trabalhador encontra-se na condição de estranhamento, não há um encontro com o que se faz e pelo que recebe.

O drama diário vivenciado pelo trabalhador para responder às suas necessidades básicas e de seus familiares é um dos conteúdos determinantes que impede, em seu processo de tomada de consciência de classe, captar a essência do trabalho, pelo fato que antes de ter essa compreensão o trabalhador precisa se alimentar, se vestir, se alojar (MARX, 2009). O trabalho assalariado oferece de forma amena esses elementos essenciais de sobrevivência, deixando o trabalhador a cada dia se imbricar na luta por sua sobrevivência, portanto, a carência das concretizações das realidades objetivas inibe a descoberta dos campos materiais, objetivos e subjetivos, que possibilitam a criar uma consciência sobre o projeto da classe trabalhadora.

É sob as regras do capital que a classe burguesa por meio de seus intelectuais orgânicos cria conteúdos teóricos e práticos que colocam os trabalhadores a se apropriarem do movimento diário da produção. Este horizonte é possível de ser pauta de explicação desde o modelo de produção concebido como a maquinaria até o Toyotismo.

A Revolução Industrial teve a culminância de novas forças motrizes, as substituições das manufaturas, por máquinas mecânicas a vapor, aumentaram de forma abissal a produção capitalista. Por outro lado, o advento da maquinaria trouxe uma nova relação para com o trabalhador, esse por sua vez, perde seus domínios sobre o trabalho e conseqüentemente a isso se sente afastado do processo de produção. O trabalhador acabou se tornando um mero reprodutor maquinal

Durante a chamada Segunda Revolução Industrial – momento que ocorre a substituição da energia a vapor pela energia de combustão -, o processo de organização industrial também se altera e, é sobre esse contexto que surge o método de produção Taylorista, que visava, cronometrar pelo tempo todo processo de trabalho, inclusive as execuções do trabalhador, o que tornava o trabalho ainda mais penoso e sem sentido (ANTUNES, 2009).

Durante o século XX, nasce e desenvolve o modelo de produção fordista. Esse modelo de produção, além de criar uma junção com o método Taylorista, fomentou os mecanismos da produção segmentada, ou seja, cada trabalhador elabora poucas execuções diuturnamente, isso economiza o tempo e com efeito disso aumenta a produtividade. A esteira mecânica, uma implementação motora Fordista, não faz o trabalhador ir até a máquina, mas a máquina trás o objeto até ele e sobretudo é a máquina que dita o ritmo de trabalho ao trabalhador, em outras palavras, não é a

máquina que tem que se adaptar ao trabalhador é o trabalhador que tem que se adaptar a máquina (BATISTA, 2014).

Durante os anos de 1970, devido várias transformações ocorridas no capitalismo, dentre elas a inovação tecnológica a ineficácia da produção em larga escala e da tenacidade das sindicalizações trabalhista, surge assim o modelo de produção Toyotista, que para o trabalhador significou a multifuncionalidade no trabalho, o trabalho terceirizado e falta de reconhecimento sindical. O modelo de produção Toyotista veio sobretudo para desestabilizar e fragmentar a Classe Trabalhadora, dificultando ainda mais a consciência de classe.

Nesse sentido, muitos trabalhadores enxergam com um olhar benévolo a sua relação com a maquinaria. Para o trabalhador a máquina faz parte de sua existência no trabalho, que sem ela o seu trabalho não existiria.

[...] Faz tudo pra mim, se não fosse ela o trabalho ia ficar difícil aqui, é só ficar em cima e fazer pouca coisa (Trab. A)

Diametralmente, a maquinaria desenvolveu a simplificação do trabalho para o trabalhador, isso se deveu pela junção de ferramentas que esta imbuída nela, essa simplificação não veio para facilitar o cotidiano do trabalho, mas sim, causar a separação entre trabalhador e trabalho, ocasionando uma maior abstração e com efeito disso uma maior produtividade.

O trabalhador desta entrevista acaba devendo a sua existência laboral a máquina, torna-se súdito dela, crendo que a máquina alivia a sua labuta no trabalho. Não consegue identificar em sua essência, que na realidade a máquina arregimenta o lucro do capital em detrimento da insensatez do trabalho por parte do trabalhador.

A adaptação do trabalhador a máquina acaba gerando descontentamento por parte deste, o ritmo frenético da produção diuturnamente torna a rotina de trabalho automatizada, a o ritmo da maquinaria não leva em conta a disposição do trabalhador.

[...] Dá muito cansaço, todo dia a mesma coisa, todo dia na mesma velocidade, a máquina ligou você tem que acompanhar ela (Trab. B).

[...] Ajuda a produzir mais, pra gente faz nós trabalharmos mais, não tem escolha, ou trabalha com a máquina ou fica desempregado (Trab. H).

A máquina se utiliza de fontes energéticas para a sua produção e do trabalhador para ela funcionar e finalizar a sua produção, a incompatibilidade se dá porque enquanto o primeiro, são inorgânicos o segundo é orgânico, isto é, o trabalhador se exaure no cotidiano de trabalho, a cada dia de trabalho há um exaurimento e não há como recompor suas energias vitais, por causa do curto tempo de reposição, enquanto a máquina trabalha regularmente todos os dias.

Para o trabalhador (H), a ausência de opção, de escolha de trabalhar com a máquina ou sem a máquina leva-o a ter, por imposição, adaptar-se a produção abrupta. A sua não concordância dessa condição ocasiona, imediatamente, a sua demissão. No entanto, tendo que manter a sobrevivência para manter-se vivo, o trabalhador vende sua força de trabalho e coloca-a em movimento em condições hostis: como aponta Marx, o trabalhador vende sua força de trabalho para obter sua própria existência.

O esforço físico era muito utilizado antes do advento da maquinaria. O trabalhador reconhece que com ela o esforço físico torna-se mais ameno.

[...] Uso muito menos força, se nós tivéssemos sem a máquina teríamos que usar muita força, o trabalho fica tranquilo assim com a máquina (Trab. C).

Do exposto, reduzir o esforço físico trabalhador é uma primeira aproximação em entender que a máquina, em condições de um outro projeto societário, pode estar a serviço da humanidade, criando condições nobres para que o tempo livre seja ampliado. No entanto, na sociedade capitalista, as máquinas são sinônimo de ampliação do desgaste físico e psíquico, bem como de ser um elemento determinante na pressão para reduzir salários e ampliar o exército de reserva.

A relação da diminuição do tempo é um fato que induz os trabalhadores a relatarem o benefício da máquina, sem perceberem que com mesmo a redução do tempo a exploração continua.

[...] É boa e poderia estar pior sem ela, sem ela ia demorar mais tempo aqui no trabalho (Trab. D).

A mais-valia relativa está alicerçada sobre a diminuição do tempo na jornada de trabalho necessário e o aumento do trabalho excedente. A “mágica” utilizada é por meio do aumento do ritmo de trabalho subordinado ao capital fixo, nesse caso a maquinaria,

dessa maneira, passa despercebido pelo trabalhador que a diminuição no tempo de trabalho não é responsável pela diminuição da exploração, porque a redução do tempo de trabalho é imbuída pelo aumento do ritmo da maquinaria.

No modo de produção capitalista, a venda da força de trabalho está incutida independente do uso da maquinaria ou não. O trabalhador necessita vender sua força de trabalho para sobreviver, a extração da mais-valia esta interligada a venda da força de trabalho.

[...] A máquina pra mim não muda nada, tem que trabalhar do mesmo jeito (Trab. E ).

O aprimoramento das forças produtivas alavancou a condição tecnológica para a produção capitalista; os avanços científicos proporcionaram uma maior incrementação do capital fixo maquinário para o perfazer do produto.

Para os ideólogos do positivismo, a tecnologia industrial arregimentou uma grande transformação na sociedade, causando a supremacia da ciência sobre o misticismo. Aos industriais, a produção e a venda das mercadorias ganham uma amplitude nunca vistas, para o trabalhador amplia-se seu processo de trabalho ora diminui, de acordo com a dinâmica da máquina.

[...] Aprendo muito aqui, nessa máquina, tenho que aprender a regular a pressão, isso eu não sabia antes, assim já aprendi uma profissão (Trab. F).

A noção perpassada pela burguesia de que a utilização da máquina pelo trabalhador o proporcionará uma melhor profissionalização, tem a finalidade de adequar este trabalhador a organização industrial, condicionando ele ao trabalho diuturnamente.

O trabalhador credita o seu trabalho a máquina, essa máquina é para ele fonte de emprego e de realização profissional, o trabalhador crê fidedignamente que o seu desenvolvimento profissional depende da participação da máquina (SINGER, 1985). As máquinas usadas em determinadas indústrias não existem em outras indústrias, por isso é um mito acreditar que um trabalhador que se aperfeiçoa no trabalho de uma máquina, garante a profissionalização sobre outras máquinas, pois cada maquina é distinta da outra o que pode gerar o desemprego. O trabalhador saindo de determinada indústria

não encontra mais a mesma máquina a que antes trabalhava, o que antes o tornava um trabalhador especializado agora o torna delével, para o trabalho industrial.

Apesar do trabalhador se submeter ao trabalho da maquinaria no seu cotidiano, a máquina é criatura do trabalhador, nesse sentido, a máquina se submete as ordenanças humanas, sendo assim o trabalhador tem um trivial domínio sobre esse processo.

A relação do trabalhador ter sido criado por alguém é transmitida também para a sua relação com a máquina, ou seja, a criação sempre deve ser subjugada pelo criador.

[...] A máquina é uma coisa divina, Deus cria nós, e nós criamos a máquina, por isso que a máquina é boa piá, nós somos criados por Deus que nos manda e nós mandamos na máquina (Trab. G).

A relação de dominador e dominado é que, sempre há relação de consenso entre ambos, destarte, o trabalhador se compromete com o seu trabalho acreditando que é um dominador na máquina, mas que na realidade está preso á alienação da produção, a máquina pode ser um instrumento fundamental para ampliar o tempo livre, no entanto, no capitalismo, a máquina amplia o grau de exploração do trabalhador, ampliando diariamente sua negação.

Dando prosseguimento, á análise no trabalho fabril, desvela-se a relação entre a maquina que é trabalho morto e trabalhador que é trabalho vivo. Essa relação traz também uma outra questão que é compreensão do trabalhador em relação ao produto por ele produzido e como também com a sua jornada de trabalho. Perfazendo a influencia na sua compreensão de classe trabalhadora e de envolvimento sindical e, por conseguinte com a mercadoria, elemento este de ponto fulcral para uma análise da exploração econômica sobre o trabalhador.

#### 3.4 AS APROPRIAÇÕES COM O PRÓPRIO TRABALHO NO AMBIENTE DA FÁBRICA E AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE OS TRABALHADORES COM A ENTIDADE SINDICAL.

A produção de mercadorias remonta aos primórdios da humanidade. Porém, toda mercadoria é um produto, mas nem todo produto é uma mercadoria. Todas as vezes que o produto tem seu fim na condição de valor de uso, encerrando em si mesmo sua finalidade, podemos afirmar que não é mercadoria. Para que ganhe o estatuto de mercadoria é necessário ir ao mercado e realizar a troca relativa ou universal. A realização destas duas modalidades, que são a circulação de troca e a circulação

comercial é demarcada pela forma que os homens produzem e reproduzem suas existências no tempo e no espaço. No modo de produção capitalista a troca por meio do equivalente universal (o dinheiro) é determinante.

No percurso, dos modos de produções asiático, escravocrata e feudal, a produção de mercadorias ganhou seus contornos conforme os meandros econômicos que perpassavam, ora de forma mais extenuante ora mais amena. Contudo, é sobre o modo de produção capitalista que a mercadoria ganha uma relevância ainda maior, de forma mais abissal ela ganha contornos de fetiche, que no conceito marxiano significa um sentido mais além do que o sentido humano, é quando o objeto ganha uma reverência de humanidade, ou seja, o objeto se sobrepõe. O sujeito torna-se objeto e o objeto torna-se sujeito (ANTUNES; CARVALHO, 2008).

A produção de mercadorias tornou-se, em larga escala, sobre uma contingência nunca vista na história da humanidade. O advento da força motriz mecânica fomentou essa colossal produção que agora não mais restrita ao mercado consumidor interno de uma região, mas sim de um mercado externo que atinge o globo terrestre. O que não significa que todos têm acesso ao consumo.

Para a alta produção não ficar estocada é necessário que ocorra a criação de novas necessidades humanas. Essas novas necessidades tinham o sentido de existir para haver uma maior procura pelas mercadorias, o que tornou ainda mais latente, durante o desenrolar dos modelos de produções, como o fordista e o toyotista (MARCUSE, 1973).

A produção dessa mercadoria recai sobre o labor do trabalhador, por mais que este último tem a propensão de produzir uma alarmante produção de mercadorias no final da jornada de trabalho, a sua renda salarial muitas vezes não compele o poder de compra sobre a mercadoria.

A produção da mercadoria não está relacionada ao salário do trabalhador, ou seja, não ganha por produto produzido, mas sim por uma parte ínfima da produção, o que Marx caracterizaria como mais-valia. Uma parte do valor da mercadoria é para subsidiar custos do capital circulante, outra parte os impostos, custos energéticos e a maior parte para é direcionada para o lucro do capitalista.

Nesse sentido a relação do trabalhador entrevistado com a mercadoria, se dá em contextos de abstração, o valor de seu trabalho não está impregnado no valor de cada mercadoria. O trabalhador vislumbra com descontentamento a produção de mercadoria.

[...] Faço bastante essas caixas, se metade fossem minhas só nesse dia, já daria meu salário inteiro do mês (Trab. A).

[...] Fico vendo esses palhetes cheios ai, é muito dinheiro e pouco desse dinheiro vem para mim (Trab. E).

A consciência dos trabalhadores compreende que por mais que produzam, o ressarcimento salarial continuará o mesmo, dessa maneira, o trabalhador não compreende que a produção da mercadoria, possa ser recompensada na sua forma salarial, o trabalho se torna separado de seu assalariamento.

No tocante ao valor de cada mercadoria, os trabalhadores começam a entender que cada uma dessas mercadorias tem um valor estimável para o proprietário, que o trabalho deles é, em grande parte direcionado ao lucro do capitalista.

[...] Essas caixas aqui, não são minha não, isso aqui enriquece o patrão, quanto mais trabalha mais rico ele fica e a nós ganhamos a mesma coisa (Trab. B).

[...] O dono comprou outro caminhão, por causa do dinheiro das vendas da caixa, por isso que não me mato trabalhando (Trab. H).

Denota-se, que os dois trabalhadores passam a compreender a relação da mercadoria com o lucro capitalista, essa relação é cunhada de “Mais-Valia”, os trabalhadores também abordam um conceito da relação da exploração da classe trabalhadora, utilizado por Marx, em sua obra “Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844” “Salário, Preço e Lucro”, em que salienta que quanto mais o trabalhador trabalha mais pobre ele fica e, de acordo com as entrevistas acima mencionadas, cada trabalhador colocou a sua posição frente a isso, ao constatar a riqueza do proprietário perante a extração da mais-valia o que, na compreensão de cada um, se circunscreve na extenuação do trabalho (MARX, 2008).

O vislumbramento da forma física do enriquecimento do proprietário é também elementos que auxiliam na compreensão da mais-valia pelos trabalhadores, como no exemplo citado da compra de um novo caminhão.

A compreensão que a mercadoria pertence a ação do trabalhador está presente em grande parte dos entrevistados, acreditar que quanto mais mercadorias são

produzidas, mais elas enobrecem o seu trabalho, apresentando elementos da alienação econômica.

[...] A cada caixa que sai aqui é porque trabalhei bastante, faço um monte por dia, não é pra qualquer um (Trab. F).

[...] Da uma alegria grande, termina o trabalho e eu vejo elas em cima do palete é só felicidade (Trab. D).

[...] É Deus que nos ajuda a todo instante, estas caixas aqui não sou eu que fiz sozinho fiz elas também com a ajuda do Senhor (Trab. G).

[...] Aqui o piá é bom, tudo isso aqui é porque eu me esforcei pra trabalhar (Trab. C).

O volume da produção condiciona ares de um trabalho profícuo, um trabalho que se valoriza de acordo com o montante da produção. Esse montante não retrata o valor do trabalho, pois se assim fosse, a remuneração salarial seria maior.

Além do pagamento do salário do custeio da matéria-prima, das fontes energéticas, ou seja, o pagamento do capital fixo, circulante e fluído, a maior parte do montante de produção está destinada para o proprietário, isto é, a mais-valia. Essa relação do enaltecimento do trabalho pelo trabalhador é disseminada pela burguesia, pois o trabalhador crendo que é valorizado pelo trabalho, trabalha ainda mais e ao ver o montante da produção ampliando. Se eleva também seu ego, contudo, o que se eleva mesmo são os lucros para o proprietário (MARCUSE, 1973).

Ao não reconhecer a mercadoria como seu produto em todos os níveis do processo de trabalho, os trabalhadores têm dificuldades em compreender o processo, em particular na condição de criador de mercadorias. Ao não reconhecer a mercadoria como seu produto em todos os níveis do processo de trabalho, os trabalhadores têm dificuldades em compreender o processo, em particular na condição de criador de mercadoria.

No sentido real do trabalho, o trabalhador direciona suas capacidades intelectuais e físicas sobre ele, sendo assim, aflora a suas habilidades sobre o produto produzido, habilidades estas que vão se aperfeiçoando com o tempo e criando outras habilidades, essas potencialidades vão dando vazão para a criatividade no trabalho.

Pode-se dizer que no período anterior á Revolução Industrial, os trabalhadores tinham mais domínio sobre o produto de trabalho, pois as habilidades no uso das ferramentas pertenciam ao trabalhador, como exemplo no processo de produção

artesanal e da cooperação simples. A partir do processo de trabalho pautado na manufatura o trabalhador passa a perder esse domínio, pois a máquina se torna uma junção de ferramentas o que retira a habilidade do trabalhador. O trabalho se torna menos dependente do esforço físico, porém a rotinização do esforço repetitivo e simples se torna cotidiano para o trabalhador. As atividades são fragmentadas o que possibilitaram ampliar exponencialmente a divisão do trabalho.

O cotidiano do trabalho repetitivo acarreta ao trabalhador uma sensação de que a sua criatividade perpassa pelo trabalho.

[...] Aqui da pra ver que se eu não retiro as chapas de papelão na hora que a esteira leva elas, acaba estragando todas elas, essa rapidez tem que aprender (Trab. C).

Por mais repetitivo e simples a função de execução no trabalho, o trabalhador entende que há criatividade no seu trabalho nas atividades adestradas, como está presente na fala do entrevistado.

A não realização da potencialidade no trabalho pelo trabalhador, acaba passando uma sensação de indignidade, por essa razão o trabalhador enfatiza que em cada momento na indústria é realizada a sua criatividade, compreendendo criatividade enquanto uma ação que outro ser, diferente do social, não conseguiria realizar.

[...] Claro, senão nem precisa trabalhar qualquer animal faria por mim, se eu não fazer isso aqui ninguém faz, a criatividade é minha (Trab. D).

O trabalhador compreende que a atividade adestrada não é distinta da atividade criativa, pela razão dele conseguir operacionalizar esta atividade. Para o trabalhador há criatividade em seu trabalho, caso contrário seria de tanta simplicidade que todo sujeito poderia fazer. O trabalhador não consegue diferenciar que: ao executar uma atividade teleologicamente repetitiva, diferencia-se da atividade teleologicamente criada pelo sujeito. Na descrição de outros trabalhadores há criatividade em alguns momentos da produção, essa afirmação já afirma que o trabalho por si não possui a potencialidade da criatividade.

[...] Tem hora, que dá problema na máquina, ai tem que ser criativo, tem que fazer umas gambiarra, por isso o trabalho aqui tem criatividade (Trab. G).

Destarte, a criatividade ocorre apenas nos momentos em que a produção é paralisada e não no decorrer do trabalho, é somente quando o trabalho morto necessita da intromissão do trabalhador para consertá-lo, nesse sentido, o trabalhador deve pensar quais as possibilidades que ele tem para realizar o possível conserto.

O trabalho repetitivo fomenta uma situação de robotização para o trabalhador, por isso, que muitos trabalhadores ao vivenciarem cotidianamente esta situação percebem que não há nenhuma criatividade no processo de produção por parte de seu trabalho.

[...] De manhã até a tarde, eu fico fazendo a mesma coisa, não precisa nem pensar pra fazer isso aqui (Trab. A).

[...] Pego as caixas e amarro, e depois de novo faço isso, ai não dá pra ter criatividade né (Trab. B).

Nesse sentido a repetição do trabalho imposta pelas máquinas retira qualquer reflexão sobre o trabalho e como também a sua possibilidade de ser dinâmico na produção, o trabalhador tem que se adaptar a máquina e concomitante a isso é a máquina que dita as regras de trabalho ao trabalhador e como é a máquina que possui toda parte do dinamismo de trabalho este trabalhador fica a mercê do trabalho repetitivo. O cotidiano do trabalho desta forma incumbe um processo de mortificação da criatividade ao trabalhador.

Um outro elemento que provoca insatisfação por parte dos trabalhadores é a falta do que exercitar fisicamente e intelectualmente no trabalho. Esses fatores trazem a dimensão de utilidade para o trabalhador.

[...] Não dá pra ser criativo aqui, parece que a gente não serve pra nada, o trabalho é muito igual toda hora (Trab. F).

A falta de execuções que contemplam a criatividade transpassa a inutilidade para o trabalhador, pois este último, sabendo da necessidade de um trabalho que de significância a ele, percebe que a monotonia do trabalho lhe retira esse conteúdo.

A relação do tempo, no sentido de cronometrar os horários, também é um elemento explicitado pelo trabalhador. Para ele a falta de um trabalho criativo torna o tempo mais lento para passar e, com efeito disso, a jornada de trabalho se torna um martírio.

[...] Se tivesse como se entreter com o trabalho o tempo passaria rápido, mas dessa forma aqui parece que a hora não quer passar (Trab. H).

O tempo tem a sua subjetividade, nesse sentido a mesma quantidade de horas pode passar lentamente ou passar rapidamente, o que projeta a dependência de cada uma dessas variações é a forma de como este trabalho está elaborado, seja um trabalho repetitivo e sem sentido ou um trabalho criativo e dinâmico que fomente um deleite para o trabalhador.

A condição da falta de criatividade imposta ao trabalhador pelo modelo de produção posto faz o trabalhador crer que ele não possui criatividade, que esta realizando este trabalho por incapacidade criativa.

[...] Se eu fosse criativo eu não estaria aqui, eu estaria fazendo outra coisa, já que não tenho dom nenhum, estou aqui (Trab. E).

Nesse relato, o trabalhador acredita que a criatividade é uma aptidão inata e se responsabiliza pela situação em que se encontra. Não compreende que a criatividade é uma dimensão humana que desenvolve e é aprimorada de acordo com as condições dadas pela realidade objetiva, ou seja, pela forma do modelo de produção em que o trabalhador se encontra ou pelo modo de produção, dada a realidade objetiva nesses parâmetros surgem óbices para o trabalhador realizar seu potencial criativo. Alguém pode ser possuidor de um talento, mas se não encontrar as condições objetivas concretas, não conseguirá dar vazão ao conteúdo. No modo de produção capitalista, desenvolver a criatividade não pertence ao projeto societário da classe burguesa. Toda criatividade tem que estar direcionada à criação de valor.

Imputar sobre o trabalhador, a sua responsabilidade pela situação de trabalho em que se encontra é uma das teses do pensamento liberal burguês, portanto o trabalhador acaba aderindo e se conformando pela função que exerce no trabalho, sendo que maior responsável pela inexistência da criatividade é o próprio modo de produção capitalista.

No modo de produção capitalista, além do trabalho criativo estar voltado para a produção de valor, culmina também a relação da realidade de categoria dos trabalhadores, que se relacionam de forma distinta uma das outras conforme o espaço de trabalho, podendo serem fragmentadas ou unidas.

Os trabalhadores alocados em massa em um pequeno espaço, se localizam na esfera do tempo por volta do século XVI, nas indústrias manufatureiras, mas é durante a Revolução Industrial que a metamorfose ocorre em grandes proporções. Durante esse período, a grande massa de trabalhadores se estende de forma nunca vista na história da humanidade (CARMO, 1992).

Esses trabalhadores de etnias, cultura e pensamentos diferentes tem algo em comum: a rotina de um trabalho semelhante, recebendo o mesmo salário e as mesmas regras de exploração da força de trabalho: O trabalho assalariado. No entanto, apesar da universalização do trabalho assalariado, o capital encontra formas primitivas, quando necessário, para retirar o valor por meio do trabalho excedente.

A relação permanente entre esses trabalhadores acaba sendo forçada, mesmo com pensamentos diferentes com várias questões da sociedade, o trabalhador necessita da cooperação entre ambos para exercer seu trabalho, sendo que seu trabalho necessita diametralmente do trabalho do outro.

Mas o que une esse trabalhador é seu pertencimento de classe, independente das diferenças pessoais entre eles, esses trabalhadores são da classe trabalhadora, isto é, vendem sua força de trabalho, portanto, um ganho de um trabalhador esta inerente com o ganho de toda classe trabalhadora. Nesse sentido não há diferenças pessoais para esse ganho, os que diferenciam inexoravelmente dos proprietários, os donos dos meios de produção,

O modelo de produção fordista aumentou o trabalho em massa no decorrer do século XX. O chamado trabalho em larga escala arregimentou a espoliação sobre os trabalhadores, mas ao mesmo tempo proporcionou a unidade dos sindicatos com os trabalhadores (HARVEY, 2009).

A unidade entre os trabalhadores é necessária para o fortalecimento da classe trabalhadora, pois as condições que vivem –fragmentadas -, dificultam sua organização criando todas as condições necessárias para que os trabalhadores ampliem o grau de estranhamento e, aderindo como consequência direta ao projeto de classe burguesa. É necessário sair da consciência em si e ganhar os conteúdos de entendimentos

teóricos/práticos da classe que pertence, avançando para a obtenção da consciência para si.

A despeito disso, o trabalhador prescreveu sobre a sua relação permanente com os outros trabalhadores, enfatizando como se dão as relações de solidariedade entre a cooperação no trabalho e de reivindicações trabalhistas.

[...] me dou bem com todo mundo, alguns são mais amigos, outros menos, mas trato todos com respeito, quem precisar de ajuda eu ajudo, falando de leis daí cada um tem que ver o que ta faltando, tem cara aqui que trabalha de um jeito e outro de outro jeito (Trab. A).

As afinidades entre os trabalhadores apontam os primeiros motivos de solidariedade, não é posta a condição de classe trabalhadora em que se encontram, mas as aproximações amistosas. No que tange a união em prol das leis trabalhistas a separação entre os trabalhadores é mais aviltante. O trabalhador opina que cada trabalhador de forma isolada tem condições jurídicas trabalhistas diferente do outro, por razões da subjetividade de cada um no trabalho. Essa circunstância faz as reivindicações trabalhistas desembocarem, tornarem-se individualistas e, cada trabalhador acaba individualizando suas reivindicações, afastando assim uma pressão da classe trabalhadora sobre o capital. Dessa forma, o capital se organiza para dificultar o acesso aos direitos trabalhistas.

A percepção de que há trabalhadores que não merecem os mesmos direitos, torna-se eminente no individualismo do trabalhador. Esse individualismo é fomentado para acirrar o sectarismo entre esses trabalhadores, o trabalhador pensa no seu proveito próprio o espaço fabril acaba não sendo um espaço de unidade, mas sim de competição. O modelo de produção fordista ao implementar elementos simbólicos, como exemplo o funcionário do mês e o modelo de produção Toyotista, com as terceirizações e os benefícios de produção, condicionaram o consenso da busca individual por direitos, no entanto esses direitos são imbuídos por um pensamento de benefício.

[...]. Aqui é tranquilo com todo mundo, eu pelo menos ajudo, mas tem uns aqui que não, por isso tem uns que merecem não ter muito direito, não fazem por merecer (Trab. B).

O direito, sendo ele humano ou social deve ser efetivado independentemente da posição moral, cultural do sujeito, isso está explícito e implícito na Carta de Declaração

Dos Direitos Humanos de 1948 (SIMÕES, 2005). Como todo Direito tem um custo á burguesia e sendo eles difíceis de serem retirados da Constituição Federal e da Consolidação das Leis Trabalhistas, a alternativa viável é conceituá-los como conquistas individuais. O trabalhador vislumbra no outro trabalhador que não consegue adquirir um direito como um trabalhador inépcio e claudicado.

Para o sistema capitalista é essencial a competição entre os trabalhadores, pois, quanto mais se fragmenta e competem, mais o capital consegue obscurecer a luta de classe e com efeito disso, reduzir os benefícios trabalhistas e salariais, nesse sentido, o descompromisso do trabalhador com a classe, fragiliza o antagonismo latente.

A diferenciação com o outro trabalhador por inúmeros motivos, são um dos fatores dessa individualidade.

[...] Ajudo só os mais chegado, que são poucos aqui, o resto pode se lascar, porque também não me ajudam eu penso nos meus direitos, trabalho bem aqui, os outros só dão nó, por isso tem que se lascar (Trab. C).

Não se compreende o direito como um direito de classe, mas sim como uma conquista individual, pautando-se sobre merecedores e não merecedores. O trabalhador nesse espaço fabril ganha uma mesma quantia salarial, passa pela mesma jornada de trabalho sofre as mesmas tribulações da exploração, porém, a individualidade e o egoísmo da sociedade capitalista tornam esses elementos invisíveis. A objetividade da materialidade não os unem, o que os unem são a afinidades morais.

O trabalho como virtude honrosa, remonta os primórdios dos ideais burgueses, contrarestando com o pensamento da antiguidade, as premissas de que a riqueza individual é oriunda do trabalho próprio, tem relevância ideológica, portanto os trabalhadores creditam a sua cooperação apenas aqueles que acham que trabalham de forma profícua.

[...] Quem trabalha bem eu ajudo e os direito são justos, mas pra quem trabalha pra quem não trabalha não é justo não (Trab. D).

Não basta o trabalhador ir todos os dias trabalhar na fábrica, ele tem que demonstrar que seu trabalho é voraz. Essa voracidade da eficácia do trabalho, não garante apenas a virtude para o trabalhador, mas sobretudo os lucros para o capitalista, por isso é tão insidioso fomentar.

A união em prol da manutenção dos direitos trabalhistas, não passa despercebida por todos trabalhadores. Há aqueles que compreendem que quanto mais unidos estiverem, melhor serão as suas reivindicações trabalhistas. Como também não confundindo a afinidade pessoal com a união de classe.

[...] Problema com os outros a gente encontra em todo lugar, aqui não é diferente, mas não é porque brigamos, quer dizer que vamos parar de olhar pro direito do outro, nós aqui somos todos trabalhadores, quer dizer ninguém é melhor que ninguém, se o direito do outro piora o meu piora também, se melhora o meu também melhora (Trab. E).

Cabe destacar, como o trabalhador percebe que não se pode confundir as afinidades pessoais, com questões relativas a direitos trabalhistas, para ele os direitos trabalhistas só podem exercer uma função profícua se acaso haver união entre os trabalhadores. Portanto, o trabalhador destaca que em detrimento de um direito trabalhista de um trabalhador há conseqüentemente o detrimento de seu direito trabalhista, nesse sentido, se denota que se não houvesse detrimento de seu direito trabalhista, não haveria assim mal nenhum nas precariedades jurídicas trabalhistas do outro trabalhador, destarte, prenuncia-se como nas entrevistas alhures o individualismo ainda presente.

A relevância de questões morais é presente na descrição dos trabalhadores. O moralismo acaba ofuscando a luta de classe que há no ambiente da fábrica, as divisões de luta não se dão em classe, mas sim nos assuntos morais.

[...]. Aqui ajuda se precisar, os que eu não vou com a cara nem olho, esse aí nem ajudo, a mesma coisa pra brigar pelos direitos, os que não gosto to nem aí, mas os meus chegados viro até testemunha se for preciso pra defender os direitos deles (Trab. F).

Não há distinção entre proprietário e trabalhadores, todos se mesclam, as aproximações se dão por questões como estas que estão sendo tratada, uma conotação que se estende a ideologias postas pelo capital, ao referir que os problemas econômicos são frutos de problemas ético-morais. Portanto, no viés da ideologia burguesa, basta ajustar a moral de um sujeito para desaparecer as mazelas sociais, como o organismo vivo ajustado, proposto por (DURKHEIM, 2007). Sobre este aspecto, pudemos verificar como o trabalhador entende que o desajuste moral de outro trabalhador que é

responsável pela redução dos seus direitos trabalhistas, ou no viés do ideal liberal, é pelo mérito que se conquista qualquer anseio e não sobre uma garantia de direito, isto demonstra bem quando o trabalhador vislumbra a ineficácia do trabalho de outro trabalhador em relação as suas perdas de direitos trabalhistas.

Uma categoria social que corrobora para um sistema econômico é a religião. Nela, várias vertentes ideológicas, destacando o papel do cristianismo que teve/tem papel central, ora conservador adjunto com as classes dominantes reacionárias, ora liberal adjunto com as forças burguesas industriais e comerciais e ora progressista, no sentido do pensamento social, esse último teve muita tenacidade no Brasil e na América Latina em meados dos anos 70, embora que atualmente não possui o mesmo vicejo do que antes, ainda há refrações desses ideais humanísticos ao que tange a classe trabalhadora (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

A união entre os trabalhadores, não se dá pela consciência de classe. Muitas vezes pode se concretizar por consciência idealista fetichizada, como neste caso no sentido religioso, mas não sobre a compreensão entre a luta de classes, mas na compreensão humanística, ou seja, compreender que todos são iguais em virtudes, porém cada um tem seu espaço na sociedade.

[...] Faço de tudo pra ajudar cada um aqui, todos são filhos de Deus e também todos merecem os mesmos direitos, como também o chefe tem o direito dele nós também temos direitos, cada um respeitando o do outro como Deus quer, nós temos o direito de trabalhar e ter os justos direitos e o chefe tem o justo direito de nos pagar e também de viver com o lucro da empresa, mas não pode judiar dos trabalhadores (Trab. G)

O trabalhador nesta fala, explicita como uma reatualização da “*Rerum Novarum*<sup>64</sup>”, a primeira encíclica social da Igreja Católica, a descrição do trabalhador se enquadra em parâmetros dessa encíclica quando se diz que tanto o trabalhador como o proprietário tem ambos direitos, que tanto o trabalhador tem que obedecer o seu dever de trabalhar e tem os seus direitos, como o proprietário tem o dever de cumprir o pagamento salarial aos trabalhadores e seus direitos de viver com o lucro sobre o trabalho dos trabalhadores. Em resumo disso, cada classe social respeitando o direito da outra existir poderá dar vazão a pacificação das classes, tese não só defendida por um

---

<sup>64</sup> Encíclica social da Igreja Católica do período do Papa Leão XIII em 1893 ( MARTINELLI, 1987).

ideal de religiosos, como também de teóricos burgueses<sup>65</sup> (ANTUNES, 2009). Isto posto, há a crença na harmonia social, algo que é inexistente, pois essa harmonia é uma forma eufemística da burguesia para tornar inócua a luta de classe.

A leniência, por parte dos trabalhadores, se insere pelo individualismo que o cotidiano do trabalho impõe, nesse sentido que a ojeriza por reivindicações trabalhistas da categoria se circunscreve.

[...] Ajudo conforme dá, e se os direito tiverem certo ajudo, senão não da pra ajudar muita coisa (Trab. H).

A relação entre os trabalhadores se torna indiferente, a cooperação torna-se uma anátema, tanto no que tange o auxílio no cotidiano do trabalho, como também nos vislumbramento de possíveis intervenções nas reivindicações de leis trabalhistas, um erro de partida ao atribuir que o trabalho alcança a consciência de classe.

A individualidade no processo de trabalho está interligada com a relação da coisificação do sujeito, pois ao considerar o outro trabalhador como coisa, o próprio trabalhador também se considera como ser coisificado, essa consideração o torna uma peça da máquina e sendo assim, retira sua humanidade de trabalhador, tendo como o trabalho repetitivo um elemento de coisificação.

O trabalho repetitivo e extenuante proposto nas premissas da Revolução Industrial e tendo continuidade sobre implementações dos modelos de produções no decorrer do século vinte, acentuou ainda mais a falta de reflexão do trabalhador sobre o seu trabalho.

A função do trabalho sem criatividade e repetitivo é atenuar a retirada de qualquer habilidade do trabalhador e também de sua reflexão sobre o trabalho, sendo assim, o trabalhador acaba se tornando uma máquina ou um animal amestrado, como nos dizeres Friederich Taylor, destarte, esse trabalhador que passa a vivenciar o seu cotidiano no trabalho como um animal amestrado, também passa a ser definido como um animal no que tange a seu recebimento salarial. O salário do trabalhador esta interligado as suas funções no trabalho, sobre isso recai uma remuneração que não possibilita responder ás demandas do estômago e das fantasias, haja vista que suas funções simples e repetitivas acabam se tornando um pretexto pela classe dos capitalistas para pagarem um salário residual (GRAMSCI, 2008).

---

<sup>65</sup> Dentre esses teóricos se encontra Junger Habermas (ANTUNES, 2009).

Além disso, a falta da concentração no trabalho eclode sobre a falta de percepção da exploração que circunda o trabalhador, este último não se reconhecendo como idealizador e executor do produto final acaba não admitindo para si as suas potencialidades de trabalhador e seu merecimento de emancipação social.

No âmbito de identificar sobre os impactos do trabalho repetitivo para o trabalhador, a entrevista questionou sobre a possibilidade de atenção durante toda a carga horária de trabalho. Denota-se que os gestos repetitivos na linha de produção incumbem em uma rotinização diária, pode-se circunscrever que o trabalhador não realiza as duas funções de execução do trabalho que é a execução corpórea e intelectual, acaba implementando apenas a execução corpórea, diante disso, a rotinização automatiza o intelecto, ou como frisado nos capítulos alhures, a robotização do trabalhador é um embrutecimento do intelecto humano.

Diante disso, durante a jornada de trabalho, o trabalhador não está com sua concentração intelectual colocada de forma íntegra, os gestos se locomovem habitualmente, enquanto os pensamentos do trabalhador estão em outra contextualização e que muitas vezes não é o espaço industrial.

Sobre a entrevista realizada, o trabalhador prescreve que sua concentração é bem disciplinada e que não se desconcentra durante a produção, alegando que o trabalho concentrado auxilia na qualidade da produção.

[...] É tranquilo ficar aqui, o trabalho é muito fácil, não tem como desviar a atenção, só ficar na máquina, de repente você vai trabalhando sem perceber (Trab. A).

Esse conceito do uso da maquinaria como suporte de apoio para o trabalhador denota períodos da revolução industrial, isto é, naquele contexto a ideologia propagada é de que a máquina veio para fomentar a facilidade do trabalho humano, em outras palavras, que iria retirar a forma extenuante de trabalhar e traria um suposto conforto no trabalho e uma enorme redução da jornada de trabalho (MARX, 1988). Dessa maneira, o uso da maquinaria criou a possibilidade da redução do dispêndio da força de trabalho e com efeito disso a redução da jornada, na medida que possibilitou assimilar a mais-valia absoluta com a mais-valia relativa, de forma que em conceitos marxianos isso não modificou o cotidiano da exploração da força de trabalho.

Todavia, a industrialização iniciou um novo método de explorar o trabalhador, um método exploratório mais tenaz que as antigas forças produtivas. A industrialização, com o uso da máquina, ampliou o poder aquisitivo dos capitalistas, desenvolvendo a tecnologia de produção de mercadorias, com grande volume e maior velocidade, por sua vez retirando do trabalhador, todo seu potencial de criatividade de trabalho, embrutecendo sua moral e intelectualidade.

A despeito disto, este trabalhador esboça a sua insatisfação perante a maquinaria, mesmo reconhecendo a sua capacidade de alta produção.

[...] Esta máquina aumenta a produção, mas não é pra nos ajudar, nós ficamos fazendo sempre a mesma coisa, passa todo dia pegando a chapa de papelão, de dia até o final da tarde pegamos a chapa do mesmo jeito, repetindo o dia inteiro (Trab. B)

Esse trabalhador compreende que embora há um aumento da produção, as realizações repetitivas no trabalho não são de benfeitoria para ele, e demonstra a sua insatisfação de fazer algo rotineiro e repetitivo. A produção voraz da máquina e sua simplicidade do trabalho visa apenas a alta produtividade e não a relação do bem-estar do trabalhador, o trabalho diuturno com a mesma função, além de tornar a vida desse trabalhador rotineira, acaba também causando um desânimo em relação á vontade de trabalhar

A exigência do capital em firmar a austeridade da concentração no trabalho, tem seus desdobramentos teóricos embasados tanto no Fordismo como no Toyotismo, a disciplina no trabalho ou, em outras palavras , a ética do trabalho exige um trabalhador, responsável pela quantidade de produção, comprometido com o tempo de produção e acima de tudo atento ao decorrer da produção durante da jornada de trabalho, para se evitar qualquer danos materiais ao produto final.

[...]. Tem hora, que é difícil se concentrar porque é muito igual o trabalho o dia todo, mas daí você tem que se concentrar pra caixa não sair com defeito, me esforço no máximo e sempre dá certo e o trabalho sai bem (Trab. C).

O trabalhador, mesmo não conseguindo ter uma total atenção sobre a produção, se esforça para obter um reconhecimento como um bom trabalhador, que se dedica ao

trabalho independente de seu cansaço físico e mental, o que lhe exaure cotidianamente nesse processo de produção.

O trabalho repetitivo torna o automatismo no trabalho uma regra, sendo assim a ausência de consciência aparece, pois, suas ações no trabalho são mediadas por um hábito que não exige reflexão e habilidade.

[...] Tem hora que parece que nem estou aqui, fico pensando no jogo de futebol que assisti ontem na televisão, no final de semana que eu estava com meus parentes, parece que vou pra outro mundo (Trab. D).

A repetição de um trabalho sem sentido leva o trabalhador direcionar a sua consciência para algo que para ele fornece sentido, a prolixo trabalho traz a sensação de se ausentar da consciência, ou seja, se ausentar da capacidade humana de pensar.

A jornada de trabalho se torna ainda mais longa, quando o trabalho é insensato, isso acarreta ao trabalhador um cotidiano de trabalho desalentador, na forma que este tenta se livrar do espaço físico do trabalho, ausentando todos seus pensamentos do aqui e o agora da materialidade concreta. É uma negação do mundo real.

[...] Não dá pra ficar concentrado nesse trabalho, se ficar assim a hora não passa, tem que ficar pensando em coisa da vida o dia inteiro, quando você vê a hora passou (Trab. E).

O trabalhador dentro do espaço industrial, gostaria de não estar naquela situação de trabalho, por isso cria mecanismos para escapar do ambiente hostil, para que ao menos nos seus pensamentos a vida possa indicar algum sentido.

Os elementos artísticos que circundam a vida humana, acabam sendo trazidos para o âmago da empresa. A arte é um dos elementos que surgem depois da protogênese do trabalho, justamente para transcender a vida humana.

[...] Eu fico cantando as músicas que gosto é pra me animar e animar a turma aqui também, senão o trabalho fica chato se ficar só pensando na máquina (Trab. F).

Nota-se que os elementos artísticos se tornam fundamentais para a construção da realização da catarse cotidiana, nesse caso, também a manifestação da arte musical

realizada pelo trabalhador não é para transcender o seu cotidiano de trabalho apenas, mas para transcender o cotidiano de trabalho dos outros trabalhadores.

Algumas máquinas exigem atenção primordial do trabalhador, não só pela eficácia da produção sobre o produto final, mas principalmente para evitar acidentes graves, que podem ocasionar lesões latentes até o óbito.

[...]. Aqui não dá para bobear, um segundo de bobeira eu acabo perdendo a mão aqui, tenho que ficar ligado (Trab. G).

[...] O cilindro aqui é muito rápido se eu esquecer um pouquinho que tem que tirar a mão rápido dele, ele suga para dentro da máquina aí é morte (Trab. H).

A concentração no trabalho nesse sentido, não se dá pelo deleite de trabalhar, mas sim por uma questão de preservação física e de sobrevivência, a própria máquina define diuturnamente a concentração do trabalhador perante ela, os riscos de não atender esses parâmetros podem ocasionar nos acidentes de trabalho, sendo eles de leve expressão ou até fatídicos como o óbito. O trabalhador é apenas e unicamente um apêndice da máquina.

O trabalho é eminentemente obrigado e, se não bastasse tem que cumprir regras que estão sucintas no mecanismo morto da máquina. A velocidade do movimento da máquina é o exemplo central do que ocorre na relação do trabalhador na fábrica. A jornada de trabalho está imbricada na relação como o trabalho morto, pois o aumento da jornada de trabalho está alicerçada pela presença do trabalho na máquina, perfazendo a “mais-valia absoluta”, como uma possível redução da jornada de trabalho está interligada com o aumento do ritmo de produção, se concernindo na “mais-valia relativa” (MARX, 1988).

A jornada de trabalho, compreendida como o tempo em que o trabalhador fica dentro do espaço de trabalho é uma construção do modo de produção capitalista. Ao alvorecer da Revolução Industrial não existia nenhuma regulamentação jurídica para estabelecer o mínimo e o máximo de horas que o trabalhador deveria ficar trabalhando, nesse sentido as cargas horárias de 18 a 20 horas eram banais, como exemplo a situação dos trabalhadores ingleses no início da Era industrial, (ENGELS, 2010). O burguês procurava expropriar todo o tempo que podia do trabalhador para aumentar a sua mais-valia absoluta e relativa. Dessa maneira, a vida do trabalhador se resumia em trabalhar, alimentar-se e dormir, como um animal de carga, o tempo fora do espaço aprisionado

estava estrito ao sono, metaforicamente exemplificando, o trabalhador ao acordar já estava no trabalho.

Na primeira lei da indústria, datada de 1833 na Inglaterra, ficou estipulado a carga horária máxima de 15 horas diárias para pessoas adultas, ou seja, acima de 18 anos, para 48 horas semanais para crianças de 9 a 13 anos, 69 horas semanais para 14 a 18 anos, proibindo o trabalho noturno para menores de 18 anos e de frequência de escola obrigatória para menores de 14 anos (ENGELS, 2010).

Com o passar do tempo, a reivindicação pela diminuição da jornada de trabalho, passou a ser uma luta dos sindicatos, entidades organizadas pela classe trabalhadora, porém, com as diversificações de sindicatos e de categorias da classe trabalhadora, houve inerente a isso, diversificações de jornada de trabalho. Muitos Estados nacionais possuem uma regulamentação máxima de jornada de trabalho, no caso brasileiro esse máximo é, nos dias atuais, 44 horas semanais, no entanto, introduções de modelos organizacionais de trabalho como horas extras fizeram aumentar essa jornada de trabalho formal.

As condições objetivas acarretam ao trabalhador, maior tempo no espaço aprisionado do que propriamente fora dele. Essas condições objetivas vão desde a necessidade de se manter vivo por meio do salário a locomoção para o trabalho.

Os trabalhadores da indústria Papeon relataram suas concepções a respeito da jornada de trabalho na fábrica. Com a naturalização do estipulado em lei na sociedade capitalista, ocorre a constituição da consciência pela aceitação do número de horas de trabalho máxima mensal. Mesmo permanecendo no espaço de trabalho mais do que fora dele, o trabalhador não desconsidera como alta a sua jornada de trabalho, como também usa sua referência ao passado.

[...] É boa, todo lugar trabalha nesse mesmo tanto, tá muito bom desse jeito que estamos aqui, se nós trabalhássemos mais que nos outros lugares aí iria ficar ruim (Trab. H).

Ao se remeter ao passado o trabalhador afirma:

[...] Você tem que ver que antigamente, aquilo sim era trabalho penoso, na roça o trabalho era de manhazinha até o final da tarde mesmo, hoje está moleza (Trab. G).

A naturalização da jornada de trabalho ocorre justamente, pela razão que para a maioria dos trabalhadores há a equiparação em outros locais de trabalho da mesma

quantidade de jornada de trabalho. Assim, respalda de forma benévola a jornada de trabalho como se ela não fosse anormal, pois, estando dentro dos trâmites da maioria, todos os elementos da sociabilidade se tornam banais. A posição de naturalizar a mais-valia tem uma raiz ideológica conservador, proposto pelo projeto burguês. Se a sociedade vive como uma máquina e as várias peças dessa máquina estão realizando a mesma função, não há porque uma única peça contestar a maioria. Essa mesma analogia se leva em relação a contestação da jornada de trabalho, porque se todos estão executando a mesma jornada de trabalho em harmonia, qual seria portanto, o motivo da contestação de uma minoria? Demonstra-se assim, que o trabalhador na sua consciência em-si é levado a crer que o projeto burguês de jornada de trabalho é conivente.

A reminiscência ao passado aborda uma realidade cruel ao trabalhador com uma jornada de trabalho mais extensa. De fato para o trabalhador, as leis trabalhistas no passado tinham pouco efetividade e fiscalização, isso avolumava uma crescente arbitrariedade contra os trabalhadores, que traz uma percepção de que no presente há certo bem-estar a estes.

A jornada de trabalho, por mais longa que seja, se ela resguardar um espaço para o descanso e o sono, acaba sendo ela satisfatória para o trabalhador, pois com esse tempo, ao menos o trabalhador pode depositar o seu cansaço.

[...] Até que gosto, quando acaba o trampo ainda não é noite, dá pra ir pra casa e tirar um sono um bom (Trab. C).

A constatação, de que a jornada de trabalho se encerra antes no horário da noite e por isso é satisfatória, se compele pela razão de que a noite sobra o tempo para o trabalhador descansar, portanto, o trabalhador não imagina que o tempo fora do espaço aprisionado possa ficar interligado a outras atividades a não ser o descanso. Para a burguesia, o trabalhador que somente produz deve-se somente trabalhar, se alimentar e descansar, para que no dia posterior possa estar disposto para novamente produzir.

A relação da jornada de trabalho com as horas extras está estritamente correlacionada, as horas extras aumentam a jornada de trabalho regulamentada, trazendo um pequeno acréscimo financeiro para o trabalhador, um acréscimo financeiro que não é relevante de acordo com a jornada de trabalho elevada, porém o trabalhador entende que a jornada de trabalho é melhor quanto maior for, devido as horas extras acrescentadas.

[...] Dá pra trabalhar de boa, depois que acaba a hora de trabalhar dá pra nós fazer umas horas extras, isso quando a empresa precisa, mas quando precisa é bom nós fazer porque uns trocos a mais é sempre bom no final do mês (Trab. E).

Para o trabalhador esse acréscimo financeiro acaba sendo de suma importância, pois, esse ínfimo valor é essencial para a manutenção da subsistência dele. Como as horas extras não ultrapassam o período da noite, o trabalhador compreende que mesmo realizando-a, ele possuirá um tempo para descansar.

A longa jornada de trabalho, também incide sobre o cansaço do trabalhador, quando essa condição de trabalho é extremada, o trabalhador sente a necessidade de ter mais descanso.

[...] O tempo que eu fico aqui é bom, só de vez em quando dá uma cansaça, aí eu gostaria de ter um tempo pra descansar, daí eu gostaria de sair mais cedo, mas não toda vez (Trab. A).

Outrossim, o trabalhador só consegue perceber a longa jornada de trabalho, quando essa carga horária de trabalho lhe proporciona cansaço, caso o contrário a jornada de trabalho permanece benévola.

A jornada de trabalho tem intrínseca relação com o tempo fora do espaço aprisionado, pois o trabalhador passa maior parte do seu tempo dentro do espaço aprisionado, dessa forma, acarreta-se a diminuição das atividades fora do espaço aprisionado, comprometendo ao trabalhador suas atividades.

[...] Eu queria que fosse menos, daria pra ficar com mais tempo com a família, nem dá pra curtir os filhos é só no final de semana, aí que tá o problema (Trab. D).

Os elementos da sociabilidade humana acabam passando pelo crivo da jornada de trabalho. A família, que tem função fundamental na sociabilidade humana no contexto contemporâneo na vida dos trabalhadores, fica comprometida no que tange a disponibilidade de tempo que o trabalhador pode ficar com ela, a obrigação do trabalho leva-o a dispensar esse seu feitiço para com a família.

Outro fator relevante, na compreensão do trabalhador, é o horário do início da jornada de trabalho, pela razão de ser em um horário no alvorecer da manhã, a disposição para trabalhar acaba sendo limitada.

[...] Trabalhar até as cinco e meia da tarde tá tranquilo, mas eu gostaria de trabalhar até as seis e meia começando as oito e quarenta, assim daria pra dormir mais (Trab. B).

O cansaço após a jornada de trabalho torna o dia posterior extenuante fisicamente e psicologicamente. Esse trabalhador não consegue repor suas forças rapidamente para o outro dia de trabalho, portanto, prefere terminar mais tarde a jornada de trabalho do que inicia-la mais cedo, porque realizando isto, consegue repor suas forças vitais e ter um cotidiano de trabalho mais ameno e menos espoliante.

Essa grande parte do dia em que o trabalhador fica na indústria lhe acarreta insatisfação, pela razão de que durante esse período, seria como ele não vivesse, como se no trabalho, no espaço aprisionado, ele não existisse, só existisse fora dele.

[...] Pra mim eu trabalharia até meio dia e depois partia daqui, a cara tem que viver um pouco né, não é só de trabalho que a gente vive (Trab. F).

O trabalho nesse contexto, não é considerado um elemento do viver e tampouco um deleite, estar fora dele é um alívio para o trabalhador, estar fora desse contexto é como reviver novamente, como se no tempo aprisionado o trabalhador só vivesse pelo trabalho e que nesse sentido só vive para o capital, é como fugir de uma prisão e ficar por um breve momento em liberdade e depois voltar para a prisão. A diferença nessa explicitação metafórica é que na prisão o trabalhador não fica sobre a custódia da exploração do trabalho assalariado.

A esfera do tempo, durante a jornada de trabalho, também perpassa pela mediação sindical. A atuação de um sindicato pujante pode abrir espaços para negociações da redução da jornada de trabalho ou limitação de horas extras diárias. Porém, o sindicato de forma isolada não realiza esses anseios, depende ele exclusivamente da categoria dos trabalhadores. A união entre sindicato e trabalhador é essencial para qualquer garantia de direitos e benefícios trabalhistas, como também, avançar nos mesmos.

O surgimento dos sindicatos decorre do início do século XIX. Em princípio estavam relacionados á ajuda mútua dos trabalhadores, que em decorrência de acidentes de trabalho, doenças e atendimento as famílias dos trabalhadores que tinham seus provedores falecidos. Na ausência de políticas sociais de Estado para essas demandas, os trabalhadores mesmo se auto organizavam. Com a intensificação da exploração capitalista, o trabalhador não tem outra alternativa a não ser organizar-se. A união dessa classe só poderia se permanecer por meio dessa união, além disso, a sobrevivência desses trabalhadores só existiria por meio dessa organização, a morte e a indigência era banal na vida desses trabalhadores, sem essa organização nos sindicatos esses látegos seriam ainda mais nevrálgicos (ANTUNES; CARVALHO, 2008).

Ao mesmo tempo os capitalistas se organizavam para ampliar a exploração sobre a classe trabalhadora, um exemplo disso foi o surgimento da figura do supervisor e do gerente de fábrica, essas duas figuras, apesar de vender sua força de trabalho como os trabalhadores de atividades simples, eram utilizados para fomentar a mais-valia para os proprietários, os próprios não se consideravam como trabalhadores, mas sim como proprietários da fábrica.

Com a diminuição do número de burgueses e com o aumento do número de proletários a burguesia abandona as teses do progresso e, iminentemente assume a postura de conservadora, negando seus princípios revolucionários que outrora foram arquétipos para a derrubada do poder da nobreza, da igreja e do Estado absolutista. Havia, portanto, um antagonismo consolidado. Os interesses da burguesia eram distintos dos interesses da classe trabalhadora, a burguesia, em busca do enriquecimento linear, esmagava os trabalhadores, estes transformados em coisas, perdendo sua humanidade em um processo chamado de coisificação.

Nesse sentido, a organização em sindicato não só mantinha uma rede de solidariedade entre os trabalhadores, mas também uma união da classe em prol de melhores condições de trabalho, aumento salarial e diminuição da jornada de trabalho. Os sindicatos, com o decorrer de décadas, tornaram-se forte instrumento de resistência perante as investidas do capital. Em alguns momentos, em diferentes tempo e espaço, conquistas relativas ao direito burguês foram determinantes para aliviar, não para eliminar, o peso da exploração.

No século XX, o sindicato teve grande importância durante a permanência/domínio do modelo de produção fordista. A grande concentração de trabalhadores em um único estabelecimento fabril fortificava a influência dos

sindicatos. Nos anos 70 em diante, o modelo toyotista implementado no Japão, amplia o processo de exploração física e subjetiva do trabalhador, fazendo crescer a fragmentação da classe trabalhadora. Essa fragmentação individualiza as reivindicações dos trabalhadores, diminui a influência do sindicato, como também desmobiliza as reivindicações trabalhistas (ANTUNES; CARVALHO, 2008).

Na contemporaneidade, a relação entre trabalhadores e sindicatos tornou-se meramente, na maioria dos países, burocrática, reduzindo a correlação de empoderamento político da classe dos trabalhadores, mas essa relação parte justamente da influência da burguesia junto aos sindicatos e aos trabalhadores. Ora o sindicato está subordinado ao mando e desmandos do capital, ora o trabalhador, é alienado em sua integridade, passa a não mais acreditar em transformações oriundas do sindicalismo, portanto a burguesia consegue se mobilizar entre ambos. O enfraquecimento da união da classe trabalhadora culmina com o enfraquecimento da instituição sindicato, e assim vice-versa.

Para o trabalhador, o sindicato acaba sendo um instrumento burocrático que desconta mensalmente a contribuição sindical na folha de pagamento que, na compreensão do trabalhador é um encargo sem necessidade alguma. Sobretudo o trabalhador desconhece as atividades sindicais e a sua relação com o trabalhador.

[...] Desconto no pagamento meu vem todo mês para o sindicato, é só isso que eu sei que eles fazem, descontar o meu salário, outras coisas eu nem sei o que eles fazem (Trab. A).

Há desconhecimento da atividade sindical adjunto com o trabalhador, o que ocasiona um descontentamento por parte deste, pois não sabendo da função sindical, o trabalhador atribui a este último um empecilho e não um alicerce garantidor dos direitos trabalhistas, reivindicatório e de luta da categoria profissional. Isto posto, o sindicato passa a ser percebido como um aparato burocrático que serve apenas para manter a formalidade trabalhista.

No momento em que atores do sindicalismo não se apresentam aos trabalhadores, a relação entre trabalhador e sindicato acaba ganhando um tom dicotômico, isto é, o afastamento sindical com os trabalhadores faz com que os trabalhadores tenham uma má impressão desta instituição.

[...] Tenho nada com sindicato não, e também nunca vi eles desde quando entrei aqui, olha que to aqui mais de um ano, eles tão nem aí pra nós (Trab. B).

O afastamento causa o sentimento de abandono para com os trabalhadores, como se existisse uma instituição que os esqueceu e que possui leniência para com estes. O trabalhador demonstra que não pretende ter uma vinculação com afinco com o sindicato, pois o mesmo não tem uma vinculação disposta com ele.

A questão salarial repercute muito entre a insatisfação dos trabalhadores com o sindicato. Para os trabalhadores, um salário satisfatório seria função exclusiva da reivindicação do sindicato. A visão econômica sobre o sindicato é muito presente em seus relatos.

[...] Só serve pra vir desconto no salário, porque pra aumentar o salário pra ficar um salário melhor nunca dá certo (Trab. C).

A percepção que o sindicato é apenas um instrumento para o aumento de salário é muito tenaz.

[...]. Nunca tive contato com o sindicato, nem sei onde fica, eu gostaria apenas que eles brigassem pra aumentar mais o salário (Trab. H).

Como é o salário o principal elemento da manutenção de subsistência do trabalhador, é nele que o trabalhador vai depositar a expectativa de melhoras, considerando que é o sindicato o principal suporte dessa reivindicação, quando a satisfação salarial não é atingida, a insatisfação por essa razão é direcionada para o sindicato.

Quando há a perda de benefícios e não se tem mais previsão de poderem voltar ou novos benefícios serem implementados, também há a incredulidade sobre a função do sindicato.

[...] O sindicato é bom, é bom ter vínculo com ele, mas o problema é que nós ganhávamos um vale-alimentação um tempo atrás, daí a firma disse que estava meio que quebrando, daí tiraram nosso Vale para não ter tanto prejuízo, disseram que quando a firma voltasse a produzir mais nós ganharíamos o Vale de volta, mas até agora nada, nem sei se o sindicato vai atrás disso, porque é trabalho deles fazer isso por nós (Trab. G).

Essa ausência de proposições do sindicato e de seu enfrentamento com o capital, instiga o trabalhador a indagar da verdadeira função do sindicato, essa indagação leva ao descrédito da instituição sindical.

Destarte, como o sindicato não acaba fazendo o papel de mediador entre capital e trabalho, realizando mais uma função em prol do capital por causa de sua ausência, os trabalhadores, acabam invertendo a função do sindicato, creditando a ele um braço auxiliar do proprietário.

[...] O sindicato eu conheço pouco esse aqui, dever ser sindicato que tá junto com o dono, porque nem dá pra saber o que faz pra nós, também nem sei se fizeram alguma coisa (Trab. D).

O trabalhador (F) faz uma generalização em relação aos sindicatos, situando sobre os outros locais de trabalho que passou.

[...] Minha relação com o sindicato é que eles cobram de mim todo mês. Em todo lugar o sindicato é a mesma coisa, nos outros empregos os sindicatos eram tudo do lado da indústria (Trab. F).

Compreendemos que desta forma o sindicato deixa de ser um instrumento em prol das lutas dos trabalhadores, para se tornar um aliado a burguesia. Essa inversão de compreensão posta pelos trabalhadores é um reflexo desse afastamento e ineficácia de pontos essenciais de reivindicações trabalhistas.

Há trabalhador que considera que a função do sindicato é supérflua para a sua condição de operário na indústria, considerando-o indiferente a sua existência ou não.

[...] Nem sei se tenho vínculo com o sindicato, pra mim tanto faz ele existir ou não, quem tem que trabalhar aqui sou eu, final do mês sou eu que recebo pelo meu trabalho (Trab. E).

Essa indiferença é latente ainda mais quando o trabalhador atribui somente para si a sua condição de sobrevivência no trabalho, demonstrando uma fragmentação entre trabalhador e sindicato, como também com a própria classe trabalhadora.

O trabalhador com uma renda financeira insuficiente para sua sobrevivência, acaba buscando ele outras alternativas de trabalho, que ora pode ter diferenças entre as

relações sindicais, sendo um sindicato mais atuante junto aos trabalhadores e outro mais distante destes. O trabalhador, pode estar vinculado a mais de um sindicato caso tenha mais de um vínculo empregatício, esta relação de mais de um vínculo de trabalho, está imbricada diretamente na relação econômica na vida do trabalhador.

Não obtendo sucesso junto à luta sindical e vivenciando dificuldades em relação da defasagem entre o que gastam e o que recebem, muitos trabalhadores necessitam ampliar a renda, no entanto colocam-se indispostos a realizar outra atividade para além da indústria que estão vinculados. Alegam que o cansaço cotidiano do trabalho e o pouco tempo que resta fora do espaço aprisionado inibe muitos trabalhadores de ter um outro vínculo empregatício.

[...] É difícil já tá muito tarde pra ir pra outro trabalho já tô cansado daí (Trab. C).

[...] Eu ficaria muitas horas trabalhando se fosse assim, não daria nem pra dormir direito (Trab. B).

[...] Até gostaria, mas o problema que no outro dia eu estaria todo quebrado, aí, vou ter dois trabalhos que não vou conseguir trabalhar, daí posso ganhar a conta né, é melhor ter um passarinho na mão do que dois voando. (Trab. H).

A labuta diária exaure tanto o trabalhador que ele fica incapacitado de obter um outro vínculo empregatício, mesmo que esse outro vínculo o trouxesse uma maior aquisição financeira. Denota-se que a natureza física humana não acompanha as necessidades que o trabalhador necessita para obter ampliação de salário. O corpo humano possui limites físicos que não são os mesmos do capital.

O convívio familiar também é de suma preocupação para não ampliar seu trabalho.

[...] Se tiver que trabalhar em outro lugar, não dá nem mais tempo pra ver a família, só vou ver quando eles estiverem dormindo (Trab. D).

[...] Só vou ir pra casa no final de semana, aí complica tudo, não dá pra viver só por causa do trabalho (Trab. F).

O exaurimento do trabalhador repercute no tempo fora do espaço aprisionado ao ponto do trabalhador perguntar se há sentido ter mais um outro vínculo empregatício,

pois se ele não viver com o que está nas suas proximidades concretas, como exemplo a família, para que viver? Sobretudo, a preocupação com o outro trabalho que possui, imaginando que a degradação física em um espaço de trabalho possa deflagrar na degradação física em outro espaço de trabalho, propalando em sua temeridade em ser demitido. Como também que a fadiga rotineira obstaculiza essa outra alternativa de vínculo empregatício.

A questão financeira tem forte relação na busca de outro vínculo empregatício, porém as condições físicas e psicológicas são os maiores obstáculos para o cotidiano do trabalho.

[...]. Seria bom, ia ganhar mais dinheiro, talvez ter quase um outro salário, mas o problema que eu iria voltar muito tarde pra casa e estaria só no cansaço, nem sei se ia aguentar (Trab. G).

A possibilidade de ter uma renda financeira maior no final do mês agrada o trabalhador, porém as consequências dessa maior renda são drásticas, ao ponto do trabalhador não saber se conseguirá manter a frequência de trabalho em dois vínculos empregatícios. O período para voltar a sua residência e o cansaço físico tornam a maior renda de capital no final do mês supérflua, perante os efeitos lúgubres de outro vínculo empregatício.

Mas, a necessidade leva alguns trabalhadores a encarar o não desejado. Se não é possível ter outro vínculo permanente, as alternativas aparecem e, sem medo de estar prejudicando o emprego principal, trata de obter um maior capital de forma esporádica.

[...] Trabalho de segurança em uma pizzaria, mas não é todo dia é só três vezes por semana das sete horas às onze horas da noite, comecei a trabalhar lá para ganhar um dinheiro a mais, até que pagam bem por noite oitenta reais, lá não cansa muito porque não é todo dia (Trab. F)

[...] Vou na marmoraria do meu irmão duas vezes por semana, fico lá das seis horas as dez da noite, não é cansativo e dá pra ganhar até bem, uns sessenta contos quando vou lá, isso já ajuda pra pagar as dívidas (Trab. A)

Estar em um outro vínculo empregatício, está imbricado nas condições das necessidades. O trabalhador não escolhe outro vínculo empregatício para trabalhar mais, mas sim para adquirir uma maior renda financeira, nos dois caso explicitados, nota-se que por ser de forma esporádica os vínculos empregatícios, os trabalhadores acabam

não percebendo um excesso de cansaço, isso contribui para a permanência no segundo vínculo empregatício, como também que o aumento na renda financeira é fator fundamental para essa permanência.

Outra alternativa que o trabalhador encontra para adquirir uma condição financeira mais favorável, para manter sua subsistência além de ter outro vínculo empregatício, é a realização de horas-extras, atividade está realizada no mesmo loco do espaço de trabalho.

As horas extras foram uma implementação da administração industrial para se ampliar o lucro por meio da mais-valia-absoluta, pois com a regulamentação do limite da jornada de trabalho, o aumento da extração da mais-valia-absoluta se viu com dificuldades (LESSA, 2007).

As horas extras contribuem para o aumento da renda salarial do trabalhador mensalmente, no entanto exaure grande parte do tempo fora do espaço aprisionado e também da saúde física do trabalhador.

As horas extras possuem valores distintos de acordo com os dias da semana que são trabalhadas, como exemplo nos finais de semana ela pode ter um valor mais elevado do que corresponde os dias de semana. Nem sempre, o valor das horas extras está de acordo com o valor financeiro das horas trabalhadas dentro da jornada de trabalho regulamentada, fomentando assim, fugacidade da Mais-Valia-Absoluta.

Em relação á realização das horas extras, o fator financeiro tem grande relevância.

[...] Agora tô fazendo direto, no final do mês dá uma diferença grande no salário, se tiver hora extra eu sempre tô fazendo (Trab. A)

[...] Por causa do dinheiro eu sempre faço, quando estão chamando eu sempre falo que quero fazer (Trab. E).

[...] Quando precisar eu estou sempre fazendo, bom seria se tivesse direto hora extra (Trab. C).

[...] Ganhando bem, não tem problema nenhum fazer umas horas extras (Trab. D).

O aumento da jornada de trabalho, tendo em contrapartida o aumento na aquisição financeira, acaba tendo uma forte adesão pelo trabalhador, mesmo com o tempo fora do espaço aprisionado reduzido, o trabalhador, percebe que esse aumento adjunto com o salário contribui para a manutenção de sua subsistência. A relação para a

realização das horas extras não são escolhas, mas sim imposições que permeiam o reino das necessidades. O trabalhador acaba crendo que as distinções de salário são devido a quem faz horas extras.

[...] No sábado e até as oito e meia eu tô aqui, pra nós não tem tempo ruim não, aí o salário e nós quem faz (Trab. B).

A crença de que quem faz o salário é o próprio trabalhador, é um equívoco imposto pelas organizações administrativas, pois isso traz à tona o individualismo no trabalho. Cada trabalhador acredita que seu salário é maior devido a sua disposição de trabalhar mais, isto é, por causa do acúmulo de horas extras que pratica. O que ocorre é que o trabalhador supera os limites da jornada de trabalho, por causa de uma aquisição financeira maior e ao mesmo tempo se desgasta fisicamente e psicologicamente, sendo que a aquisição financeira adjunto com o salário não corresponde no final do mês a um salário real que deveria ser. A hora extra ofusca essa realidade, perpassando a compreensão de que há um aumento salarial.

O cansaço e o aproveitamento do tempo fora do espaço aprisionado inibe a opção de trabalhadores para a realização de horas extras.

[...] De vez em quando sim, mas quando eu estou cansado eu quero nem saber de fazer hora extra (Trab. H).

Como também, o tempo em ficar em casa fica obstaculizado e nesse sentido inibe ainda mais a realização das horas extras.

[...] Até gosto de fazer, mas tem dia que não dá além da canseira a gente fica sem tempo de ficar em casa (Trab. G).

O trabalhador não substitui o descanso e o tempo em casa pela aquisição de capital, o trabalhador é um ser humano e como um ser humano há dias que não está com a mesma disposição para trabalhar como no dia anterior, não é como uma máquina que é determinada pela hora extra. O trabalhador ao compreender isso, reconhece que a aquisição financeira é satisfatória, porém os seus limites humanos não se coadunam com a voracidade do capital.

O tempo fora do espaço aprisionado não é um tempo que pode ser usado constantemente para a produção do capital, a outros elementos que circundam pela reprodução do capital e que o trabalhador tem a necessidade de realiza-lo.

[...] Não faço porque estudo a noite, tenho que terminar o ensino médio, hoje pra ter trabalho bom, tem que ter estudo e no sábado também não faço, senão a gente nem consegue tirar uma folga (Trab. F).

A escolarização sobre o modo de produção capitalista, também pode fazer parte da reprodução do capital, nesse sentido, o trabalhador sai de um espaço onde produz mercadorias, para um outro espaço que possa orientá-lo sobre a permanência de produção de mercadorias, não que a escolarização não possa ser um espaço de emancipação, mas a relação da escolarização para o trabalhador se tangencia para que a reprodução do capital se perpetue. Porém, o trabalhador encontra na escolarização uma forma para encontrar outras oportunidades de trabalho, com uma maior aquisição financeira e um trabalho mais prazeroso, a sua não opção por não querer fazer horas extras no sábado também corresponde a isso, a soma do trabalho e o estudo não deixa muito tempo vago para o trabalhador.

O prolongamento da jornada de trabalho, via horas extras ou aumento da carga horária, acarreta no exaurimento de um possível tempo livre para o trabalhador, tempo livre este que não se torna neutro dos invólucros da rotina de trabalho dentro da fábrica, isto é, as consequências de um trabalho fetichizado repercutem na sociabilidade do trabalhador, como também, o capital se utiliza desse tempo livre para ampliar a lucratividade. No próximo item, se analisará essas nuances na esfera do espaço de trabalho e fora dele.

### 3.5 RELAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO COM O TEMPO LIVRE.

O chamado tempo livre, para a tradição marxiana é inexistente<sup>66</sup>, o tempo livre seria o tempo livre da produção e reprodução social capitalista (MARX, 2006). Onde o gênero humano poderia usufruir das suas criatividade e potencialidades e também

---

<sup>66</sup> No primeiro capítulo da obra de Marx “Trabalho Assalariado e Capital”, Marx descreve as razões das impossibilidades da existência do tempo livre no sistema capitalista, uma dessas razões é a própria reprodução do capital nesse tempo ( MARX, 2006).

aprender e apreender novas perspectivas do trabalho criativo. Porém, no Modo de Produção Capitalista o tempo no espaço aprisionado fica restrito a produção do capital, portanto sem oportunidade. A liberdade, no tempo fora do espaço aprisionado a reprodução social se interpela, por várias razões, desde o cansaço, á falta de condições objetivas e espaciais, como também a sociabilidade capitalista do consumo e suas nuances colocam todo o tempo do gênero humano sobre o tempo de produção do capital.

Cada trabalhador expôs seus anseios do que fazer se a jornada de trabalho fosse menor, isso perpassa desde as condições físicas de espaço que encontram, condições objetivas financeiras, de informação e de convívio social.

[...] Seu tivesse mais tempo eu ia ajudar arrumar mais coisa na casa, tem muita coisa lá que preciso arrumar, a parede o quarto, porque se eu saísse mais cedo iria estar de dia, daria tempo pra fazer tudo isso (Trab. B).

As próprias condições que mantém a existência do trabalhador, como por exemplo a moradia, são prejudicadas pela jornada de trabalho, o ambiente habitacional onde o trabalhador pode minimamente descansar ou realizar outros afazeres, fica comprometida pela falta de tempo a realizar tais tarefas. O trabalhador não cogita a opção de realizar outras atividades que não seja a sua condição de moradia, isso se dá porque a habitação para o trabalhador é a primeira prioridade que deve existir fora do tempo do espaço aprisionado, ou seja, a jornada de trabalho elimina tanto as alternativas de atividades extras fabris, que a única alternativa que resta é a obtenção da própria existência, algo que se dá dentro e fora do espaço fabril. O trabalhador (B), considera que o trabalho em sua residência é de suma importância, ele reside com seus pais, portanto, considera que essa participação contribui na divisão do trabalho doméstico na família, não estando relegado ao papel de seu pai e de sua mãe somente.

A vontade em poder usufruir de um deleite após a jornada de trabalho faz parte do desejo de muitos trabalhadores. O *stress* causado no cotidiano do trabalho leva os trabalhadores buscarem, mesmo na esfera do desejo, refúgio em locais que oferecem um momentâneo prazer para esquecer esse conflito. No entanto há, em situações esporádicas, o desejo realizado.

[...] Queria ir pro bar, tomar umas breja, não há nada melhor do que tomar uma na tarde com o sol alto ainda e lá daria pra ficar um bom tempo sem se preocupar com o horário (Trab. H).

[...] Eu ia aproveitar pra tomar uma cerveja jogar uma sinuca ficar de boa e esquecer do trabalho (Trab. C).

[...] Chamar a piazada, sentar no boteco, curtir um sonzinho e encher a cara, aí é só alegria (Trab. F).

A distração via entretenimento ou via de consumo de bebida alcoólica são arquétipos de que o trabalhador se utiliza para afastar todo embrutecimento que o trabalho no modo de produção capitalista proporciona, esse embrutecimento que enviesa fisicamente, moralmente e psicologicamente. O trabalhador por não conseguir dar resposta a razão dessa exploração e não encontrar um sentido de sua existência no trabalho, encontra refúgio em elementos que ocasionam uma sensação de prazer e êxtase, algo que o trabalho não o proporciona, sendo que este último ele passa maior parte de seu dia, enquanto o segundo são poucas horas. Os elementos que levam a esse prazer são como o único momento do cotidiano de trabalho em que o trabalhador consegue dar seu suspiro, pois no dia seguinte, continua o mesmo drama alhures.

Esse ócio é meramente uma extensão do trabalho na fábrica, pois ele é utilizado como revitalizador do trabalhador para o dia seguinte do trabalho, ou como amenizador do drama causado no cotidiano de trabalho (ADORNO, 1999).

O descanso segundo o trabalhador, também faz parte desse tempo se acaso a jornada de trabalho fosse menor, o trabalhador aproveitaria esse tempo antecipado para repor suas energias.

[...] Descansar, estender o pezão no sofá ou na rede, e ficar sossegado, bem que poderia ser assim (Trab. A).

A reposição de energia faz parte de um cotidiano de um trabalho extenuante, o trabalho não tem perspectivas fora do tempo do espaço aprisionado, a sua perspectiva esta imbricada dentro desse espaço, e as atividades fora desse espaço aprisionado são concatenadas ao espaço aprisionado, o descanso se torna uma reposição de forças para o outro dia de trabalho, como uma máquina que necessita ser paralisada para que, no dia posterior, possa executar as suas funções com maior velocidade.

No caso para a sua esposa, há uma 2ª jornada de trabalho, pois além de trabalhar no seu espaço de trabalho há também o trabalho doméstico o que passa despercebido para o trabalhador, pois para o seu entendimento só há o trabalho na fábrica para o homem, para a mulher isso é mais amplo e menos reconhecido (HELLER, 2004).

A diminuição da jornada de trabalho, também pode ser requerida como um momento para o trabalhador ter outro vínculo empregatício, não porque ele deseja, mas sim por causa de suas condições objetivas que exigem uma maior renda financeira.

[...] Depende o tempo que ia sobrar, se sobrasse bastante eu ia tentar arrumar uns trabalho por fora, pra ganhar mais dinheiro no final do mês, uns bico de servente de pedreiro por exemplo (Trab. D).

A precariedade das condições objetivas na vida do trabalhador tornam o tempo fora do espaço aprisionado um tempo para que ele possa diminuir essa precariedade, a alternativa de ter outro trabalho para aumentar sua renda, acaba sendo uma a maior atração fora do espaço aprisionado, apesar de que um outro trabalho aumentará o cansaço físico e mental, o trabalhador sabe que tem em primeiro satisfazer as suas necessidades objetivas, portanto, desaparece qualquer alternativa de deleite no tempo fora do espaço aprisionado, o tempo fora do espaço aprisionado é tempo para obter a própria existência, não porque o trabalhador possa ter essa escolha, mas é porque é a única escolha que existe.

A jornada de trabalho dificulta as relações sociais dos trabalhadores que são propriamente imbricadas pelo sistema capitalista, como por exemplo, as tarefas burocráticas, que exigem grande parcela de tempo.

[...] Se fosse menor, não ia fazer nada não, ia ser bom que daí eu poderia ir pro centro fazer as minhas correria com o banco e nas lojas, porque quando saio daqui já fechou tudo (Trab. E).

A burocracia que também é externa ao espaço aprisionado está alicerçada para cooptar o trabalhador à lógica do mercado, ou seja, o tempo fora do espaço aprisionado está relegado para o cumprimento com esses afazeres burocráticos, caso o contrário o trabalhador fica invisível perante as instituições e o mercado capitalista, corrobora-se, portanto, que o tempo fora do espaço aprisionado serve para manter a produção dentro do espaço aprisionado.

As relações afetivas e familiares ficam comprometidas com a jornada de trabalho, as relações se tornam efêmeras por razão do resquício tempo.

[...] Eu ia ficar mais tempo com meus filhos e com minha mulher daria pra aproveitar o tempo bem (Trab. G).

O convívio e a sociabilidade com as pessoas de próximo afeto ficam afetadas. Esse tempo da jornada de trabalho obriga o trabalhador a se afastar todos os dias, temporariamente das pessoas bem quistas para ele. O tempo fora do espaço aprisionado não é o bastante para que o trabalhador possa manter com maior profundidade esses afetos. A complexidade da vida é muito ampla para ser refletida, debatida e apreciada em poucos instantes, as relações tornadas efêmeras aumentam ainda mais o embrutecimento moral do trabalhador, As relações produtivas acabam emanando a maior parte do tempo que deveriam ser das relações sociais afetivas.

O tempo fora do espaço aprisionado está interligado à subjetividade do trabalhador e as relações materiais que o circundam, desta forma a escolha de suas realizações fora do ambiente de trabalho perpassa por condições dadas internamente e externamente ao seu desejo.

No que se refere aos espaços fora do espaço aprisionado, entende-se que são frequentados pelos trabalhadores os espaços onde eles possam frequentar, são possibilidades que perpassam as condições objetivas do trabalhador para frequentar esses espaços, da existência de tais locais, das informações que encontram para ter acesso a esses espaços e do tempo estipulado para frequentarem os mesmos.

Com a grande industrialização, intempéries sobre os trabalhadores recaíram drasticamente. Para os donos do capital, os espaços a serem frequentados pelos trabalhadores devem ser espaços que condicionam o trabalhador á disciplina do trabalho e a reposição de suas energias, ou até a tolerância de espaços que causam dispersão da lamúria da rotina de trabalho, desde que esses espaços não prejudiquem a produção capitalista no dia seguinte.

A busca de satisfação fora do espaço aprisionado é constante entre os trabalhadores.

[...] Vou no bar tomar umas e jogar conversa fora, isso quando estou com dinheiro (Trab. C).

As condições financeiras barram uma frequência maior nesses locais, mas pelos desejos do trabalhador é esse o espaço que mais frequenta fora do espaço aprisionado.

[...] É mais no boteco mesmo, ir lá tomar cerveja, jogar truco ou sinuca, passa o final da tarde assim (Trab. B).

Acaba sendo não apenas um local de deleite, mas também um local de sociabilidade, onde que o relacionamento com outros sujeitos trabalhadores, pode trazer essa satisfação.

[...] É o bar mesmo, lá nós toma umas breja e fica todo mundo só na alegria e a tristeza vai embora (Trab. H).

A constatação de que uma suposta alegria se encontra no bar, que é um local destinado ao uso de bebidas alcoólicas é uma constatação de que no trabalho a lamúria impera, o bar dá um sentido para a existência para o trabalhador, onde ele pode expressar as suas angústias, desejos, conquistas e ainda mais sobre o consolo do álcool que torna tudo mais sensato. O bar se torna o terceiro espaço físico onde o trabalhador mais se encontra, ele está entre o trabalho e família, porém mesmo que o tempo em que o trabalhador fica no bar seja menor do que o tempo no trabalho, é no bar onde o trabalhador se sente mais feliz, por essa razão, a família também fica em segundo plano, o bar é onde ele encontra seu mais ente queridos e também o seu maior deleite.

O único abrigo que o trabalhador possui fora do espaço aprisionado é a sua casa é nela que ele pode por um breve momento se alimentar, descansar e realizar as atividades familiares e conjugais, apesar da residência do trabalhador perpetrar gastos é o espaço onde se menos pode gastar em relação a outros espaços, como, clubes, bares, cinema shopping e dentre outros.

[...] Eu vou pra casa, não tem nada pra fazer mesmo, vou lá, lanche assisto televisão e vou dormir (Trab. E).

A rotina fora do espaço aprisionado na residência, se determina pelo descanso e pelo entretenimento televisivo para distrair o cotidiano do trabalho. O trabalhador relata de que não há nada para fazer, isso é uma indicação que a rotina fora do espaço aprisionado é semelhante ao trabalho no espaço aprisionado, isto é, em ambas o

trabalhador não se reconhece na sua omnilateralidade. Ir para a residência, se alimentar não é considerado para o trabalhador uma atividade, ou seja, essa rotina é como se fosse indiferente, apesar dessas atividades serem atividades vitais, a lamúria em que o trabalhador passa no espaço aprisionado e a não concretização do trabalho auto criativo fora dele, o condiciona a pensar que não realiza atividade alguma fora do espaço aprisionado.

Quando o trabalhador relata que não há nada para fazer, ele acaba descartando o trabalho doméstico, pois esse trabalho quem realiza é sua esposa, outrossim, o trabalho apenas se circunscribe na fábrica e não no espaço doméstico, demonstra-se assim a divisão sexual de trabalho nesse cotidiano dentro do lar. Apesar da mulher na contemporaneidade estar trabalhando em espaços que outrora era ocupado somente por homens, ainda há a relação do trabalho doméstico como trabalho genuíno da mulher.

A família onde é o principal encontro social do trabalhador, também aparece com primordial.

[...] O jeito é ficar em casa mesmo, é único tempo que dá pra ficar com a família (Trab. D).

O resquício de tempo fora do espaço aprisionado, acarreta um tempo mínimo para o trabalhador ficar com sua família. Nesse tempo mínimo, este trabalhador usufrui da possibilidade que pode da sua principal necessidade social, nesse caso, a principal necessidade do trabalhador é estar junto com a sua família.

A vontade de não ficar restrito ao cotidiano de trabalho na indústria e residência, é muito presente na fala do trabalhador, no entanto, óbices da realidade concreta inibem essas opções.

[...] Só fico em casa mesmo, a gente não tem dinheiro pra ficar saindo de casa direto (Trab. A).

Denota-se que a carência de condições concretas para a realização de atividades fora do espaço aprisionado aparece de forma evidente, O cotidiano na residência não é por opção, mas, sim por imposição da realidade posta. Ressaltamos que a opção por espaços públicos de lazer é quase inexistente. E, mesmo quando existem gastos paralelos são necessários para usufruir (estacionamento, lanches ou ônibus, brinquedos solicitados pelas crianças e outros).

A suspensão do cotidiano se amalgama nos momentos em que o trabalhador pode em breves momentos não ficar apenas no cotidiano no trabalho e na residência.

[...] Vou pra casa e lá de vez em quando bato uma bolinha com a pi lazada (Trab. F).

O entretenimento é realizado esporadicamente, ou seja, não é realizado com a frequência que o trabalhador gostaria. Nota-se que do espaço aprisionado para a casa não há um sentimento de deleite para o trabalhador.

O relato deste trabalhador de “bater uma bolinha” é a expressão de praticar o esporte do futebol, o esporte mais popular no Brasil, como também mundialmente muito reconhecido, ao que pese no Brasil o futebol é praticado entre a burguesia e a classe trabalhadora, obviamente guardadas as devidas proporções, o que se deve constatar é que o futebol é um dos únicos esportes que a classe trabalhadora tem acesso, um esporte praticado desde campos esportivos públicos e privados até pequenas extensões de terras, como nos quintais das residências, embora que os espaços para esse esporte não estejam acessíveis para o trabalhador, como exemplo, a diminuição de espaços públicos para campos de futebol, como também a carência de recursos financeiros para a prática do esporte em espaços privados.

O futebol é o entretenimento que possibilita ao trabalhador minutos ou horas homéricas. Na partida de futebol, ele não é a mais o operário que apenas repete a mesma função na fábrica, na partida de futebol ele se torna o lateral esquerdo veloz, o habilidoso centro-avante ou o tático meio-campista, e sobre a mesma analogia que alhures os cidadãos gregos em períodos olímpicos não eram mais os carpinteiros ou pescadores, no período de jogos esportivos eram os fugazes arqueiros ou os fortes lutadores, se sentiam deuses, ou como os gregos diziam “demiurgos”. Os trabalhadores contemporâneos se sentem demiurgos quando em breves momentos na prática de um esporte podem se livrar das amarras do trabalho estranhado.

A religião tem presença marcante no cotidiano do trabalhador, como não se reconhece como sujeito no trabalho, dentro da Igreja se reconhece não só como sujeito, mas também como alguém de valor genuíno na sociedade.

[...] A Igreja, é o lugar que eu vou e onde eu me sinto bem, sinto uma paz, que nem tem como eu te dizer aqui, lá eu esqueço todos os problemas, a tristeza vai embora e o Senhor Jesus me aceita e me

acolhe com seu amor misericordioso, com Deus as coisas são difíceis, imagine sem ele (Trab. G).

Em uma sociedade onde os que não produzem e não consomem são excluídos, a religião aparece em forma de ser a última porta onde o trabalhador é permitido entrar. Ao entrar, ele sente a diferença que encontra em seu cotidiano de trabalho e em outros meios sociais, nesse espaço ele não é mais o oprimido ele é o reconhecido, nesse espaço ele recebe sorrisos, abraços sem precisar pagá-los, não encontra distinção entre opressores e oprimidos, mas sim a comunhão de todos sobre um único objetivo.

Na comunhão com a fé, toda a angústia, lamúria, *stress* que o cotidiano de trabalho o faz passar, na religião o trabalhador sente a dispersão de tudo isso, é como se na religião ele ganhasse uma identidade que é negada na divisão social e técnica do trabalho, esse seu reconhecimento é creditado ao ente metafísico, pelo trabalhador não mais se reconhecer como gênero ele deposita essa sua crença a metafísica, pois o burguês também não reconhece o trabalhador como humano, mas apenas como coisa, sendo assim, o trabalhador busca seu refúgio existencial na crença religiosa (CALVEZ, 1975).

Nesse sentido, as possibilidades do trabalhador frequentar diferentes espaços, ou realizar determinadas atividades fora do tempo no espaço de trabalho, sofre com os empecilhos da jornada de trabalho, condição salarial, espaços públicos e informação adequada. Essas condicionalidades determinam na escolha do trabalhador no que fazer fora do espaço aprisionado, além de relações subjetivas a ele como família e religião.

Não é meramente por opção, que o trabalhador não frequenta determinados espaços, mas sim por questões objetivas que os impedem, sendo por questões financeiras, por questões de tempo, e de espaço. Os locais que o trabalhador pode frequentar fora do espaço aprisionado, não estão postos sobre a condição de liberdade. A liberdade para o trabalhador está condicionada a realidade concreta posta no sistema capitalista, como também as informações que chegam aos trabalhadores são de fato resquícios sobre os espaços a frequentarem.

O contato mais direto com a natureza é algo que contradiz a permanência em um espaço urbano, esse contato com a natureza torna-se dificultado pela urbanização e pela aceleração da industrialização.

[...] Gostaria de ir pra praia, sair dessa tensão da cidade, lá na praia é bom porque se curte a natureza. Não tem como eu ir porque além de ser longe eu não teria dinheiro pra ir até lá (Trab. F).

A tensão do cotidiano do trabalho é dispersa no momento em que o trabalhador sente que a aflição do trabalho não se encontra, correlacionando a natureza como uma contraposição com a sociedade urbana e encontrando nela um refúgio (ROSSEAU, 1995). A natureza, por estar afastada do gênero humano, cria um maior óbice desse encontro, ao que pese que do afastamento criado pelo sistema capitalista de escravizar o ser humano e a própria natureza. As condições objetivas do trabalhador, também o impedem diretamente nisso, a razão elencada pelo mesmo, pela carência de dinheiro.

O consumo é fundamental para a manutenção do sistema capitalista. É nele que o trabalhador se interpela na reprodução social, em outras palavras, o que na indústria é feita a produção de mercadorias, fora dela, o trabalhador fomenta o consumo dessa mercadoria.

[...] Se tivesse dinheiro é claro, eu queria ir no Shopping, pra comprar as coisas boa de lá é tanta coisa que você fica doido. O que me impede de ir é a falta de dinheiro mesmo (Trab. A).

A ideologia do consumo, está alicerçada sobre toda sociedade, no entanto nem todos podem usufruir desse conceito ideológico. Esse impedimento de consumir, avoluma uma concepção de que o sentido da vida fora do espaço aprisionado seja o consumismo desenfreado, pois esse consumo não é inerente a manutenção das necessidades humanas, mas da manutenção do modo de produção capitalista. Portanto, o sujeito só se encontra como sujeito se acaso ter a possibilidade de consumir, uma cidadania prezada pela sociedade de que só há possibilidade de ser cidadão se acaso ele estiver na lógica da produção ou do consumo.

Usufruir de necessidades que não sejam apenas as básicas, faz parte do cotidiano do ser humano desde que começou a existir o excedente de produção pelo trabalho, sendo assim, a alimentação, vestuário, relações sexuais não ficam estritas apenas as condições de sobrevivência

[...] Sair pra comer uma coisa diferente, ir na pizzaria, churrascaria uns restaurantes desses dos bons, mas o que falta isso pra acontecer é ter dinheiro direto (Risadas) (Trab. E).

Esses elementos tornam-se elementos de deleite para o ser humano, isto é, não existem apenas para a manutenção e reprodução do gênero humano, mas sim, para o usufruto da existência da vida, todavia, o trabalhador mal consegue suprir suas necessidades básicas, quem dera usufruir de necessidades que lhe causam prazer, por isso, essa opção fica no desejo do trabalhador.

O entretenimento faz parte do cotidiano do trabalhador, acaso existisse o tempo livre, o entretenimento além de ser um elemento que coaduna sentido a existência do ser humano, ele também é um elemento de sociabilidade.

[...] Se bandear lá pro centro e ficar nessas casas chique que tem torre de chopp é uma música sertaneja tocando. O que não deixa eu ir é os troco e tempo mesmo (Trab. H).

[...] Ficar indo nas baladas da hora, festar até o dia amanhecer, mas daí não dá por causa do tempo e do dinheiro (Trab. C).

Ou esses encontros poderiam ser realizado na própria residência do trabalhador, como forma de entretenimento.

[...] Fazer festas lá em casa, só que a grana não cobre todo mês se eu fizer isso (Trab. B).

O tempo para o entretenimento é regulado pelo tempo no espaço aprisionado, pois o que imprime realmente a realidade fora do espaço aprisionado é o tempo no espaço aprisionado, isto é, aproveitar de forma plena as atividades fora do espaço aprisionado, pode acarretar em uma fadiga ou impedir a chegada no trabalho pelo horário previsto. O trabalhador controla esse tempo, pois sabe que se exceder poderá comprometer o seu trabalho no dia seguinte na indústria e como salientado em entrevistas anteriores, as condições objetivas financeiras impedem na realização de tais atividades.

Mas, além dos espaços laicos, há trabalhadores que buscam nos espaços religiosos o encontro de satisfação no tempo livre. A religião assume um arquétipo de contato com a sociabilidade (MARX, 2010). O contrário disso estaria no espaço aprisionado, na religião o trabalhador encontra o único espaço para essa possível sociabilidade.

[...] Iria na Igreja direto, estaria sempre com Deus assim, o problema que ela não está aberta todos os dias (Trab. G).

Esse refúgio na religião denota em um alívio para o trabalhador em seu cotidiano, como no dizer do trabalhador, se o espaço religioso estivesse em acesso todos os dias, o trabalhador todos os dias iria para esse local, nos dias em que não encontra esse acesso é como encontrasse um desalento cotidiano. O “*tripalium*”, se desenvolve assim em todo percurso vital do trabalhador.

O convívio familiar, também é afetado pelo tempo na jornada de trabalho, como também as escassezes de recursos financeiros inibem o trabalhador a ter um convívio com familiares que não residem com ele, quando sua casa familiar de origem é distante.

[...] Seria bom se eu pudesse ver minha família todos os dias, lá sinto uma paz enorme, só que o tempo não dá, nem dinheiro também pra por gasolina no carro todo dia (Trab. D).

As condições que inibem essa convivência partem sobre as relações de tempo e objetivas concretas. A família para este trabalhador acaba sendo o único convívio de sociabilidade de regozijo, as condições postas pelo capital afasta o trabalhador dos seus entes queridos.

O tempo fora do espaço de trabalho tem sua ratificação por meio de direitos trabalhistas, todavia, não se configura com isso um tempo livre. Os direitos trabalhistas que transitam sobre o tempo livre, têm em sua existência a condição de propiciar ao trabalhador a prática de atividades nesse tempo, porém, mesmo com essas condicionalidades o exercício das atividades não se concretiza, pois, não é apenas uma questão jurídica, para proporcionar o tempo livre, necessita das condições econômicas.

Os direitos trabalhistas, no que tange garantia de um tempo fora do espaço aprisionado, como férias e descanso semanal, são oriundos de longas décadas de reivindicações da classe trabalhadora, que perpassaram desde as primeiras leis trabalhistas industriais em 1834 na Inglaterra e pela regulação da Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943 no Brasil. Inexoravelmente, todas as legislações a favor da classe trabalhadora não vieram por benevolência da burguesia, mas sim, pela reivindicação dos trabalhadores, que em suas lutas decorreu perseguições e mortes por parte do confronto com os interesses burgueses (MOTA, 2008).

Apesar do tempo fora do espaço aprisionado ser um tempo de reposição de energias, para que o trabalhador possa vender de forma mais eficaz a sua força de trabalho, a burguesia entende também que esse tempo fora do espaço aprisionado possa ser um tempo em que o trabalhador se vê desviado de sua condição de trabalhador. Segundo a percepção da classe burguesa, o trabalhador suscita os seus instintos animais que os impedem de vender em maior quantidade sua força de trabalho, esses instintos animais - o sexo desregrado, o consumo em excesso de bebidas alcoólicas, a frequência de entretenimentos, são experiências que a classe burguesa entende que é necessário ter sob controle, por meio de programas que eduquem a classe trabalhadora a não cometer desgastes físicos e psíquicos que prejudiquem a produção no dia seguinte.

Na impossibilidade de usufruir do tempo livre diário ou semanal como é de direito do humano, não resta outra alternativa ao trabalhador e seus familiares de encontrar e usufruir dos períodos de férias.

[...] Nas férias pelos menos dá pra descansar um pouco, ficar em casa de boa, o bom das férias é isso (Trab. F).

Ou um momento para esquecer o cotidiano de trabalho.

[...] Nós ficamos em casa, dá pra esquecer do trabalho, esvazia a cabeça (Trab. A).

A exaustão do trabalho, condiciona ao trabalhador apenas o tempo para descanso, o trabalhador não consegue almejar outra alternativa ao não ser o descanso físico ou psicológico.

O tempo do descanso semanal e das férias estão estritamente ligados aos afazeres do trabalhador de forma extra-fábrica.

[...] Bom se desse pra descansar é tanta coisa que tem pra fazer, que não dá tempo pra nada, tem que ir no banco, ir no médico, no dentista, arrumar as coisas em casa, quando vê acabou final de semana acabou as férias (Trab. E).

[...] Passa rápido véio, a gente acumula muita coisa ficando só no trabalho, quando chega as férias você tem que fazer tudo, as férias fica só nisso aí (Trab. B).

[...] Dá pra fazer nada, eu pego férias pra resolver os problemas que não dá tempo quando tô aqui e mesmo assim não consigo resolver tudo, fica bastante coisa pra resolver depois (Trab. C).

Os aparatos burocráticos do cotidiano tornam-se invólucros na vida do trabalhador. Este fica não só preso a sua venda de força de trabalho, mas também a outras condicionalidades de sobrevivência que são institucionais-econômicas. O tempo no espaço aprisionado não permite ao trabalhador tais relações, obrigando-o sobre seus períodos fora do espaço aprisionado a sacrificar um possível descanso, um possível afazer que lhe agrade.

Apesar de todos os óbices que a limitação do tempo das férias e do descanso semanal proporcionam ao trabalhador e das relações institucionais-econômicas que limitam o usufruto do tempo fora do espaço aprisionado pelo trabalhador, os trabalhadores encontram nesse tempo uma forma de usufruir de algo que os agrade.

[...] Pelo menos dá pra fazer umas pescarias boas nos riozão que tem por aí, no final de semana não dá, mas nas férias a primeira coisa que penso é pescar (Trab. G).

[...] Dá sim, vou pra casa dos meus parentes que quase não vejo, eu digo nas férias que dá mais tempo (Trab. D).

[...] Claro que dá, fico até altas horas assistindo filme, sem se preocupar com o dia depois (Trab. H).

Ao menos um elemento de entretenimento o trabalhador encontra fora do espaço aprisionado, pode-se constatar que o trabalhador encontra seu deleite nesses locais, cada espaço traz o sentido da existência para o trabalhador. Reiterando, que os espaços postos para o trabalhador frequentar, são espaços imbricados a ele por razões objetivas financeiras ou de contato social.

No tempo fora do espaço de trabalho, aparecem outros vínculos institucionais. Vínculos com outras instituições fazem parte do cotidiano do trabalhador, com esses vínculos, o trabalhador torna sua sociabilidade mais abrangente, essas instituições, influenciam ou nas decisões das atividades dos trabalhadores no tempo livre.

As relações sociais influenciam muito nas escolhas dos sujeitos, como a ideologia posta pela classe dominante, que é difundida pelos meios de comunicações impressos, televisivos, radiofônicos e virtuais, salientando também que essa ideologia

enviesa sobre instituições como nas religiões, no trabalho, na família no ensino escolar e dentre outros.

No convívio social, também há a difusão de ideologias que retrospectam em escolhas dos sujeitos, haja vista, que escolhas que estão sendo enfatizadas nesse contexto se remetem às condições objetivas postas, por isso as escolhas são limitadas de acordo com a realidade posta.

Para o trabalhador, a opção está em sua própria decisão, a percepção do trabalhador é que se pode escolher algo sem influência social nenhuma.

[...] Tem nenhum convívio não, eu vou nos lugares que me vêm na cabeça, não tem essa de ir pela cabeça dos outros (Trab. H).

[...] É por mim mesmo, ninguém me influencia não (Trab. A)

[...] Na hora, o que me vem na cabeça eu faço, na hora que der vontade (Trab. C).

[...] Eu penso e tá feito, vou pro bar porque eu quero não porque tem alguém me pedindo pra ir lá, na vida nós temos que curtir sem a perturbação de ninguém (Trab. B).

Os trabalhadores entendem que seus pensamentos são livres, que não sofrem interferência de nenhum outro sujeito ou instituição, embora que, apesar de todos possuírem a autonomia sobre seus pensamentos, toda decisão humana não é individualista, o ser humano é um ser sociável, cada decisão possui um determinante concreto sobre essa decisão, pois o ideal liberal-positivista de que as escolhas são meramente individuais, cai sobre o equívoco de crer que as determinações econômicas não influenciam em escolhas individuais, colocando de forma equânime as escolhas da classe trabalhadora e as escolhas da classe burguesa. Esse individualismo proposto por essa roupagem ideológica burguesa, que coopta o pensamento da classe trabalhadora é como o discurso da lenda alemã do barão de Munchausen, (LOWY, 1987), que conseguiu escapar da morte sobre o atolamento de um pântano puxando-se pelos próprios cabelos, sem precisar do auxílio de outrem.

A categoria religiosa tem grande fator de decisão sobre as alternativas do trabalhador, para o trabalhador a religião é o principal convívio social.

[...] É pela igreja mesmo, temos que ir onde nosso Senhor Jesus Cristo chamar, pelo mundão não dá pra confiar não, mas na igreja de Deus dá pra confiar sim (Trab. G).

A religião é de extrema confiabilidade para o trabalhador, na religião está o seu maior convívio social, onde ele mais dialoga sobre vários temas do cotidiano, onde ele encontra direções e sentido para sua existência, a religião que é formada por sujeitos é um espaço de encontro e de conduta de vida, os significados religiosos não ficam estritamente dentro de um espaço físico, extrapolam para a rotina e o tempo dentro do espaço aprisionado é um retrato disso, no qual o trabalhador, não percebe o conflito de classe intermitente e a alienação que o circunda. A reflexão de (MARX, 2005), que a religião é um coração em um mundo sem coração, remete á rotina do trabalhador, a religião acaba sendo o único consolo, a única panaceia de sua vida, perante as intempéries do sistema econômico capitalista e da prisão no trabalho.

A família assume função de decisões para o trabalhador, pois na família o trabalhador se sente responsável por cada ente, em cada decisão que realiza.

[...] Quando eu era solteiro, era por mim mesmo, mas agora que estou casado tudo eu converso com a turma lá em casa, a mulher e os filhos tem que saber de tudo o que vou fazer (Trab. F).

[...] Tudo que vou fazer peço pra mulher, a gente conversa primeiro e vê o que é melhor pra nós dois, esses dias fomos comer pizza, eu não queria, mas como ela queria eu fui (Trab. E).

[...] Maioria das vezes quando decido alguma coisa que vou fazer é quando minha família aceita eu em fazer, igual o jogo de bola na sexta-feira, ninguém lá em casa quer que eu jogue no domingo, por isso comecei jogar na sexta-feira, não dá pra deixar as crianças e a mulher jogados por ai (Trab. D).

A construção da família exige responsabilidade dos entes com ela. A cada ação realizada perfaz uma consequência com esses entes, os trabalhadores que são pais sentem que as consequências recaem na esposa e nos filhos, a vida é desdobrada em mais de uma.

A influência social da família sobre o trabalhador, repercute além das decisões fora do espaço aprisionado, como também com decisões dentro do espaço aprisionado, já que o trabalhador reconhece que o seu salário oriundo da venda da força de trabalho é

condicionante para manter a subsistência de sua família, por isso a preocupação em se manter no trabalho é maior que a preocupação com qualquer cansaço ou alienação que passam. Se recordam dos mais próximos daqueles que eles sentem mais afetos.

A família tem uma relação de convívio mais próximo para o trabalhador, os meios de subsistência e a família fazem que a vida do trabalhador se circunde em torno dela.

Ao término de trabalho é possível afirmar que o tempo aprisionado é determinante para que a classe burguesa amplie seus lucros e, como consequência a acumulação do capital. Porém, na esfera do projeto burguês, com algumas pequenas ações diferenciais, o tempo livre é o espaço para repor as energias a serem gastas no espaço aprisionado – a indústria -. Um discurso de existência livre, porém, em sua materialidade é trazer uma conotação que existe o canto da sereia. Só resta uma única saída para a classe trabalhadora: negar o projeto societário burguês e, dentro das esferas de possibilidades implantar um novo projeto societário, lugar onde o tempo livre é o senhor de cada sujeito, tempo em que as maravilhas do espírito possam ser exploradas individualmente e coletivamente. Construir e viver numa sociedade de iguais, respeitando as diferenças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, constatou-se a relação da categoria trabalho na existência da sociabilidade humana, como também a construção cronológica da divisão social e técnica do trabalho. Destacando, que sobre os meandros do sistema capitalista, o trabalhador nunca foi tão explorado como nesse modo de produção, elementos dessa exploração, apareceram na pesquisa empírica com os trabalhadores da indústria de embalagem.

Traçar um caminho em busca de resolver um dado problema de pesquisa não é tarefa fácil. No entanto, com rigor teórico e compromisso ético e intelectual com o conhecimento científico e com a profissão - Serviço Social colocou-me na condição de desafio e, com simplicidade busquei responder ao dilema acadêmico: Elaborar a dissertação de mestrado.

Das descobertas nesse processo destaca-se o desvelamento de análises que estavam ofuscadas no início de nossa investigação. A partir da investigação empírica se demonstrou mais aparente, principalmente ao que se refere às subjetividades dos trabalhadores, todavia, um avanço que se constatou na pesquisa foi à constatação de como o capital com seus mecanismos consegue alicerçar os trabalhadores para a reprodução do próprio capital dentro da fábrica e fora dela. A dificuldade maior que passou, foi conseguir fazer com que os trabalhadores expusessem suas compreensões de forma integral e não somente parcial, o diálogo e a empatia com o sujeito de pesquisa, foram precípuos nessa questão.

Desde o primeiro momento do processo de seleção, entendi que minhas buscas eram promissoras, pois a materialização foi de envolvimento pessoal e coletivo, certificando ao cursar as disciplinas do mestrado, tópicos e orientações durante o percurso do mestrado.

Ir em busca dos conteúdos que balizam na relação tempo aprisionado e tempo livre é um verdadeiro desafio para um pesquisador principiante. No entanto, é possível elencar alguns achados que nortearam o todo do processo de investigação e exposição, mas que somente a escolha desse caminho metodológico permitiu desvelar que:

1-O campo de consciência que abrange a maioria dos trabalhadores da indústria Papeon, aproxima-se do campo da consciência em-si. Estão sensibilizados pelas contradições que envolve o trabalho cotidiano e sua vida em tempo livre, porém têm dificuldades em compreender esse campo de contradição pautado na relação

capital/trabalho e, terem minimamente elementos que indiquem possíveis rupturas com a dominação existente.

2-Apesar de não ficar explicitados nas falas dos entrevistados, a relação trabalhador e proprietário é próxima, dificultando qualquer atitude de enfrentamento e/ou negociação no campo dos direitos que pudessem avançar em seus conteúdos.

3-A pesquisa revelou o grau de exploração que envolve a vida cotidiana dos trabalhadores e seus familiares, dificultando qualquer iniciativa de livre escolha que permita dar sentido ao tempo livre individual e coletivo.

4-A compreensão de tempo livre dos entrevistados traz uma máxima que está presente na vida dos trabalhadores: minha alegria ocorre fora da indústria, porém o tempo livre é sinônimo de ficar com a família, ir à igreja, participar das atividades num bar ou até numa festa. Em nenhum momento os entrevistados referem ao tempo livre com espaço para viver elementos do espírito que pertencessem a possíveis saltos de encontro com a genericidade humana. Temos a compreensão que o tempo livre é sinônimo de recarregar as energias para retornar ao trabalho em condições mínimas físicas e psíquicas.

Ao final da pesquisa constatamos que o tempo livre vivenciado pelo trabalhador pertencente a indústria de embalagem, é um momento concreto para repor energias para o retorno ao próprio trabalho, pois as dimensões humanas que lhe pertencem (exploração das potencialidades presentes em sua existência individual e coletiva), não são materializadas em seu cotidiano.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **O Fetichismo na música e a regressão da audição**. São Paulo. Abril, 1999

AGOSTINHO, Aurélio. **Confissões**. São Paulo. Abril. 2011

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo,2009

ANTUNES, Paulo Bessa; CARVALHO, Pedro Carlos de Alínea. **A trajetória do sindicalismo-Uma análise da História, Conceitos e perspectivas sindicais**. Campinas. Alínea. 2008

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Ciclos curtos e repetitivos de trabalho: o caso de uma fábrica de metais. ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BATISTA, Alfredo Aparecido. **Trabalho Questão Social e Serviço Social**. Cascavel: Edunioeste. 2014

\_\_\_\_\_. **O processo de trabalho, forma técnica e organizacional: do Artesanato ao Toyotismo**. Rev: Serviço Social e Sociedade, São Paulo. nº 118, p. , 2014

BEHRING, Elaine Rossetti. **O Brasil e a mundialização Do Capital: privatização, deslocalização e flexibilização das relações de trabalho**.p.111. In, SERRA, Rose. **Trabalho e reprodução Enfoques e abordagens**. Rio de Janeiro, Cortez. 2001.

CALVEZ , Jean Yves. **O pensamento de Karl Marx**. V.I. Lisboa. Porto, 1975

CARMO, Paulo Sérgio, **A Ideologia do Trabalho**. São Paulo Editora Moderna, 1992

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da Questão Social**. São Paulo: Cortez. 2009

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**. São Paulo: Cortez. 2007

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007

ENGELS, Friedrich **A Origem Da Família, Da Propriedade Privada E Do Estado**. São Paulo. Expressão Popular. 2010

\_\_\_\_\_ **A Situação Da Classe Trabalhadora Na Inglaterra.** São Paulo. Boitempo. 2010.

\_\_\_\_\_ **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico.** São Paulo, Abril Cultural, 1993.

FREDERICO, Celso. **Lucács Um Clássico do Século XX.** São Paulo: Cortez, 1999

FREIRE, Lúcia Maria Beatriz. **A categoria Mediação na Tendência Marxista do Serviço Social e sua Presença no Trabalho do Assistente Social.** In; SERRA, Rose. **Trabalho e Reprodução Enfoques e abordagens.** Rio de Janeiro, Cortez. 2001

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo. Atlas. 1999

GHIRALDELLI, Paulo Jr. Filosofia. GHIRALDELLI, Paulo Jr. SILVEIRA, Ronie Alessandro Teles (org). **Humanidades.** Rio de Janeiro: Cortez. 2004

GHONS, Celma Maria. **Assistência Social entre a Ordem e a Desordem.** São Paulo: Editora Cortez. 1999.

GRAMSCI, Antonio Carlos, **Americanismo e Fordismo.** São Paulo, Hedra, 2008.

GUARESCI, Pedrinho; RAMOS, Roberto, **A Máquina Capitalista.** Rio de Janeiro: Vozes. 2000

HARVEY, David **Condição Pós-Moderna.** São Paulo. Loyola, 2009

HEGEL, Georg . **Fenomenologia do Espírito.** São Paulo: Abril, 1994

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** São Paulo. Paz e Terra. 2004

IAMAMOTO, Villela Marilda. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche** São Paulo: Cortez, 2007

\_\_\_\_\_ **Trabalho e Indivíduo Social.** São Paulo: Cortez, 2006.

IANNI, Octávio. **A Sociedade Global.** São Paulo. Record. 2008

LAFARGUE, Paul. **O Direito a Preguiça.** Rio de Janeiro : Vozes, 2005

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo.** São Paulo: Martin Claret, 2006

LOWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Munchausen.** São Paulo. Cortez. 1987

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma Ontologia do Ser Social**, São Paulo: Boitempo, 2010.

MARCUSE, Hebert. **Ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro. Zahar. 1973

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo, Cortez, 2 ed, 1987

MARTINS, José de Souza. **Sobre o Modo Capitalista de Pensar**. São Paulo. Hucitec, 1978

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo. Boitempo, 2005

\_\_\_\_\_ **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo. Boitempo. 2008

\_\_\_\_\_ **O Capital**. Vol. I .São Paulo, Abril Cultural.1988

\_\_\_\_\_ **O Capital**. Vol. II .São Paulo, Abril Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_ **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. Rio de Janeiro. Paz e Terra,1981

\_\_\_\_\_ **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo, Boitempo. 2010

\_\_\_\_\_ **Trabalho Assalariado e Capital**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MASI, De Domenico. **O Ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante. 2000

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro. Vozes. 2010

MONTAÑO,Carlos. DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado Classe e Movimento Social**. São Paulo. Cortez. 2011

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e a ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez. 1993

NETTO, José Paulo/BRAZ, Marcelo. **Economia Política**. São Paulo: Cortez. 2001

PIRENNE, H. **História Econômica e Social Da Idade Média**. Trad. Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ROSSEAU, Jean Jaques **O Contrato Social**. São Paulo: Abril, 1985

SANTOS, Theotônio Dos. **Forças produtivas e Relações de Produção**. Petrópolis. Vozes . 1984.

SIMÕES Carlos, **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo. Cortez.Vol III, 2005

SINGER, Paul. **A Formação da Classe Operária**. São Paulo, 1985: Editora Atual

TEIXEIRA, Francisco. **Trabalho e Valor**. São Paulo: Cortez.2004

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

## **APÊNDICE**

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1- ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS PAPEON

<p><b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ</b></p> <p><b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL</b></p> <p><b>DISCENTE(A): WILLIAM SILVANO DE CAMARGO</b></p> <p><b>OBJETIVO GERAL DA PESQUISA:</b> aprender, compreender e analisar as relações estabelecidas entre o capital e o trabalho em uma indústria de embalagens, relacionando tempo aprisionado e tempo livre</p> <p><b>INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS:</b> ENTREVISTA</p> <p><b>PÚBLICO ALVO:</b> TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS PAPEON</p>	
<p><b>DATA DA ENTREVISTA:</b> 12/ 10/2015 á 22/10/2015</p>	

1-O que você entende por trabalho?

2-O que a maquinaria lhe proporciona no trabalho?

3-Qual sua relação de cooperação com os trabalhadores na rotina de trabalho e pelas reivindicações trabalhistas?

4- Você consegue se concentrar no trabalho durante todo o expediente? Se sim ou se não por que?

5- Qual é a sua compreensão perante a produção e o seu trabalho?

6-Você reconhece as potencialidades de seu trabalho na produção?

7- Além de estar vinculado ao sindicato, qual é a sua relação com ele? Você conhece as atividades do sindicato?

8-Você concorda com a carga horária de trabalho? Se sim ou se não por que?

9-Se a carga horária fosse menor, o que você gostaria de fazer nesse tempo sobrando?

10-Qual espaço você frequenta fora do espaço de trabalho?

11-Quais locais gostaria de frequentar, mas não tem possibilidade? Quais as razões que impossibilitam se acaso houver esse espaço?

12-Os direitos trabalhistas, como, descanso semanal, férias e dentre outros, lhe possibilitam de exercer as atividades que gostaria?

13- Você tem algum outro vínculo empregatício que realize após o expediente de trabalho? Se sim, qual o motivo desse outro vínculo empregatício?

14- Você realiza horas extras com alta frequência ou eventualmente? Se com frequência por que? Se eventualmente qual motivo?

15- Qual tipo de convívio social, exemplo: família, religião, sindicato, associações, amigos, locais de entretenimento ou outros, lhe influencia mais na escolha de suas atividades fora do tempo de trabalho?

**ANEXOS**

**ANEXO 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****ANEXO I****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Título do Projeto: O TEMPO APRISIONADO E FORA: O COTIDIANO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS

Pesquisador responsável e colaboradores com telefones de contato: Pesquisador: William silvano de Camargo (45) 99441429. Colaborador Alfredo Aparecido Batista 99384875

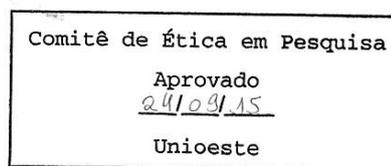
Convidamos vossa senhoria, o sujeito da pesquisa, trabalhador da Indústria de Embalagem Papeon, e vossa senhoria responsável pelo campo da pesquisa Sr. Eduardo Augusto de Oliveira, a participar de nossa pesquisa que tem o objetivo de desvendar o cotidiano de trabalho e suas relações dentro e fora da indústria. Essa pesquisa analisará as relações dos trabalhadores com a maquinaria, com os outros trabalhadores e com a produção, no que tange a pesquisa fora do espaço fabril, se analisará como o trabalhador exerce seu tempo fora do espaço fabril, ou seja, quais são seus afazeres durante esse tempo e o que compreende por tempo fora do espaço da fábrica, se acaso encontra espaços para frequentar, se suas condições financeiras lhe permitem frequentar tais espaços. Durante a execução do projeto poderá ocorrer riscos em razão de informações passadas pelo trabalhador que podem prejudicar a empresa e com efeito disso o trabalhador sofrer sanções, como exemplo, uma possível demissão. No entanto as entrevistas não permitirão que sujeitos não envolvidos com a pesquisa tenham acesso a ela, cada trabalhador não terá seu nome identificado. Para algum questionamento, o pesquisador presente de nome William silvano de Camargo pode ser contactado a qualquer momento, o telefone é (45) 99441429 ou para o colaborador Alfredo Aparecido Batista (45) 99748562. Os benefícios desse projeto são colossais, pois além de colaborarem com a pesquisa em torno da categoria trabalho, esse projeto proporcionará uma melhor reflexão dos trabalhadores no que tange o cotidiano

de trabalho e as suas relações com o tempo fora do espaço da fábrica. Esse termo será entregue em duas vias, sendo que uma dessas vias ficará com vossa pessoa, que não precisará pagar e nem receberá nenhum eventual pagamento. Será mantida a confidencialidade do sujeito e esses dados serão somente usados para fins científicos. O sujeito poderá cancelar sua participação a qualquer momento, o telefone do comitê de ética é 3220-3272. O telefone do pesquisador é (45) 99441429

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto  
Nome do sujeito de pesquisa ou responsável: ( Do proprietário)  
Assinatura:(Assinatura do proprietário).

Eu.....declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Cascavel, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.



## ANEXO 2-PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
OESTE DO PARANÁ/



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O TEMPO APRISIONADO E FORA: O COTIDIANO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS

**Pesquisador:** william silvano de camargo

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 46193515.0.0000.0107

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ UNIOESTE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.252.628

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de mestrado, em que serão entrevistados trabalhadores de uma indústria de embalagens, com o objetivo de investigar o uso do tempo de trabalho e as concepções dos trabalhadores acerca da sua condição proletária, com base na teoria marxista.

#### Objetivo da Pesquisa:

investigar o uso do tempo de trabalho e as concepções dos trabalhadores acerca da sua condição proletária, com base na teoria marxista.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

presentes e adequados

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Relevante para a área.

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequados

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

**Endereço:** UNIVERSITARIA

**Bairro:** UNIVERSITARIO

**UF:** PR **Município:** CASCAVEL

**Telefone:** (45)3220-3272

**CEP:** 85.819-110

**E-mail:** cep.prppg@unioeste.br



## ANEXO 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
OESTE DO PARANÁ/



Continuação do Parecer: 1.252.628

### Considerações Finais a critério do CEP:

As solicitações feitas foram atendidas pelo pesquisador.

### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_514204.pdf	08/09/2015 15:03:00		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	08/09/2015 15:02:21	william silvano de camargo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	08/09/2015 15:01:13	william silvano de camargo	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.pdf	08/09/2015 15:00:04	william silvano de camargo	Aceito
Outros	Decla.pdf	08/09/2015 14:52:10	william silvano de camargo	Aceito
Outros	termo.pdf	08/09/2015 14:50:49	william silvano de camargo	Aceito

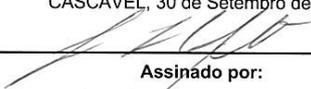
### Situação do Parecer:

Aprovado

### Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CASCAVEL, 30 de Setembro de 2015

  
 Assinado por:  
**João Fernando Christofolletti**  
 (Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIA  
 Bairro: UNIVERSITARIO  
 UF: PR Município: CASCAVEL  
 Telefone: (45)3220-3272

CEP: 85.819-110

E-mail: cep.prppg@unioeste.br